



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

ADRIANO MOREIRA

**OS FLUXOS DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA
PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PRESIDENTE PRUDENTE – SP
NOVEMBRO DE 2013



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

ADRIANO MOREIRA

**OS FLUXOS DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA
PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP Presidente
Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional

Grupo de Pesquisa:
Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR

Orientação: Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

NOVEMBRO DE 2013

Moreira, Adriano.

M836f Os fluxos de investimentos industriais na produção do território do Estado de São Paulo / Adriano Moreira. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
178 f.

Orientador: Everaldo Santos Melazzo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Produção do Território. 2. Investimentos Anunciados. 3. Indústria de Transformação. I. Melazzo, Everaldo Santos. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Os fluxos de investimentos industriais na produção do território do Estado de São Paulo.

BANCA EXAMINADORA

Everaldo Santos Melazzo

PROF. DR. **EVERALDO SANTOS MELAZZO**
ORIENTADOR

Eliseu Savério Sposito

PROF. DR. **ELISEU SAVÉRIO SPOSITO**
(UNESP/FCT)

Claudio Cesar de Paiva

PROF. DR. **CLAUDIO CESAR DE PAIVA**
(UNESP/FCLAR)

Adriano Moreira

ADRIANO MOREIRA

Presidente Prudente (SP), 01 de novembro de 2013.

RESULTADO: _____

APROVADO

*Este trabalho é dedicado aos meus pais Carlos e Vilma e, sobretudo, à Renata,
mulher da minha vida, pelo amor incondicional e pelos sonhos compartilhados.*

AGRADECIMENTOS

Pelo simples fato desta nossa dissertação ser resultado de um trabalho, esforço e apoio coletivo, esse momento de agradecer e transmitir em palavras a minha gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para o êxito de mais uma etapa, se torna mais que obrigatório, é imprescindível.

Em primeiro lugar, e não poderia ser diferente, exalto a minha amada Renata Marchi Garcia, por todo amor, paciência, consolo, força e tudo mais que faz de você a pessoa mais importante da minha vida, comprovando que por trás de um grande homem, sempre existe uma grande mulher cansada, porque pra me aguentar não é fácil e é pra vida toda! Minha maior conquista é você Rê!!! Ah, e não posso deixar de mencionar a Marrie, nossa filha/cachorra, que alegra nossos dias, incomoda nossas noites e completa a nossa família da pesada...

Transbordando de emoção deixo aqui meus eternos sentimentos à minha família toda, sobretudo meus pais Antonio Carlos Moreira e Vilma Diana Moreira, minha irmã Danielle Moreira Zapparolli, meu cunhado Murilo Zapparolli e meus três sobrinhos, os gêmeos queridos Davi e Lucas e meu afilhado galã Thiago. A distância entre nós só aumenta meu amor e alimenta minha vontade de estar perto de vocês, sou privilegiado demais por ter uma família tão grandiosa, dispensa comentário o significado de todos na minha formação profissional e, principalmente, como pessoa. É tudo nosso!

Também não posso esquecer dos membros da minha nova família que me acolheu tão bem e calorosamente, Caito e Fátima, Adriana e Henrique, Sandra e Chrystian e a pequena Isadora. Estamos juntos e misturados.

Um abraço em particular aos meus amigos fraternos que ajudam a seguir meu caminho com menos stress e mais alegria, aventura e harmonia, fugindo desse ambiente individualista e egoísta que a academia reproduz. Valeu prudentinos Reinaldo, Leandro e Neto, camaradas unespianos Claudinei (Paçoca), Jader, Pablo, Valmir (Juninho), Rafael (Juá), Anderson (Marioto), Vinicius (Café) e David (Zeca), *broders* cearenses Rodrigo, Glédson e Jorge e, por fim, todos aqueles que não estão mais presentes por essas bandas, porém eu sempre carrego o companheirismo comigo de Marcel (Lambari), Elienai (Nai), Felipe (Piroca), Rodolfo (Dino), Felipe (Dida), José (Zezinho), Juan (Pablê), Bruno (Bolacha), Nicollas (Jahpa), Renato e Sérgio.. Positividade sempre!

Saudações aos membros do GAsPERR, aos funcionários da FCT pela colaboração e aos professores da pós-graduação pelas aulas ministradas. Gratidão tremenda ao Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito e ao Prof. Dr. Cláudio César de Paiva por aceitarem prontamente o meu convite de indicação de banca, pelas sugestões e contribuições e, desse modo, fazerem parte e valorizarem ainda mais a finalização de mais essa fase do jogo da vida. Um agradecimento em especial ao Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo, o meu ‘pai’ no universo acadêmico, pela oportunidade de desenvolver trabalhos juntos, pelo aprendizado nas reuniões e nos bate-papo, pela ajuda em todas as questões acadêmicas e pessoais e, acima de tudo, pela relação de respeito, amizade e cumplicidade que concretizamos ao longo de 7 anos de orientação. Muito Obrigado!

Não menos importante, agradeço ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na medida em que, se não fosse esse fundamental auxílio que proporcionou o desenvolvimento da pesquisa com dedicação exclusiva, certamente a conclusão desta dissertação não teria o sentido, a qualidade e o sucesso desejado e, espero, alcançado.

Por fim, reafirmando que esse trabalho não é individual, espero ter lembrado e apresentado todas as pessoas que, à sua maneira, fazem a diferença na minha vida, estão ao meu lado e me dão o incentivo que preciso pra seguir em frente na busca pelo meu lugar ao sol. Aos que apenas passaram no meu caminho, só lamentos e àqueles que tentaram me passar o pé, olé...

É melhor atirar-se à luta em busca de dias melhores, mesmo correndo o risco de perder tudo, do que permanecer estático, como os pobres de espírito, que não lutam, mas também não vencem, que não conhecem a dor da derrota, nem a glória de ressurgir dos escombros. Esses pobres de espírito, ao final de sua jornada na Terra não agradecem a Deus por terem vivido, mas desculpam-se perante Ele, por terem apenas passado pela vida.

BOB MARLEY

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE MAPAS	13
LISTA DE SIGLAS	14
 RESUMO	 16
ABSTRACT	17
 INTRODUÇÃO	 18
 CAPÍTULO 1. UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DO DESENVOLVIMENTO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	 25
<i>1.1 Algumas considerações sobre a inserção da economia brasileira no atual contexto de acumulação capitalista</i>	43
 CAPÍTULO 2. PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO	 55
 CAPÍTULO 3. DINÂMICA TERRITORIAL DOS FLUXOS DE INVESTIMENTOS ANUNCIADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PAULISTA	 76
<i>3.1 Região Metropolitana de São Paulo</i>	96
<i>3.2 Região Metropolitana de Campinas</i>	103
<i>3.3 Região Administrativa de São José dos Campos</i>	110
<i>3.4 Região Metropolitana da Baixada Santista</i>	115
<i>3.5 Região Administrativa de Sorocaba</i>	119
<i>3.6 Região Administrativa Central</i>	123
<i>3.7 Região Administrativa de Araçatuba</i>	127
<i>3.8 Região Administrativa de Bauru</i>	132
<i>3.9 Região Administrativa de São José do Rio Preto</i>	136
<i>3.10 Região Administrativa de Ribeirão Preto</i>	140
<i>3.11 Região Administrativa de Marília</i>	144
<i>3.12 Região Administrativa de Presidente Prudente</i>	149

3.13 <i>Região Administrativa de Franca</i>	152
3.14 <i>Região Administrativa de Barretos</i>	156
3.15 <i>Região Administrativa de Registro</i>	160
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 164
 BIBLIOGRAFIA	 172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estado de São Paulo: Investimentos anunciados na indústria de transformação, em US\$ milhões – 1995-2008	62
Tabela 2. Participação dos investimentos industriais anunciados na economia paulista, segundo a origem do capital (em %) – 1995-2008	88
Tabela 3. Participação dos investimentos industriais anunciados na economia paulista, segundo o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	90
Tabela 4. Participação da RMSP nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	97
Tabela 5. RMSP: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	99
Tabela 6. Participação da RMC nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	104
Tabela 7. RMC: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	106
Tabela 8. Participação da RA de São José dos Campos nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	111
Tabela 9. RA São José dos Campos: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	113
Tabela 10. Participação da RMBS nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	116
Tabela 11. RMBS: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	118
Tabela 12. Participação da RA de Sorocaba nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	120
Tabela 13. RA Sorocaba: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	122
Tabela 14. Participação da RA Central nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	124
Tabela 15. RA Central: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	126
Tabela 16. Participação da RA de Araçatuba nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	128
Tabela 17. RA Araçatuba: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	130
Tabela 18. Participação da RA de Bauru nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	132
Tabela 19. RA Bauru: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	134
Tabela 20. Participação RA de São José do Rio Preto nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	137

Tabela 21. RA São José do Rio Preto: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	139
Tabela 22. Participação da RA de Ribeirão Preto nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	141
Tabela 23. RA Ribeirão Preto: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	143
Tabela 24. Participação da RA de Marília nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	145
Tabela 25. RA Marília: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	147
Tabela 26. Participação da RA Presidente Prudente nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	149
Tabela 27. RA Presidente Prudente: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	151
Tabela 28. Participação da RA de Franca nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	153
Tabela 29. RA Franca: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	155
Tabela 30. Participação da RA de Barretos nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	157
Tabela 31. RA Barretos: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	159
Tabela 32. Participação da RA de Registro nos investimentos na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008	160
Tabela 33. RA Registro: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estado de São Paulo: Volume de investimentos anunciados na indústria de transformação, em US\$ milhões – 1995-2008	81
Gráfico 2. Investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo os ramos industriais (em %) – 1995-2008	92
Gráfico 3. RM de São Paulo: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	97
Gráfico 4. RM de Campinas: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	104
Gráfico 5. RA de São José dos Campos: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	111
Gráfico 6. RM da Baixada Santista: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	115

Gráfico 7. RA de Sorocaba: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	119
Gráfico 8. RA Central: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	124
Gráfico 9. RA de Araçatuba: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista (em %) – 1995-2008	128
Gráfico 10. RA de Bauru: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	132
Gráfico 11. RA de São José do Rio Preto: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	136
Gráfico 12. RA de Ribeirão Preto: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista (em %) – 1995-2008	141
Gráfico 13. RA de Marília: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	145
Gráfico 14. RA de Presidente Prudente: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	149
Gráfico 15. RA de Franca: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	153
Gráfico 16. RA de Barretos: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	156
Gráfico 17. RA de Registro: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em US\$ bilhões) – 1995-2008	64
Mapa 2. Municípios do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	66
Mapa 3. Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-1998	83
Mapa 4. Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 2008	84
Mapa 5. Municípios do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-1998	86
Mapa 6. Municípios do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 2008	87
Mapa 7. Municípios da RM de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	98
Mapa 8. Municípios da RM de Campinas: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	105
Mapa 9. Municípios da RA de São José dos Campos: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	112
Mapa 10. Municípios da RM da Baixada Santista: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	117

Mapa 11. Municípios da RA de Sorocaba: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	121
Mapa 12. Municípios da RA Central: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	125
Mapa 13. Municípios da RA de Araçatuba: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	129
Mapa 14. Municípios da RA de Bauru: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	133
Mapa 15. Municípios da RA de São José do Rio Preto: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	138
Mapa 16. Municípios da RA de Ribeirão Preto: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	142
Mapa 17. Municípios da RA de Marília: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	146
Mapa 18. Municípios da RA de Presidente Prudente: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	150
Mapa 19. Municípios da RA de Franca: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	154
Mapa 20. Municípios da RA de Barretos: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	158
Mapa 21. Municípios da RA de Registro: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008	161

LISTA DE SIGLAS

BCDK – Bens de Consumo Durável e de Capital

BCND – Bens de Consumo Não-Durável

BI – Bens de Uso Intermediário

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas

EUA – Estados Unidos da América

EMN – Empresa Multinacional

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

FED – Federal Reserve

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAsPERR – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIESP – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo
PND – Programa Nacional de Desestatização
RA – Região Administrativa
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RG – Região de Governo
RM – Região Metropolitana
RMC – Região Metropolitana de Campinas
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
VTI – Valor de Transformação Industrial

RESUMO

O atual contexto da chamada acumulação capitalista, engendrada pela necessidade do capital em geral de crescer e se expandir continuamente na busca por maiores taxas de lucro, tem aprofundado, redefinido e tornado mais complexa a divisão territorial do trabalho em múltiplas escalas geográficas. Com esse ponto de partida, a presente dissertação procura contribuir com o debate teórico, mas com fortes evidências empíricas, sobre a relação entre indústria, investimentos e suas resultantes espaciais na dinâmica territorial do Estado de São Paulo, em particular a partir dos permanentes processos que modelam e condicionam a divisão territorial do trabalho na escala regional, principalmente, mas também da rede urbana paulista. Elemento central dessa discussão são os movimentos decorrentes dos denominados processos de desconcentração dos capitais produtivos no conjunto do estado e de centralização do comando desses capitais e de seus fluxos territoriais na metrópole, que formariam, conseqüentemente, um novo mapa da indústria paulista nesse início de século XXI. A interpretação de tais processos diz respeito à busca das resultantes espaciais reveladas pelas decisões de investimentos da indústria de transformação, considerando como principal fonte de dados a PIESP – “Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo”, disponibilizada pela Fundação SEADE. Nesse sentido, parte-se do pressuposto teórico-metodológico de que a dinâmica econômica, revelada a partir e através dos investimentos, produz o território e, ao mesmo tempo, é condicionada por ele. A formulação teórica para lidar com essa via de mão dupla tem como base a elaboração de uma perspectiva de que há ligação entre os investimentos anunciados e sua materialização no território. Mais que uma metodologia, então, refere-se a uma perspectiva teórica que busca trazer para a discussão as relações entre investimentos e indústria e suas resultantes espaciais, a partir dos dados empíricos trabalhados. A distribuição desigual dos investimentos industriais anunciados no Estado de São Paulo é, portanto, reveladora para se compreender os processos em curso e a contribuição dos agentes econômicos na produção do território, traduzindo as decisões seletivas tomadas no passado que chegam ao presente como fortes condicionantes de trajetórias futuras das cidades/regiões paulistas em que estão presentes.

Palavras-chave: produção do território, divisão territorial do trabalho, investimentos anunciados, indústria de transformação, Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The current context of called capitalist accumulation, engendered by the necessity of the capital in general of growing and expand yourself continuously in search for higher rates for profit, has deepened, redefined and made more complex the territorial division of labour in multiple geographic scales. With this starting point, the present dissertation seeks to contribute to the theoretical debate, but with strong empirical evidence, about the relationship between industry, investments and their spatial resulting on the state of São Paulo territorial dynamics, in particular from the permanent processes that shape and constrain the territorial labour division in the regional and urban network São Paulo scales. Central element of this discussion are the resulting movements from processes called devolution of productive capital in the State Assembly and centralization command of these capitals and their territorial flows in the metropolis, which would create, accordingly, a new São Paulo industry map of the early this XXI century. The interpretation of such cases concern the search of space resultings revealed by the decisions of investments of manufacturing industry, considering as the main source data PIESP - "Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo", available by Fundação SEADE. In this sense, from the presupposition theoretical-methodological that the economic dynamics, revealed from and through investments, produces the territory and, at the same time, is conditioned by it. The theoretical formulation to deal with this two-way is based on the development of a perspective that there is links between announced investments and your materialization on the territory. More than a methodology, then, refers to a theoretical perspective that seeks to bring to the discussion the relationships between investment and industry and their spatial resulting from empirical data worked. The uneven distribution of industrial investments announced in the State of São Paulo is, therefore, revealing to understand the ongoing processes and the contribution from economic agents in the territory production, translating selective decisions taken in the past that come to present as strong determinants futures trajectories of cities/regions in São Paulo in which are present.

Keywords: territory production, territorial labour division, announced investments, manufacturing industry, State of São Paulo.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado se deu, originalmente, pelo interesse em dar continuidade e aprofundar as questões discutidas em dois anos da pesquisa de iniciação científica *“Análise preliminar e elaboração de indicadores e mapeamentos da PIESP: Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – 1995–2006”*. A investigação citada nos possibilitou uma primeira aproximação sobre a temática da dinâmica industrial na produção do espaço, em que dialogamos com esse debate investigando as recentes mudanças na divisão territorial do trabalho e a consequente formação de um novo mapa da indústria paulista, a partir da localização dos investimentos anunciados na indústria de transformação do Estado de São Paulo, em particular no ramo de alimentos e bebidas. Resultado daquela pesquisa foi a elaboração, no ano de 2010, da monografia para a conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia intitulada *“Investimentos na indústria de alimentos e bebidas e mudanças na divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo”*.

Assim como na iniciação científica, nossa pesquisa de nível de mestrado *“Os fluxos de investimentos na dinâmica econômica capitalista: um estudo a partir da indústria de transformação paulista”* foi realizada no âmbito do GAsPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais) da FCT/UNESP *campus* Presidente Prudente, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo e, desde seu início, inseriu-se num conjunto maior de investigações do Projeto Temático FAPESP *“O novo mapa da indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no Estado de São Paulo”*.

Este projeto temático foi coordenado pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, contando com a participação de pesquisadores de distintas instituições acadêmicas, sendo o Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo um dos pesquisadores colaboradores, e teve como objetivo principal de estudo a compreensão da dinâmica econômica recente do Estado de São Paulo, considerando-se de um lado as mudanças nas funções da metrópole e, de outro, as novas configurações dos espaços não-metropolitanos na geração de riquezas relativas ao conjunto do estado e do país. Portanto, por buscar o entendimento sobre as transformações das atividades econômicas no Estado de São Paulo e suas resultantes territoriais, fez-se necessário analisá-las partindo de distintas matrizes teórico-metodológicas e em suas múltiplas escalas geográficas.

O objetivo central da dissertação é analisar a contribuição da dimensão industrial na produção do território do Estado de São Paulo, buscando compreender as mudanças na divisão territorial do trabalho e as recentes transformações na economia paulista em relação à dinâmica dos fluxos de investimentos anunciados na indústria de transformação do estado. Assim, os objetivos mais amplos da presente pesquisa inserem-se no diálogo propiciado pelo referido projeto temático através do debate teórico acerca da relação entre indústria, investimentos e suas resultantes espaciais na dinâmica territorial do Estado de São Paulo, em particular a partir dos permanentes processos que modelam e condicionam a divisão territorial do trabalho nas escalas regional e da rede urbana paulista.

Elemento central dessa discussão são os já analisados, por diversos autores a serem tratados no texto, movimentos decorrentes dos denominados processos de desconcentração dos capitais produtivos no conjunto do estado e de centralização do comando desses capitais e de seus fluxos territoriais na metrópole que, conseqüentemente, formam o que pode ser interpretado como um novo mapa da indústria paulista nesse início de século XXI.

Uma leitura territorial possível desses distintos processos refere-se à busca das resultantes espaciais reveladas pelas decisões de investimentos privados da indústria, sejam eles nacionais, estrangeiros ou associados (grupos privados de origem nacional e internacional juntos em um mesmo empreendimento), sejam ainda para a implantação de novas unidades produtivas, para ampliação/modernização das já existentes ou ainda investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/processos.

Trata-se, então, partindo da PIESP – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – de analisar como as tomadas de decisões locais por parte dos capitais produtivos nos permite compreender melhor as transformações e os processos em curso que se localizam em seletivas regiões/cidades em detrimento de outras, o que possibilita apreender como a dinâmica econômica e regional/urbana está aprofundando, redefinindo e tornando mais complexa a divisão territorial do trabalho industrial no Estado de São Paulo.

A PIESP é o resultado da sistemática coleta de anúncios de investimentos veiculados na mídia impressa e eletrônica, sendo realizada pela Fundação SEADE

(Sistema Estadual de Análise de Dados) e disponibilizada através de sítio eletrônico¹. Os anúncios de investimentos industriais são, a nosso ver, uma relevante fonte de dados e informações que permitem a interpretação das transformações industriais já estudadas por inúmeros autores que se debruçam sobre a questão da distribuição espacial das atividades econômicas no Estado de São Paulo. Porém, chama a atenção o fato de que a maior parte dos trabalhos sobre a temática parte de dados de estoque, como por exemplo, número de estabelecimentos, volume de pessoal ocupado, PIB setorial, regional ou local etc.

Por um lado, no nosso entendimento e de acordo com a literatura da área que será debatida ao longo desta dissertação, tais dados de estoques são resultantes de decisões de investir tomadas no passado, que por sua vez, chegam até o presente e, ao mesmo tempo, são fortes condicionantes a serem consideradas na análise das trajetórias futuras dos diferentes ramos econômicos, em suas distintas e articuladas localizações. Por outro lado, o conhecimento por nós acumulado até o momento, parte da perspectiva dos fluxos representados pelos investimentos anunciados que, por sua vez, nos remetem às intenções de produção por parte dos diferentes capitais industriais.

Portanto, por se tratar de intenções de investir, faz-se necessário que sua análise considere, antes de mais nada, que suas resultantes na produção de mudanças territoriais sejam interpretadas de modo prospectivo. A mediação teórica necessária para sua correta interpretação deve tratar de analisá-las não a partir de rebatimentos diretos e imediatos sobre as diferentes regiões/localidades de destino, haja vista o período de maturação dos investimentos (que pode ser de curto, médio ou longo prazo, ou ainda podem não se concretizar, dependendo das conjunturas nacionais e internacionais), mas sim considerando as possibilidades de transformações econômicas engendradas pela antecipação espacial dos capitais ao anunciarem intenções de investir, que alteram as características socioeconômicas e as condições técnicas e materiais já existentes naquela região/localidade.

A recente dinâmica econômica paulista é investigada aqui a partir de duas realidades distintas e articuladas. De um lado, leva-se em conta os processos espaciais que expressam as determinações mais amplas do capital em geral no plano da concorrência intercapitalista e, de outro lado, analisa-se as práticas espaciais dos

¹ <<http://www.seade.gov.br>>

capitais particulares em suas decisões locais de investimentos. A nossa leitura desse movimento da realidade, que parte da interpretação dos dados de fluxos de investimentos anunciados na indústria paulista, é de que os processos e práticas espaciais de distintos agentes historicamente determinados e concretos revelam, de um lado, a produção de novas dinâmicas territoriais que, por outro lado, acarretam no aprofundamento da divisão territorial do trabalho industrial no Estado de São Paulo.

Considera-se, assim, que a dinâmica econômica, em sua dimensão industrial, é elemento central na produção do território e, ao mesmo tempo, é condicionada por ele. Ou seja, ao se aferir a contribuição da indústria na produção do território paulista, parte-se aqui da premissa que está diretamente associada às formulações de Haesbaert (2006), em que o conceito de território, em sua dimensão econômica, nos remete à localização das atividades concretas desenvolvidas numa determinada localidade/região, cujos recursos e condições materiais e técnicas ali existentes são elementos que as diferenciam das outras.

A metodologia da pesquisa busca, então, corroborar nossa formulação teórica que lida com essa via de mão dupla, tomando como base a elaboração de uma perspectiva de que há ligação entre os investimentos anunciados, principalmente dos empreendedores privados, dada suas expectativas de rentabilidade, e sua materialização no território. Ou seja, ao mesmo tempo em que a decisão de localização de um investimento informa sobre as condições materiais e técnicas já presentes naquele espaço, sua materialização posterior indica também transformações econômicas dele decorrentes que condicionam as trajetórias daquela região/localidade no futuro.

Para a produção da dissertação em tela, além da compilação, organização (em forma de tabelas, gráficos e mapas) e análise dos dados empíricos sobre os anúncios de investimentos na indústria de transformação paulista, realizamos a leitura e sistematização das principais questões que fundamentam a discussão teórica, privilegiando a incorporação de elementos dinâmicos (espaciais e econômicos) no processo de desenvolvimento capitalista.

A fundamentação bibliográfica da pesquisa procurou consolidar um conhecimento a respeito das interações entre os aportes da Geografia Econômica e Urbana e aqueles derivados da Economia Industrial, tomando como base textos, conceitos e autores que se debruçaram sobre as questões pertinentes à relação indústria no espaço. A leitura e sistematização dessa ampla literatura foi o ponto de partida para

compreender as palavras-chave que dão base e sentido à nossa pesquisa como, por exemplo, o significado de “investimentos anunciados” do ponto de vista teórico em relação ao entendimento da própria dinâmica econômica capitalista, a perspectiva dos processos de “desconcentração industrial” não apenas como um movimento metrópole-interior, mas como um conjunto de movimentos que revelam a diminuição relativa da participação da região metropolitana no conjunto do estado, a distinção conceitual entre desconcentração e descentralização, o significado de “(re)divisão territorial do trabalho” que diretamente se associa ao movimento desigual da produção do espaço etc.

A seguir apresentamos nosso trabalho que está dividido em três capítulos principais, além desta introdução, das considerações finais e da bibliografia. A discussão teórica se inicia de forma mais profunda no capítulo 1, com um panorama mais geral das questões abordadas, apresentando o nosso ponto de vista acerca do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção, que parte da análise das interações espaciais (no caso, dos fluxos de investimentos industriais anunciados que, como será verificado, estruturam e articulam as redes urbanas) para entender a dinâmica industrial na produção do território, as recentes transformações econômicas e regionais/urbanas e, também, os processos em curso de (re)divisão territorial do trabalho, tomando como referência autores como Sposito (2004, 2011), Corrêa (2006a, 2007), Brandão (2007), Paiva (2007), Belluzzo (2009), dentre outros.

Em algumas considerações no subitem 1.1, buscamos aferir as permanentes mudanças na divisão territorial do trabalho e o modo de inserção da economia brasileira nesse contexto contemporâneo, elaborando – não em virtude da “forma” monetária mas pela “natureza” financeira dos fluxos de capitais que exige um enquadramento analítico que nos remete à articulação de escalas mais amplas em relação ao nosso recorte – uma hipótese para entender a dinâmica territorial dos anúncios de investimentos na indústria paulista, considerando as contribuições de Bielschowsky (1999), Araújo (2000), Biondi (2003), Paulani (2008) etc.

Os dois capítulos seguintes apresentam a nossa investigação mais extensa acerca da produção do território, em sua dimensão industrial, e da acumulação capitalista no Estado de São Paulo, considerando as obras de Negri (1996), Santos e Silveira (2001), Lencioni (2003), Cano (2007), Firkowski e Sposito (2008), Selingardi-Sampaio (2009), dentre outros autores.

No capítulo 2 fazemos uma investigação da dinâmica econômica paulista nos anos recentes, de um lado, a partir dos elementos e movimentos que dão forma e sentido aos processos espaciais que, no plano mais amplo da concorrência intercapitalista, produzem o território paulista, problematizando-os em particular à luz dos denominados processos de desconcentração industrial no conjunto do estado e de centralização do comando dos fluxos produtivos e financeiros na metrópole. Tais processos têm redefinido e aprofundado a divisão territorial do trabalho entre as áreas metropolitanas e as demais e, por conseguinte, desenha um novo mapa da indústria paulista nesse início de século XXI.

Encontram-se ao longo do capítulo 3 as informações geradas pela análise dos dados empíricos da PIESP, realizada e disponibilizada pela Fundação SEADE, em cada uma das regiões e em seus respectivos municípios, através de indicadores em sua dimensão territorial que buscam desvendar a recente dinâmica econômica na produção do território partindo, por outro lado, das práticas espaciais dos capitais industriais em particular na dimensão de suas decisões locacionais de investimento.

Por fim, entendemos que as questões desenvolvidas e os procedimentos teórico-metodológicos direcionam-se aos desdobramentos sobre o debate teórico entre indústria, investimentos produtivos e suas resultantes espaciais no sentido de apresentar nossa perspectiva crítica acerca da contribuição dos capitais industriais na produção do território paulista que, de maneira mais ampla, representa como será visto no capítulo a seguir, um ponto de vista geográfico do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Estado de São Paulo e, em grande medida, no Brasil.

CAPÍTULO 1.

***UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DO DESENVOLVIMENTO
DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO***

O esforço intelectual no direcionamento das ideias aqui elaboradas parte, primeiramente, da compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo, assim como a reprodução da sociedade, necessariamente se realiza através da (re)produção do espaço, sendo que esse espaço não é dado naturalmente, pelo contrário, é um produto histórico e social, o resultado concreto das relações sociais determinadas historicamente.

Segundo Carlos (2007), a sociedade ao produzir sua existência, reproduz o espaço e que este é, ao mesmo tempo, condição, meio e produto dos múltiplos processos sociais e históricos, resultando então em um espaço diferenciado e desigual que, em si mesmo, realimenta os processos de diferenciação socioespacial. Essas diferenciações socioespaciais “constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista” (CORRÊA, 2007, p.63), ou como aponta Smith (1988), o desenvolvimento desigual se caracteriza como a essência da contradição inerente ao modo capitalista de produção. Já para Brandão (2007), estamos frente a processos permanentes de homogeneização, integração, hierarquização e hegemonização do capital que criam e recriam territórios em diferentes momentos históricos e sob diferentes divisões territoriais do trabalho.

Nesse sentido, estamos de acordo com os inúmeros autores que se debruçam na elaboração, numa perspectiva marxista, da ideia de desenvolvimento geograficamente desigual como centro explicativo das diferenciações socioespaciais, traduzido em processos que se materializam territorialmente de modo distinto, resultando numa produção diferenciada do espaço em contextos multiescalares.

A produção do espaço geográfico no atual estágio de desenvolvimento do modo capitalista de produção nos remete aos ditames impostos por um processo comumente conhecido como globalização. Esse fenômeno engendrou profundas transformações em todas as dimensões da vida social e, do ponto de vista econômico, diferentemente dos padrões de acumulação anteriores, é marcado por novos avanços tecnológicos, principalmente em informação e comunicação, que tornaram possível os agentes econômicos organizarem-se em redes e, assim, ampliarem consubstancialmente seus lucros em virtude da intensificação dos processos de internacionalização produtiva, desregulamentação dos fluxos financeiros e financeirização da riqueza.

O atual contexto de acumulação capitalista, regido agora por lógicas de acumulação não apenas produtiva mas, sobretudo, financeirizada, se apresenta, cada vez com maior clareza, através de uma competitiva e conflituosa disputa entre os capitais

por todas as frações de território que o mercado pode alcançar. Nossa perspectiva associa-se às reflexões de Santos (2007) sobre a importância da conquista de territórios (que se confunde, na visão dos empreendedores, com conquista de mercados) para a ampliação/reprodução capitalista.

As empresas globais necessitam dos mercados, por mínimos que sejam, porque a perda do menor grama de atividade inflete o poder de uma em benefício da outra. Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais – isso também é globalização. Desse modo, por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder (SANTOS, 2007, p.18-19).

A necessidade dos agentes econômicos de crescer e se expandir continuamente, na busca por maiores mercados e territórios e, por natureza, maiores taxas de lucro, deve ser compreendida, de um lado, a partir dos processos espaciais que nos remetem às determinações mais amplas do capital em geral, no plano da concorrência intercapitalista e, de outro, pela análise das práticas espaciais dos capitais em particular na dimensão de suas decisões locacionais de investimentos. O resultado mais concreto desta dinâmica capitalista é o aprofundamento e redefinição da divisão territorial do trabalho em múltiplas escalas geográficas.

Ou seja, na busca incessante de mobilizarem/ampliarem sua rentabilidade, os agentes econômicos produzem arranjos territoriais de modo seletivo e desigual, estabelecendo assim diferenciações socioespaciais e permanentes mudanças nas relações entre cidades e regiões, que serão interpretadas aqui partindo da análise da dinâmica das interações espaciais dos fluxos de investimentos anunciados na indústria de transformação do Estado de São Paulo.

Do ponto de vista da reprodução capitalista, os investimentos anunciados pelos agentes econômicos caracterizam-se como o ponto de partida para a geração de riqueza e renda de modo desigual. Ao se materializarem no território ou mesmo aos serem anunciados, altera-o qualitativa e quantitativamente considerando que ampliarão a capacidade produtiva da economia, trazendo consigo o aumento da produção de bens industriais e serviços e, conseqüentemente, alterações na geração de novos empregos e nas perspectivas de crescimento econômico, não só do estado como do país. Reforçam,

ou de certa maneira, sinalizam para alterações na própria divisão social e territorial do trabalho.

A dinâmica econômica é aqui entendida, então, partindo da leitura territorial dos processos e práticas espaciais de distintos agentes econômicos em suas ações de acumulação capitalista². Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população no território. Por sua vez, as práticas espaciais constituem ações individuais espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando seus objetivos específicos (CORRÊA, 2007).

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho nada mais é que a articulação de frações do território que, por sua vez, amplia a interdependência dos capitais e dos lugares, o que obriga a concretização, de um lado, de relações de concorrência (verticais) e, de outro, relações de cooperação (horizontais). Essas distintas e articuladas relações capitalistas sob a égide da globalização, orientadas por políticas de cunho neoliberal e por profundas transformações produtivas, financeiras, organizacionais e tecnológicas, são expressas e realizadas pelas interações espaciais entre os agentes e entre as escalas geográficas.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORRÊA, 2006b, p.279).

² Segundo Bottomore (1988, p.1), acumulação não é simplesmente uma relação de produção e capitalização da mais-valia, é também uma relação de reprodução. A base da acumulação está na concentração do capital, já em etapas posteriores, a centralização é o método predominante pelo qual é organizado o uso de quantidades cada vez maiores de capital, o que pressupõe um avançado sistema de crédito que, por sua vez, configura a divergência entre a acumulação do capital na produção e no sistema financeiro. Considerando agora o esforço de Smith (1988, p. 176) no sentido de distinguir a conceituação de concentração espacial e centralização espacial, a primeira refere-se à localização dos capitais, entendidas como infraestruturas ou formas geograficamente imobilizadas de capital fixo, por sua vez, a segunda diz respeito ao capital produtivo centralizado. Cabe ressaltar que, de um lado, os processos espaciais tratados nessa dissertação nos remetem à concentração e centralização espacial, mais especificamente à dinâmica dos processos de desconcentração dos capitais produtivos no conjunto do estado e de centralização do comando desses capitais e de seus fluxos territoriais na metrópole e, por outro lado, as práticas espaciais aqui se associam à antecipação e à seletividade espacial nas decisões locais de investimentos por parte dos capitais industriais.

Portanto, nossa perspectiva geográfica do atual estágio de desenvolvimento capitalista está ligada à leitura da dinâmica das múltiplas e complexas interações espaciais que materializam e articulam permanentes processos e práticas espaciais de distintos agentes historicamente determinados e concretos, revelando, de um lado, a produção de novas dinâmicas territoriais que, por outro lado, acarretam no aprofundamento ou mudanças na divisão territorial do trabalho.

Reafirma-se aqui a necessidade de interlocução com outras áreas do conhecimento para se lograr um entendimento mais claro e profundo acerca dos movimentos da realidade social. Assim, estamos de acordo com Brandão (2007) que destaca em particular o diálogo entre economia política e geografia crítica na investigação de questões estruturais e permanentes *vis-a-vis* as questões conjunturais do sistema capitalista, para buscar compreender as determinações mais gerais do movimento de acumulação de capital, em sua dimensão territorial, em que, dadas as relações de concorrência e cooperação para garantia de mercado e maiores taxas de lucro, se estabelecem diferenciações socioespaciais e conflitos intercapitalistas que têm desdobramentos concretos na produção do espaço geográfico.

No sentido de colaborar para um melhor entendimento da produção do espaço na recente dinâmica econômica e do aprofundamento e redefinições espaciais na divisão territorial do trabalho, faz-se necessário, primeiramente, caracterizar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, apresentando as transformações mais estruturais da globalização econômica que orientam as estratégias e as lógicas de acumulação dos agentes, principalmente subordinando o setor produtivo aos ditames da esfera financeira³. Tomando como base as contribuições de Chesnais (1996), Paiva (2007), Belluzzo (2009), Dias (2009) etc., o ponto de partida para as questões que mais de perto

³ Para reforçar que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a esfera financeira comanda cada vez mais a repartição da riqueza produzida na esfera da produção, tomamos como referência Chesnais (2006, p.241) ao apontar que a esfera financeira é um dos campos da valorização do capital, porém seus lucros formam-se sucessivamente a transferências provenientes da esfera produtiva, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais (salários e lucros). As transações financeiras se realizam num circuito fechado formado por relações financeiras especializadas, porém a autonomia dessa esfera de acumulação capitalista é relativa, dado que sua valorização depende sobretudo do setor produtivo. Nesse sentido, expressa-se o caráter rentista da esfera financeira, em que ela não cria nada por si própria, alimentando-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização da força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação.

nos interessam é a Conferência de Bretton Woods⁴, que instituiu as bases de um novo sistema monetário e financeiro internacional a ser seguido pelas nações no pós-guerra.

O acordo de Bretton Woods foi uma tentativa de reconstrução de uma nova ordem econômica internacional no sentido de criar um ambiente estável capaz de induzir um processo de desenvolvimento econômico, por meio de políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social. Tal sistema tinha um arcabouço regulatório que partia do pressuposto de que o mercado não era capaz de evitar crises nem de conduzir a economia ao pleno-emprego, então, seriam necessárias políticas macroeconômicas e uma estrutura institucional que evitassem os acontecimentos que engendraram a queda da Bolsa de Nova York em 1929 e as sucessivas guerras mundiais.

Para alcançar o desejado ambiente internacional estável e regulado no intuito de favorecer as relações entre os países, uma série de decisões foram tomadas e, a partir de então, são os Estados Unidos quem passaram a determinar as regras das relações comerciais e financeiras internacionais, especialmente em virtude da definição do ouro como lastro da moeda americana. Além da mudança no padrão cambial (da libra esterlina para o dólar), destaca-se a substituição da regulamentação privada pela regulamentação pública nas altas finanças e a criação de instituições monetárias supranacionais⁵. O arcabouço regulatório desse acordo, portanto, institucionalizou a hegemonia norteamericana no âmbito da gestão monetária e financeira mundial,

⁴ Conferência de Bretton Woods é o nome como ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 no Hotel Mount Washington, vilarejo de Bretton Woods em New Hampshire (EUA), que durou 22 dias e teve a participação de delegações de 44 países. Sob a liderança da Inglaterra (representada por John Maynard Keynes) e dos Estados Unidos (representado por Harry Dexter White), a Conferência teve como objetivo central planejar a estabilidade da economia mundial e das moedas nacionais enfraquecidas como resultado da Segunda Guerra Mundial (PAIVA, 2007; DIAS, 2009).

⁵ A definição do ouro como lastro do dólar se deu devido à posição diferenciada dos EUA que possuíam mais de dois terços da reserva de ouro mundial. O ouro representava a antítese da especulação, ou seja, aumentava-se a procura por ouro sempre que os movimentos especulativos escapavam do controle ou uma crise financeira emergia. Por sua vez, a regulação pública com maior controle da movimentação de capitais despertara a profunda antipatia dos especuladores, posto que “foram transformados em figuras execradas pelo público e em bode expiatório conveniente aos governos” (PAIVA, 2007, p.15). Já em relação às instituições supranacionais, foram criados: o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de regular o sistema financeiro internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para o financiamento do processo de reconstrução econômica dos países afetados diretamente pela guerra, sobretudo os europeus e, posteriormente, o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) que na década de 1990 se transformaria na Organização Mundial do Comércio (OMC) (DIAS, 2009).

tornando o país o grande credor internacional que iria coordenar o funcionamento da economia e reorganizar a geopolítica mundial.

A necessidade de melhorar a eficácia da política macroeconômica a fim de conquistar estabilidade das moedas e das economias mundiais exigia desse sistema um forte controle sobre os movimentos dos capitais entre os países, por meio de instrumentos de liquidez que possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial (CHESNAIS, 1996). Durante os primeiros vinte anos do pós-guerra, em função de seu poderio industrial, financeiro e militar, os EUA cumpriram sua função hegemônica na economia mundial e conseguiram reconstruir as economias da Europa e Japão, bem como criaram as condições para a industrialização na periferia do capitalismo (BELLUZZO, 2009).

Porém, em meados dos anos 1960, o conjunto de relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras do acordo de Bretton Woods apresenta suas contradições e, como já era esperado e advertido por alguns economistas da época⁶, os EUA reduzem sua credibilidade no compromisso em honrar o lastro de dólar em ouro. Um dos motivos mais relevantes dessa instabilidade foram as crescentes pressões oriundas dos efeitos da recuperação econômica da Europa e Japão, reconstruídos sob padrões industriais e empresariais altamente competitivos, o que gerou uma crise nesse sistema de regulação devido, principalmente, ao saldo negativo da balança de pagamentos norteamericano⁷.

Apesar do banco central norteamericano (Federal Reserve - FED) ainda tentar a manutenção do controle sobre os fluxos internacionais de capitais, o sistema passa a ser visto como uma fonte de ineficiência econômica, impactando substancialmente a estabilidade estabelecida sob a hegemonia norteamericana nas relações comerciais e financeiras internacionais. Partindo dessas condições adversas é que, em agosto de

⁶ O economista Robert Triffin, no episódio que ficou conhecido como “Dilema de Triffin”, afirmou que o sistema de Bretton Woods era “congenitamente fraco” pois os déficits do balanço de pagamentos dos EUA não poderiam servir eternamente como fonte de liquidez internacional, pelo menos enquanto se mantivesse o lastro e a conversibilidade entre o dólar e o ouro. Mais detalhes em Paiva (2007).

⁷ “Os déficits crônicos no balanço de pagamentos americano – mecanismo que garantiu o sucesso dos arranjos de Bretton Woods e o poder financeiro norteamericano, enquanto regulador da liquidez do sistema – torna-se também o responsável pela erosão e destruição das bases que garantiam ao dólar a função de *standard* universal, no momento em que a profusão de dólares torna o mercado internacional excessivamente líquido” (PAIVA, 2007, p.22).

1971, o presidente dos EUA Richard Nixon rompe unilateralmente com o lastro do dólar firmado no acordo de Bretton Woods⁸.

Mais detalhadamente, Paiva (2007, p.25) elucida as três principais razões para a instabilidade do Sistema Financeiro Internacional no regime de Bretton Woods: i) havia um excesso de dólares no mercado internacional, especialmente na Europa; ii) não havia sinal de melhora do déficit no balanço de pagamentos americano, com agravante de que, a partir do início da década de 1970, o déficit comercial passa a ter uma participação importante no déficit global; iii) o dólar permanecia artificialmente valorizado em virtude das taxas de câmbio fixas definidas pelo acordo de Bretton Woods.

Nesse cenário políticoeconômico surge um novo padrão de acumulação baseado primordialmente na financeirização e nas práticas rentistas, refletindo a emergência e consolidação de um espaço financeiro mundial que, aliado aos ajustes do neoliberalismo⁹, aprofunda a divisão territorial do trabalho na medida em que, a partir de então, verifica-se, cada vez mais intensamente, a redução da participação do Estado no sentido de deixar o mercado o mais livre, fluído e desregulado possível, intensificando, dentre outros, os processos de entrada e saída de fluxos de capitais internacionais, internacionalização e reestruturação produtiva e inovações financeiras¹⁰.

São levados em conta autores como Coutinho (1995), Araújo (2000), Kupfer (2003), dentre outros, que se debruçam num esforço de apreender o vigente cenário internacional das relações econômicas e financeiras sob a égide da globalização. Aoun,

⁸ “As inevitáveis pressões sobre o dólar se intensificaram e, já em 1971, o presidente Nixon suspendeu a conversabilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973, o sistema de paridades fixas, mas ajustáveis, foi substituído por um sistema de flutuações “sujas”. Os Estados Unidos não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda padrão, na medida em que uma oferta “excessiva” de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob pressão de um déficit comercial” (BELLUZZO, 2009, p.53).

⁹ O presidente norteamericano Ronald Reagan (1981-1989) e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990) foram as figuras políticas que, naquele período, impulsionaram a ascensão do neoliberalismo.

¹⁰ Utilizando de Ferreira e Freitas (1990), Paiva (2007, p.31) aborda o importante papel das inovações financeiras, em especial a securitização de dívidas e os instrumentos derivativos, no gerenciamento da liquidez e do risco e seus impactos sobre a dinâmica das finanças internacionais. Nos anos 1970, as inovações financeiras tinham um caráter de reação aos controles financeiros domésticos e aos altos impostos sobre as operações financeiras com não-residentes, por outro lado, nas décadas de 1980 e 1990, são introduzidos novos instrumentos financeiros no intuito de proteger os bancos e seus clientes contra a crescente volatilidade das taxas de juros e de câmbio, bem como o acesso a formas de endividamento mais baratas. Assim, o autor infere que as inovações financeiras têm um caráter contraditório, pois apesar de redistribuir os riscos entre os agentes internacionais (bancos, corporações, fundos de pensão etc.), a alavancagem desses agentes reflete uma maior instabilidade e volatilidade dos mercados, o que gera recorrentes choques especulativos e crises financeiras sistêmicas.

Verdi e Sato (2008, p.67) apontam que o movimento de liberalização dos mercados emerge como um processo contínuo iniciado nos anos 1980 e que avançou e se aprofundou ao longo dos anos 1990 e 2000 “nas mudanças do marco regulatório relativas ao ingresso de recursos externos, saída de recursos e conversibilidade da moeda”, e destacam três processos voltados à valorização do capital que redefiniram a divisão internacional do trabalho uma vez que, diretamente, possibilitaram o aumento dos fluxos de investimentos a nível mundial: o papel das novas tecnologias, a desregulamentação financeira e as novas formas organizacionais dos Grupos Econômicos baseadas em redes.

[...] a maior difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, paralela ao processo de desregulamentação, de abertura dos mercados constituíram as bases para o desenvolvimento das novas formas organizacionais e de internacionalização dos Grupos Econômicos. Estes, na intenção de valorizar seus capitais, utilizam não só de estratégias referentes à esfera produtiva, mas, cada vez mais, à esfera financeira. Atualmente, as ações dos Grupos promovem uma maior aproximação entre estas duas esferas, de tal forma que os limites parecem se dissipar, sendo comum os casos em que elas se interagem. No interior do Grupo Econômico, torna-se cada vez mais freqüente a subordinação da esfera produtiva à financeira (AOUN, VERDI e SATO, 2008, p.1).

A concepção de grupo econômico assumida pelos autores citados é a de que constitui um sistema a partir de uma estrutura organizacional complexa, mediante uma estratégia tomada em nível global: contratos, alianças, parcerias, participação acionária. Tais estratégias propiciaram aos agentes econômicos coordenar atividades de vários setores, produção e serviços, incluindo empresas juridicamente independentes entre si, ou seja, a capacidade de coordenar empresas internas e externas, mediante estratégias financeiras e produtivas em nível global, resulta na conformação de redes globais (AOUN *et al.*, 2008).

Uma das transformações mais impactantes, do ponto de vista geográfico, na conformação das redes globais é a possibilidade de cisão territorial entre gestão e produção, estratégia geralmente praticada por indústrias de grande e médio porte de maneira articulada aos sistemas urbanos. Dentre tantas condições materiais e técnicas, tal separação é viável graças, principalmente, aos avanços tecnológicos que estruturam as redes de comunicação e informação, a partir da ampliação do conhecimento e da expansão do complexo eletrônico como um todo. Como observa Coutinho (1995), as

redes eletrônicas entre empresas fazem com que a relação de mercado seja substituída pela coordenação *on-line* de produção, oferta e distribuição, redimensionando a relação espaço-tempo entre as atividades econômicas e os centros urbanos.

Da mesma forma, Araújo (2000) olhando para as décadas finais do século XX, percebe três grandes movimentos que afetam profundamente tanto a divisão territorial do trabalho quanto a dinâmica e a forma de funcionamento da economia mundial.

O primeiro é o da *globalização*, movimento resultante da intensificação do secular processo de internacionalização dos mercados, dos principais fluxos econômicos e da atuação dos principais agentes econômicos. Estes agentes – os conglomerados transnacionais – consolidam suas estratégias de atuação e têm presença cada vez mais difundida no espaço econômico terrestre. (...) O segundo é o movimento de *crise do regime de acumulação anterior*, com a crescente dificuldade encontrada pelos agentes econômicos para gerarem riqueza e se reproduzirem, de forma ampliada, na esfera produtiva da economia mundial. Ao mesmo tempo, verifica-se a consolidação de uma importante reestruturação produtiva, no meio da qual se processa uma nova revolução tecnológica – a revolução da microeletrônica. (...) O terceiro é o processo, cada vez mais intenso, de *financeirização da riqueza*, ou seja, da crescente possibilidade exercitada pelos agentes econômicos – sobretudo os maiores – (...) de criar riqueza, ampliar patrimônio, acumular capitais na esfera financeira, operando no mercado cambial, nas bolsas de valores, no mercado de títulos públicos, no mercado de derivativos, entre outros (ARAÚJO, 2000, p.9-10). Grifo do autor.

Sob um diferenciado fio condutor de interpretação (ou seja, a análise do desenvolvimento da humanidade por meio da evolução técnica), Santos (1996) entende o atual contexto de acumulação capitalista considerando a interação de três dados históricos: a) a unicidade da técnica, em virtude dos avanços tecnológicos em informação e comunicação; b) a unicidade do tempo, ou convergência dos momentos devido à instantaneidade e simultaneidade dos acontecimentos e; c) a unicidade do motor, graças à mais-valia gerada pela esfera produtiva associada à esfera financeira. No mesmo sentido, Santos e Silveira (2001, p.21) ressaltam que

“nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização”.

O desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, principalmente as tecnologias em informação e comunicação, consolidou nos anos 1980 e 1990 esse novo padrão de acumulação financeirizada. Assim estamos de acordo com Paiva (2007) quando afirma que, ao redimensionarem a relação espaço-tempo das atividades humanas, as inovações técnicas no setor financeiro expressam a necessidade de reprodução do capital em escalas cada vez mais abrangentes.

Nesta perspectiva, pode-se concluir que os estímulos para a intensificação do processo de criação e difusão de novos instrumentos financeiros estariam *a priori* subordinados ao movimento de internacionalização dos mercados financeiros, a concorrência entre instituições financeiras, a emergência de condições macroeconômicas mais voláteis, a busca por uma maior liquidez dos ativos financeiros e as novas formas de reprodução do capital (PAIVA, 2007, p.31).

Essas transformações econômicas configuram o atual sistema capitalista emergente em todo o espaço geográfico, o qual constitui uma nova fase de controle das atividades econômicas pelo mercado, marcada pela emergência e consolidação de um novo sistema de governança do capital industrial realizado pelo capital financeiro, paralelamente ao desenvolvimento dos meios de informação e de controle, de uma logística de serviços complexos às empresas e uma profissionalização das atividades de finanças (PETIT, 1999 *apud* AOUN *et al.*, 2008). Para Vainer (2001, p.141), o processo de mundialização financeira “vem reconfigurando, desde os anos 70 e, mais aceleradamente, desde os 80, as relações entre Estado, economia e sociedade, de um lado, e entre Estados nacionais e corporações transnacionais, de outro lado”. A emergência e consolidação desse espaço financeiro mundial não constitui um processo exógeno, em que se verificam impactos que atingem os países de cima para baixo, mas, antes, constitui um processo geográfico, “produto das estratégias organizacionais, tecnológicas, regulatórias e corporativas de firmas individuais, instituições e autoridades em localizações específicas” (MARTIN, 1999 *apud* DIAS, 2009, p.10).

Todo esse panorama enfatizado pelos autores acima reforça, então, a nossa hipótese de que o atual estágio de acumulação financeirizada, imposto pelas tendências e variações do mercado, além de condicionar as decisões locais de investimentos, mostra que a divisão territorial do trabalho está em um processo permanente de aprofundamento ou mudança, sobretudo devido à intensificação dos fluxos de capitais internacionais.

Não apenas pela “forma” monetária mas pela “natureza” financeira dos fluxos de capitais na economia, ao investigarmos a dinâmica capitalista contemporânea exige-se esse enquadramento analítico que nos remete à articulação de escalas mais amplas em relação ao nosso recorte na busca de compreender as mudanças na divisão territorial do trabalho, determinadas pelas transformações no período atual, principalmente os avanços tecnológicos em informação que deram as bases para a possibilidade de ampliação dos fluxos de investimentos em escalas cada vez mais abrangentes.

Realizadas as considerações que elucidam o cenário histórico e político que engendrou as condições fundamentais para a configuração do atual sistema econômico e financeiro mundial, o que se pretende a partir de agora é expor, com maior profundidade, a nossa perspectiva geográfica acerca do atual contexto de acumulação capitalista na produção do espaço, considerando as múltiplas e complexas interações espaciais entre os agentes econômicos e entre as escalas geográficas.

A leitura da dinâmica capitalista nos remete, então, aos permanentes processos e práticas espaciais de distintos capitais que, em suas tomadas de decisões locacionais dos investimentos, produzem arranjos territoriais produtivos de modo seletivo e diferenciado, por meio do uso dos recursos disponíveis em cada fração do território, da localização e de articuladas interações espaciais. A partir da análise das interações espaciais (especificamente para o nosso trabalho, entendidas em particular como os fluxos dos anúncios de investimentos na indústria paulista) não é possível apreender a totalidade da realidade espacial e da reprodução social, porém representa uma dimensão relevante para se compreender o caráter diferenciado da produção do espaço, os agentes que a desencadeiam e suas intencionalidades, uma vez que possibilita verificar a distribuição desigual dos diferenciados processos produtivos que se localizam em seletivos centros urbanos em detrimento de outros.

A complexa dinâmica das interações espaciais, portanto, está intrinsecamente ligada à (re)produção desigual da sociedade e do modo capitalista de produção, em que processos e lógicas se estruturam e se articulam de modo diferenciado em múltiplas escalas geográficas. Nesse sentido, de acordo com Corrêa (2006a) as interações espaciais devem ser interpretadas como parte integrante tanto da existência e reprodução social, refletindo as desigualdades locais/regionais em relação às necessidades historicamente identificadas, como do processo de transformação social,

em que algumas localidades são favorecidas em detrimento de outras, o que amplia as diferenciações socioespaciais já existentes (CORRÊA, 2006b).

As interações espaciais proporcionam a compreensão dos elementos particulares que concretizam bases territoriais diferenciadas, assim como a funcionalidade com a qual as relações espaciais ocorrem (CATELAN, 2012). As relações entre os agentes e as dinâmicas que transformam a realidade social e espacial, portanto, engendram redefinições econômicas e territoriais e, dessa forma, o que nos apresenta, concretamente considerando a dinâmica diferenciada das interações espaciais, é uma fragmentação articulada dos territórios produtivos.

A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho, que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. A articulação, por sua vez, exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais, que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos (CORRÊA, 2010, p.189)

O que nos coloca aqui em destaque é a constatação de que a dinâmica das interações espaciais nos remete à uma visão mais imediata da realidade, em que os fluxos de diferentes naturezas conectam os distintos pontos do espaço geográfico, revelando os agentes que os desencadeiam e suas intencionalidades. Porém, para além dessa visão, consideramos aqui a contribuição teórica de Catelan (2012), em que as interações espaciais são vistas como uma perspectiva do espaço em rede e expressam a articulação entre o movimento da sociedade e a produção do espaço¹¹. Nesse sentido, o autor trata as interações espaciais interescolares como fundamentais para compreender a condição relacional no espaço e suas resultantes, com destaque para as redes urbanas.

De acordo com Catelan (2012), ao se analisar as interações espaciais é possível entender a articulação dos elementos (em particular dos capitais) no tempo e no espaço que interconecta fluxos e fixos, portanto, não é possível dissociar a relação intrínseca que há entre os movimentos das interações espaciais e a estruturação e articulação das redes urbanas. As interações espaciais estruturam as redes urbanas que condicionam o volume, a densidade e a natureza dos fluxos e, por outro lado, somente nelas ganham

¹¹ Em sua tese de doutoramento, Catelan (2012) considerando as articulações das interações espaciais interescolares, elabora uma perspectiva analítica e um caminho metodológico para estudar as cidades médias (no caso Bauru, Marília e São José do Rio Preto) para além da perspectiva da hierarquia urbana na classificação de suas funções na rede urbana, propondo uma leitura por meio da heterarquia urbana.

forma e sentido para realizar a articulação das relações sociais entre os diversos agentes e entre as múltiplas escalas¹². A rede urbana, por sua vez, composta por um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si (CORRÊA, 2006a), é resultado da dinâmica de complexas interações espaciais que não são mais somente hierárquicas e hierarquizantes, estabelecendo também diferenciadas articulações interescalares.

Levando em conta a contribuição de Corrêa (2006a, p.26), a rede urbana se caracteriza, simultaneamente, como reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. Reflexo na medida em que, dada as vantagens locacionais diferenciadas, tem-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional das cidades, por outro lado, também é condição devido às funções articuladas de suas cidades que possibilitam a produção, circulação e consumo dos mais variados bens e serviços.

Além de expressar e realizar a divisão territorial do trabalho, o autor acima afirma que a rede urbana também possibilita o complexo ciclo de reprodução do capital, uma vez que os centros urbanos participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente, ou seja, a rede urbana é a forma espacial através da qual se realizam as funções urbanas, viabilizando o funcionamento e a reprodução do modo capitalista de produção. Corrêa (2006a, p.37) conclui que, como forma espacial, a rede urbana é uma expressão fenomênica de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades¹³.

A estruturação e articulação da rede urbana, realizada via complexas interações espaciais, torna o espaço geográfico, concomitantemente, seletivo, desigual e diferenciado na medida em que, por meio dela, fluem as decisões de investimentos e as demais ações dos agentes econômicos, criando e transformando os centros urbanos, bem como as atividades econômicas neles presentes. Como produto das decisões seletivas de localização dos investimentos realizadas pelos agentes econômicos, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, a rede urbana estabelece

¹² A rede urbana existe de fato no momento em que se dão os fluxos, movimento que só é compreendido no tempo e no espaço, que interconecta os fixos e os agentes participantes deste processo e que configura a estruturação e as articulações delas dando sentido às funções e aos papéis que atribuímos a cada cidade ou conjunto delas (CATELAN, 2012, p.50).

¹³ As cidades pensadas no contexto das redes, tanto a partir dos padrões de estruturação hierárquica, como também das articulações interescalares de outras direções e sentidos, são a expressão máxima do movimento das interações espaciais (CATELAN, 2012, p.26).

diferenciações socioespaciais entre os centros urbanos que, por sua vez, condicionam novas ações e intenções de investir.

Na nossa perspectiva, então, a configuração desigual da rede urbana é resultado dos conflitos e das relações sociais historicamente determinadas e concretas, traduzindo a espacialização do conjunto de decisões de localização de investimentos tomadas no passado pelos agentes econômicos que chegam ao presente como fortes elementos condicionantes de trajetórias futuras.

Particularmente no caso dos países em vias de desenvolvimento como o Brasil, parte do mercado é controlado e orientado pelas ações e decisões das empresas multinacionais, assim a rede urbana constitui-se também como parte da divisão internacional do trabalho, exercendo um papel de intermediação no conjunto de uma ampla rede urbana cujos pontos nevrálgicos se localizam nos países desenvolvidos. É nas grandes metrópoles, então, cujo papel é o de comandar os capitais e seus fluxos territoriais (em âmbito nacional e até mundial) em ações de decisão locacional com vistas à acumulação de capital, que a divisão territorial do trabalho se apresenta efetivamente condicionada pela rede urbana.

A noção de metrópole aqui apreendida refere-se ao arranjo hierárquico dos centros urbanos e de suas atividades econômicas e urbanas, considerando que há centros com maior grau de polarização e atração de investimentos devido ao elevado patamar de diversificação de suas funções. As decisões de investimento que partem da metrópole paulista, por exemplo, dada suas funções e posição de centro historicamente construído do capitalismo brasileiro, conduzem a produção e a organização espacial de todo o território paulista (e, em grande medida, nacional), influenciando o modo diferenciado e desigual de inserção dos demais níveis hierárquicos na rede urbana. Essa visão hierárquica das relações coexiste e complementa a ótica das articulações interescares, sendo que, conjuntamente, essas complexas interações espaciais condicionam e expressam distintos processos e práticas espaciais, cuja dinâmica estabelece diferenciações socioespaciais e mudanças na influência regional e nos papéis urbanos das cidades inseridas no conjunto da rede urbana do Estado de São Paulo.

As diferenciações socioespaciais geradas pelas relações e interações espaciais entre as diversas frações de capitais em contextos multiescares, na rede urbana manifestam-se, de acordo com Corrêa (2007, p.64), em termos de tamanho de cidades e, o que nos interessa em particular, por intermédio da diferenciação funcional dos centros

urbanos, revelando assim sua dimensão qualitativa expressa nos papéis econômicos e urbanos, ou seja, “lugares centrais hierarquizados e centros especializados, ou uma combinação de ambos, descrevem a diferenciação socioespacial na escala da rede urbana”.

Considerando as contribuições de Sposito (2004, 2011), essas diferenciadas interações/relações de concorrência e cooperação entre os agentes, além da redefinição dos papéis econômicos dos centros urbanos no âmbito das redes e dos sistemas urbanos, resultam numa sobreposição e/ou coexistência de mais de uma lógica de estruturação das redes urbanas. Apoiando-se em Camagni (1993, *apud* SPOSITO, 2004, p.191) verifica-se que as lógicas espaciais correspondem a redes “hierarquizadas verticalmente”, “de complementaridade” e “de sinergia e de inovação”, por sua vez, Roncayolo (1990 *apud* SPOSITO, 2004, p.191) aponta que a “divisão funcional do espaço não se dá exclusivamente por princípios hierárquicos, mas combina especialização, complementaridade e concorrência”. Em outro texto, a mesma autora ressalta que as redes “não se estruturam apenas hierarquicamente, mas resultam de múltiplos fluxos, estabelecidos horizontalmente e transversalmente” (SPOSITO, 2011, p.131).

Portanto, estamos de acordo com a citada autora na constatação de que, ao se sobrepor às anteriores, as estruturas espaciais dotam as cidades de papéis econômicos que se adaptam às demandas das atividades estruturadas tanto em redes hierárquicas, como em redes de redes (SPOSITO, 2011). Conclui-se, assim, que as dinâmicas econômicas e urbanas presentes na sociedade capitalista contemporânea revelam profundas transformações nas relações/interações entre cidades e regiões, tornando mais complexa a configuração da rede urbana e dos espaços regionais devido à coexistência de diferenciadas lógicas espaciais de estruturação, baseadas tanto em redes hierárquicas como não-hierárquicas¹⁴.

Na visão de Sposito (2004), os avanços tecnológicos na atual fase da globalização, principalmente em telecomunicações, são responsáveis pelas lógicas

¹⁴ O conjunto dessas transformações indica que múltiplas redes de fluxos se estabelecem, colocando em relação as cidades paulistas, segundo lógicas que respondem a diferentes divisões regionais do trabalho que se superpuseram e estão superpostas, denotando que o espaço é, como destacou Milton Santos, acumulação desigual de tempos. (SPOSITO, 2004, p.191)

espaciais configuradas em redes na medida em que possibilitam a relativização das distâncias que, por sua vez, não são mais, necessariamente, o elemento central da estruturação das redes. Assim, a autora conclui que o elemento capaz de relativizar as distâncias e as hierarquias que organizavam as redes pretéritas é a fluidez, pois possibilita relações de competição ou cooperação entre cidades de diferentes dimensões.

Essa fluidez revela-se no espaço e no tempo, porque designa a relativização da extensão e da duração dos fenômenos e dinâmicas. Por outro lado, a circulação imaterial das idéias, das informações e do capital, em sua forma financeira, amplia as possibilidades de constituição das redes urbanas, cujas cidades participam, simultânea e seletivamente, de espaços locais, regionais e até nacionais e internacionais. (SPOSITO, 2004, p.196).

Todo esse complexo panorama da produção do espaço geográfico na recente dinâmica econômica capitalista, marcado por sinergias e conflitos nas relações hierárquicas e interescares dos diversos agentes econômicos em sua busca incessante por maiores taxas de lucro, expressa uma lógica de valorização diferenciada dos capitais, determinada a cada momento histórico por permanentes processos de (re)divisão territorial do trabalho visando, de modo concreto, homogeneizar o território, não no sentido que ocorra uma igualação dos lugares/regiões, o que os tornariam indiferenciados, mas no sentido de sua incorporação a novos padrões e patamares da acumulação capitalista.

Nossa perspectiva da dimensão industrial na produção do território vai no mesmo sentido que as contribuições de Brandão (2007) em que, numa perspectiva econômica, trata dos processos de homogeneização, integração, hierarquização e hegemonização para apreender os aspectos espaciais do desenvolvimento desigual capitalista. A homogeneização remete aos movimentos dos capitais em geral no sentido de homogeneizar as condições para sua reprodução, tendo como resultado espaços cada vez mais unificados para a valorização capitalista. Já a integração diz respeito, no plano da concorrência, ao enlace de espaços e estruturas produtivas, resultando em uma disputa entre as diversas frações do capital no contexto de uma dada divisão social do trabalho. Por sua vez, a polarização refere-se às hierarquias que expressam dominação e irreversibilidade, resultando em sistemas de relações centro-periferia. A hegemonia, por fim, remete ao poder político, caracterizado por um sistema de influências baseado no

consentimento ativo, o que resulta em um poder desigual de decisões (BRANDÃO, 2007).

Partindo da abordagem de Brandão (2007) para aferir mais estritamente a influência da indústria na produção do território, infere-se que ela o *homogeneiza* a fim de criar as condições materiais, normativas e técnicas necessárias para sua implantação e reprodução ampliada de seu capital, propicia uma *integração* a partir das relações mercadológicas (concorrência e cooperação) presentes num ambiente de intensa competitividade, necessariamente marcado por rupturas, transformações e conquista de espaços para sua reprodução, *polariza* os territórios que ocupa na medida em que existem centros com autonomia de decisão (centros de comando e gestão, inseridos na dinâmica das redes e hierarquias), dos quais gravitam espaços com baixo poder autônomo e endógeno de decisão e, por fim, o mesmo ocorre em relação à *hegemonia* – componente de análise que o próprio autor considera como o “objeto terminal” da economia política da espacialidade da riqueza capitalista –, o que nos remete à existência de um poder desigual de decisão sobre a produção de qualquer território, em que as regulações e variações do mercado têm influência direta na produção industrial.

Nesse sentido, a hipótese que trabalhamos para entender a produção do território e os processos em curso na dinâmica capitalista paulista nos anos recentes, a partir dos conceitos sugeridos por Brandão (2007), considera que, dada as condições histórico-concretas produzidas no passado (isto é, em momentos anteriores de outras divisões territoriais do trabalho), os agentes econômicos (e políticos) constroem relações, interações, conflitos e sinergias entre os distintos capitais e entre as múltiplas escalas que, variando e se desenvolvendo conforme a complexidade da cadeia produtiva em que estão inseridos, impõem padrões e regras que destroem os que não se adaptam pela via da concorrência, criam laços de complementariedades, fluxos e mobilidade entre novos e antigos investimentos e/ou possibilitam ainda a especialização funcional de lugares que passam a atrair novos investimentos.

A fim de qualificar ainda mais a discussão e entender mais profundamente como a economia brasileira se inseriu nesse cenário de acumulação capitalista, analisou-se a seguir a situação macroeconômica e o papel do Estado em distintos períodos frente às mudanças mais gerais que ocorreram em razão da substituição dos acordos regulatórios de Bretton Woods pela acumulação financeirizada que predomina no contexto contemporâneo.

1.1 Algumas considerações sobre a inserção da economia brasileira no atual contexto de acumulação capitalista

Sem a pretensão de esgotar o debate, mas com o objetivo de contextualizar os elementos mais significativos da dinâmica analisada anteriormente de maneira a compreender, especificamente, a dimensão territorial de tais processos, é preciso avançar no debate sobre as articulações e interrelações entre a escala nacional e a internacional que vem se produzindo quando se trata de analisar fluxos de investimentos em suas interações com a produção do espaço.

Aquele contexto de profundas transformações que foram apresentadas e analisadas acima, em particular a desregulamentação ou liberalização financeira iniciada pelos EUA nos anos 1970, possibilitou a emissão de expressivos volumes de dólares, causando um excesso de liquidez em poder dos bancos já que, passados 30 anos de Bretton Woods, o mercado global já tinha absorvido o dólar como moeda de trocas internacionais e, desde então, cresce a circulação de fluxos financeiros, sem o controle das autoridades monetárias, para além das fronteiras dos Estados Nacionais. Revelou-se, naquele contexto, um momento oportuno para a consolidação da hegemonia norteamericana, sendo que suas ações políticas mais concretas direcionaram-se fortemente para a implantação de empresas e bancos do país em outros territórios, principalmente na Europa.

Os demais países desenvolvidos, já ao final da década de 1970, reorganizaram suas políticas econômicas e também eliminaram o controle sobre os movimentos de capitais. O mesmo aconteceu com os países da América Latina por meio de reformas econômicas e financeiras em meados dos anos 1980, e o Brasil, em particular, não foge à regra, também ajustou/orientou suas ações políticas neoliberais, sobretudo a partir das privatizações, para se inserir nesse cenário de mudanças nas relações comerciais e financeiras internacionais, conforme será analisado com maior aprofundamento, o período relativo à nossa série histórica entre 1995 e 2008, que traduz a política econômica brasileira assumida na gestão (em dois mandatos sucessivos) de dois governos presidenciais: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A inserção brasileira na economia mundial contemporânea se deu, mais intensamente, após a queda do regime militar instaurado no país, com medidas políticas neoliberais, patrocinadas primeiramente pelo governo do presidente Fernando Collor de

Mello (vencedor das primeiras eleições diretas à Presidência realizadas após o fim da ditadura) e, posteriormente, aprofundadas nos governos FHC e Lula, no sentido de reduzir o papel do Estado no setor produtivo e aumentar a liberdade de atuação do mercado financeiro no Brasil.

Destaca-se nesse contexto a abertura do mercado, o sucesso do Plano Real na estabilização da moeda e, principalmente, as privatizações de diferenciadas bases produtivas no Brasil, muitas delas em setores estratégicos como telecomunicações, energia, mineração etc. Porém, antes de olharmos mais profundamente para a caracterização da política econômica brasileira na série histórica em análise, é necessário apresentar as condições passadas que culminaram para esse processo radical de liberalização da economia, partindo mais precisamente das mudanças verificadas no Brasil com a crise internacional dos anos 1980.

Na “década perdida”, como ficou conhecida a década de 1980 em referência à estagnação econômica vivida pela América Latina, uma série de impactos negativos, oriundos do segundo choque do petróleo, da guinada monetarista de Reagan e Thatcher e sobretudo da crise financeira internacional, afligem o Brasil de modo bastante intenso na medida em que, de acordo com Araújo (2000), o “choque dos juros” mais que quadruplica a dívida externa (passando dos US\$12 bi para US\$54 bi) e o setor público brasileiro, que era o principal patrocinador do crescimento em meio à crise promovido pelo “milagre econômico” na década anterior¹⁵, passou a sofrer diretamente esses impactos que resultaram num grande déficit na balança de pagamentos em transações correntes externas. Conforme reflete a autora, essa crise dos anos 1980 no Brasil foi enfrentada

[...] por uma política de ajuste influenciada pela ida do país ao FMI no início daquela década, após a moratória decretada pelo México. Desacelera-se a demanda interna, promovem-se as exportações e

¹⁵ Sinteticamente, Araújo (1999) aponta que, enquanto os anos 1970 marcam o primeiro choque do petróleo e a entrada em um “ciclo de baixa” da dinâmica mundial, no Brasil o governo Geisel, a partir de seu programa de investimentos públicos (com “megaprojetos” financiados em grande parte com o endividamento externo, como por exemplo a hidrelétrica de Itaipu e o Grande Carajás), conseguiu manter a economia crescendo a uma significativa média de cerca de 7% ao ano, bem como estimulou, através desses grandes investimentos, a produção no ramo privado, promovendo assim um avanço em meio à crise mundial. Segundo a autora, o Brasil chega ao final da década de 70 como a oitava maior e mais diversificada base industrial do mundo.

seguem-se superávits crescentes na balança comercial – de onde provêm os dólares para a remuneração dos credores externos. Internamente, o déficit público passa a ser financiado com uma crescente emissão de títulos da dívida mobiliária, bem como cresce a taxa de inflação – passando dos 100% anuais no início da década, para 1.783% anuais no final da década –, apesar dos sucessivos programas de estabilização (Cruzado 1 e 2, Plano Verão, Plano Bresser) (ARAÚJO, 2000, p.13).

Importante ressaltar aqui, de modo sintético, que a gênese da atual dívida pública brasileira, semelhante na maior parte dos países da América Latina, se deu em virtude do endividamento, na década de 1970, com os bancos privados norte-americanos. Esses bancos vieram oferecer dólares a taxas atraentes (5% a 6% ao ano), porém, esses mesmos bancos credores comandavam as instituições que determinavam a variação da taxa (como o próprio FED) e, por volta de 1979, as taxas se elevam (20% a.a.), dificultam o pagamento por parte dos países, culminando em 1982 com as crises das dívidas que começa pelo México, depois atinge Argentina, Brasil, dentre outros. De acordo com Moncau (2013)¹⁶, naquele contexto o FMI ofereceu empréstimos para o pagamento imediato da dívida, porém, como garantia desse crédito, exigiu-se a transferência das dívidas, tanto do setor público como do privado, para o Banco Central que, além de pagar uma série de taxas, comissões e encargos, assumiu o papel de devedor sem ao menos ter recebido dinheiro em troca.

Ainda segundo a autora acima, a dívida pública brasileira se transformou em um instrumento do mercado financeiro, posto que, em 1992, a dívida com os bancos privados, proveniente dos acordos da década de 1980, foi convertida (e permanentemente concretizada após a eleição de FHC em 1994) em títulos negociáveis no setor financeiro internacional, os chamados *bônus brady*. Aí está a relação mais concreta entre dívida e privatização estabelecida pela implementação de medidas neoliberais no país, posto que os resultantes (os *bônus brady*) dessa conversão supostamente irregular¹⁷ foram considerados como moeda na compra das empresas públicas submetidas ao processo de privatização, ou seja, além de assumir dívida sem

¹⁶ Em entrevista dada por Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida.

¹⁷ De acordo com Moncau (2013, p.22), essa conversão direta (de papel para papel) foi tão absurda que foi realizada em um paraíso fiscal, Luxemburgo, uma vez que nenhuma bolsa de valores regular aceitaria uma conversão desse tipo.

ao menos ter recebido o dinheiro emprestado, as empresas públicas nacionais ainda foram trocadas por esses títulos da dívida pública que foram criados. Desse modo, as privatizações das empresas públicas brasileiras, apesar do discurso neoliberal enfocar a modernização, competitividade e incentivos aos investimentos no setor produtivo, deixaram claro que o objetivo principal sempre foi a redução da dívida pública (PAIVA, 1994).

Além do discurso neoliberal, mistificado pela grande imprensa¹⁸, atualmente o sistema da dívida também garante um aparato legal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101/2000) que estabelece uma hierarquia nos gastos públicos, privilegiando o pagamento dos credores financeiros em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos (políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos (PAULANI, 2008, p.97). A questão da dívida sinaliza, portanto, como o poder dos agentes econômicos se manifesta sobre o modelo econômico e político, no sistema legal e na grande mídia, dessa maneira, entendemos que o Brasil amplia paulatinamente sua dependência do capital financeiro internacional na medida em que a dívida pública brasileira cresce cada vez mais sem perspectivas de cessar e, atualmente, seu pagamento representa quase a metade dos gastos públicos¹⁹ (MONCAU, 2013).

Todo esse cenário que marca o início dos anos 1990 (e permanece nos anos recentes) revela, portanto, a ligação entre o capital e o Estado (ou entre dinheiro e poder), mais particularmente os interesses das altas finanças e a lógica financeira da

¹⁸ Paulani (2008, p.62) desmistifica a idéia da dívida pública como algo negativo, resultado de uma imprevidência passada ou do mau costume de dar o passo maior que a perna, como é normalmente difundida pela mídia por trás das afirmações sobre os esforços para sanar os gastos públicos e, assim, encobrir a verdadeira natureza da dívida pública na economia capitalista. O importante a se destacar é que a dívida, nas relações privadas de produção e como o elo mais visível entre esfera pública e privada, é sinal de dinamismo, de acesso ao crédito, ou seja, é sinônimo de investimentos, revelando a reprodução ampliada do capital e a alavancagem do processo de acumulação e da dominância financeira desse processo.

¹⁹ Em Moncau (2012), a Profª. Dra. Maria Lúcia Fattorelli afirma que a dívida, paga por todos os cidadãos brasileiros, já supera o valor de R\$3 trilhões, sendo que, no ano de 2011, a dívida pública absorveu R\$708 bilhões, o equivalente a 45% do orçamento da União e, em 2012, a previsão orçamentária calcula que tenha sido em torno de 48%. Em outra entrevista, dada em setembro de 2012 ao Instituto Humanistas Unisinos, Fattorelli informa que o Orçamento Federal de 2013 é de 2,14 trilhões de reais e, repetindo a mesma prática adotada há décadas, concede absoluta prioridade ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública (interna e externa), reservando 900 bilhões de reais (correspondente a 42% do Orçamento Geral da União), enquanto estão previstos, por exemplo, 71,7 bilhões para educação, 87,7 bilhões para a saúde, ou 5 bilhões para a reforma agrária. Apenas para se ter uma idéia, o que se gasta em nove dias de pagamento da dívida supera o montante previsto para o ano inteiro para o programa Bolsa Família.

acumulação no Brasil, em que a esfera política, incentivada pelas elites brasileiras, opta pela submissão aos interesses externos ao invés de se arriscar na construção de um verdadeiro projeto nacional, o que concretiza o país, atualmente, como uma plataforma de valorização financeira internacional (PAULANI, 2008).

Considerando a ampla literatura da Economia que trata das políticas neoliberais implementadas no Brasil na década de 1990, em particular a partir as contribuições de autores como Bielschowsky (1999), Araújo (2000), Biondi (2003), Nonnenerg (2003), dentre outros, aferiremos e apresentaremos a seguir distintas e relevantes medidas adotadas pelos governos FHC e Lula que permitiram ao Brasil se inserir na economia mundial contemporânea.

Começando nossas investigações com a criação do Plano Real em 1994, a primeira questão a destacar é sua importância na retomada dos investimentos e, sobretudo, para a estabilidade monetária, eliminando a megainflação que, desde 1987, deprimia os investimentos na economia brasileira. Levando em consideração que os contínuos planos antiinflacionários anteriores ao Plano Real associam-se às incertezas por parte dos investidores em suas tomadas de decisão de investimentos, releva-se aqui uma das teses centrais da economia de Keynes, analisada por Cardim de Carvalho (2009)²⁰, que constituem-se em ponto relevante para o conjunto de nossas reflexões nesta pesquisa

Keynes baseia sua tese de não neutralidade da moeda na importância do conceito de liquidez (...) o valor da liquidez reside no fato de que ativos líquidos dão aos seus detentores a possibilidade de refazer estratégias quando descobrem que suas decisões tomadas no passado se mostram inadequadas às condições presentes. Liquidez significa a possibilidade de converter a riqueza presente em poder de compra para usá-lo na aquisição de outras formas de riqueza. Existe um prêmio de liquidez a ser computado no valor de um ativo quando, ao comprá-lo, o comprador reconhece que pode desejar desfazer essa transação no futuro, especialmente se condições imprevisíveis no momento da decisão vierem a prevalecer. Esse é o conceito de incerteza proposto por Keynes (semelhante, como se sabe, ao proposto por Frank Knight), que fundamenta o valor da liquidez como defesa genérica contra eventos adversos imprevisíveis no presente (CARDIM DE CARVALHO, 2009, p.96).

²⁰ Nesse texto, Fernando Cardim de Carvalho agrupa as teses centrais da economia de Keynes em 7 proposições para explicar a recente crise econômica e financeira internacional.

De acordo com Melo e Rodrigues Júnior (1998), as incertezas nas decisões de investimento foram ampliadas com a instabilidade macroeconômica e as alterações bruscas das regras do jogo verificadas na economia brasileira durante os anos 80. Conforme os autores, a teoria mais recente que interpreta o investimento como uma opção real e que dá relevância à irreversibilidade e incerteza nas decisões de investir é denominada *Abordagem de Opções*. Segundo a chamada *option approach* (Pindyck e Dixit, 1994; Pindyck e Solimano, 1993 *apud* Melo e Rodrigues Júnior, 1998), essas tomadas de decisões envolvem o exercício de uma espécie de opção de compra, a opção de esperar por nova (e melhor) informação, sendo que a perda dessa opção deve ser vista como parte do custo de oportunidade do investimento. Ou seja, o investimento é aqui compreendido como “uma opção de esperar por mais (e melhores) informações sobre o projeto em análise, o que implica a existência de um *timing* ótimo”, em que a questão fundamental é quantificar o valor dessa opção.

A principal implicação de política econômica que pode ser inferida da abordagem de opções é que a estabilidade do ambiente macroeconômico e da estrutura de incentivos é fundamental para os investimentos privados, na medida em que reduz o *preço da espera*. As crises políticas e econômicas, por sua vez, geram incerteza sobre variáveis-chave para a decisão de investimento e aumentam o preço da espera por nova informação, com subsequente queda dos investimentos (MELO E RODRIGUES, 1998, p.11). Grifo do autor.

Podemos aprofundar mais essa questão, a título de exemplo considerando as contribuições de Melo e Rodrigues Júnior (1998), a partir de uma breve discussão sobre as outras principais teorias econômicas de investimento, em geral formuladas a partir da realidade das economias desenvolvidas. Nos anos 50, os economistas keynesianos popularizam modelos de crescimento simples, dentre os quais o *Modelo do Acelerador dos Investimentos*, em que o investimento líquido é proporcional à variação do nível de produto. Já no final dos anos 60, formula-se a chamada *Teoria Neoclássica do Investimento*, inicialmente por Jorgenson (1967) e Hall e Jorgenson (1967), em que o estoque de capital desejado é função do custo do capital (determinado pelo preço dos bens de capital, pela taxa real de juros, pela taxa de depreciação e pelo nível de impostos/subsídios incidentes sobre os investimentos) e do nível da produção. Outra

teoria diz respeito ao *Modelo do Acelerador Flexível*, em que o volume de investimento corrente ajusta apenas parcialmente o estoque de capital atual a seu nível desejado, devido a defasagens no processo de tomada de decisão e implementação dos investimentos. Por fim, os autores enfatizam o *Investimento Privado nos Países em Desenvolvimento*, em que são destacados determinados aspectos dos modelos citados no sentido de aferir particularidades do arranjo macroeconômico e institucional dessas economias.

Partindo dessas considerações em que se toma o cenário de incertezas na economia para entender a volatilidade do investimento e, conseqüentemente, a racionalidade dos agentes por preferência pela liquidez, busca-se a seguir apreender as distintas políticas neoliberais adotadas no Brasil na década de 1990.

Além do sucesso da implementação do Plano Real no controle inflacionário e na retomada dos investimentos, Bielschowsky (1999) destaca outros três fatores que atraíram investimentos na economia brasileira a partir dessa mudança bem sucedida da moeda nacional: a) o aumento nos salários reais em cerca de 30% (entre julho de 1994 e fins de 1997), elevando assim a demanda dos trabalhadores, b) o restabelecimento de um farto financiamento ao consumo de bens duráveis e, por fim, c) a ocorrência de um fenômeno de “efeito riqueza”, derivado de elevação nos preços dos ativos fixos e financeiros e de expectativas de rentabilidade superiores aos do período de megainflação.

Porém, dentre as novas regras do jogo, a mais impactante para Bielschowsky (1999) foi a abertura comercial – marcada inicialmente pela eliminação de diversas barreiras não-tarifárias e, logo em seguida, pela implantação de um programa de redução de barreiras tarifárias, que teria seu ponto final em 1994 (NONNENBERG, 2003) – além de outras iniciativas não menos importantes, como a eliminação tanto das restrições à “propriedade industrial” (patentes) como do controle de preços e da maioria dos subsídios e incentivos fiscais concedidos no passado pelo governo federal, bem como a introdução de novas regras de liberalização do investimento estrangeiro.

Agora em relação ao processo de privatização no Brasil, tomando como referência sobretudo os estudos de Silva (1994) e Biondi (2003), suas raízes denotam ao início dos anos 1980, com a criação da Comissão Especial de Desestatização que objetivava retornar à iniciativa privada empresas de distintos ramos (têxtil, hotelaria, papel e celulose, dentre outros) que foram tomadas pelo Estado, na década anterior, em

função da inadimplência do setor privado junto às instituições financeiras públicas. Naquele período, o BNDES já era uma das principais agências de fomento, revelando, assim, o engajamento e o interesse desse banco em virtude das perspectivas de saneamento de sua carteira de investimentos.

Esse processo se modifica no governo de Fernando Collor de Mello, transformando-se em elemento fundamental num contexto mais amplo de reformas do Estado, em que o Programa Nacional de Desestatização (PND) passou a ter como foco não mais a “reprivatização” de empresas, mas a privatização de empresas tradicionais do setor produtivo estatal (por exemplo, a USIMINAS em 1991) e, agora como gestor, o BNDES teve sua posição reforçada nesse contexto (SILVA, 1994).

As privatizações se intensificaram no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a venda de uma série de empresas públicas brasileiras, por meio de leilões financiados pelo próprio BNDES, em setores estratégicos como energia, mineração, telecomunicações etc., buscando reduzir o papel do Estado no setor produtivo e, cada vez mais, ampliar a atuação do mercado financeiro no país, o que impulsionou a entrada de volumosos fluxos de capitais estrangeiros como nunca ocorrera antes na história do Brasil.

Assim, conforme ressaltamos acima, as privatizações visavam reduzir a dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público, porém, pelo contrário, da forma como se concretizaram as privatizações das empresas públicas brasileiras, o resultado foi um aumento tanto da dívida interna na medida em que o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos das estatais vendidas, como também, em virtude das empresas multinacionais e brasileiras que “compraram” as estatais (com financiamento do BNDES) não o fizeram com capitais próprios, tomando empréstimos externos para fechar os negócios, o que aumentou ainda mais a dívida externa (BIONDI, 2003). Resumindo

Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer. E, para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização (BIONDI, 2003, p.8).

Podem ser listados, também, outros fatores que condicionaram o crescimento dos fluxos de investimentos internacionais no país. Araújo (2000) destaca a

desregulamentação financeira e o patrocínio da desnacionalização do sistema bancário e da base produtiva como uma das marcas principais promovidas pelos governos federais nessa fase recente do país. Já Nonnenberg (2003) dá ênfase em sua análise na situação macroeconômica favorável, as dimensões e o dinamismo do mercado brasileiro, aí compreendidos o nível de renda, o histórico de crescimento, o potencial de crescimento e a criação do Mercosul. Kupfer (2003) completa esse quadro associando o sucesso do Plano Real à política de valorização cambial e de taxas de juros elevadas (dois pilares da gestão macroeconômica do plano de estabilização) que garantiram significativos lucros aos especuladores financeiros na compra de títulos da dívida pública, bem como aponta a relevância na adoção da Tarifa Externa Comum do Mercosul, diminuindo ainda mais as barreiras tarifárias ao comércio no âmbito regional.

O expressivo aumento nos fluxos de investimentos externos no Brasil nos anos 1990, assim como ocorreu nos países desenvolvidos e em países em desenvolvimento de renda média, pode ser entendido, além das medidas neoliberais supracitadas, em função de uma série de mudanças institucionais, como: a) início da concessão de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a empresas multinacionais (EMNs); b) redução do poder regulatório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela aprovação de acordos de transferência de tecnologia; c) autorização para que as EMNs passassem a usar lucros financeiros com o objetivo de constituir aumento de capital registrado; d) permissão para pagamento de *royalties* das EMNs para suas matrizes, e) redução do imposto de renda sobre remessas; e f) eliminação da separação constitucional entre empresas nacionais e estrangeiras (CONCEIÇÃO, 2007).

Esse conjunto de fatores sinaliza a potencial possibilidade que, desde o advento da globalização financeira, os agentes econômicos, sobretudo os especuladores financeiros e as corporações multinacionais, têm de ampliarem substantivamente suas taxas de lucros atuando no mercado produtivo e financeiro brasileiro, cada vez mais sem regulações por parte do Estado, e ainda com incentivos e financiamentos provenientes do próprio BNDES.

Realizadas as principais considerações acerca do contexto que marca a entrada definitiva do Brasil no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial, retornamos agora às condições concretas da economia brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de fazer uma leitura

(tratando-a como uma hipótese, ilustrada adiante no capítulo 4) da dinâmica dos investimentos anunciados na indústria paulista em relação à essas mudanças econômicas, políticas e institucionais nos anos recentes.

Com a eleição de FHC em 1994, a política macroeconômica que o Brasil passou a adotar a partir do Plano Real e da estabilização da moeda, se baseava no câmbio fixo para combater a inflação, o que resultou em déficits na balança comercial haja vista que a âncora cambial, que levava à sobrevalorização do Real, estimulava as importações e, por outro lado, tornava pouco vantajoso exportar. O governo ao estabilizar a moeda de um lado, observava constantes perdas de reservas de outro, e foi nesse cenário que, segundo Kupfer (2003), o Brasil expôs internacionalmente a indústria nacional, iniciando um novo regime de competitividade, uma fase de “ultraabertura” que perdurou até a desvalorização acentuada do câmbio no início de 1999.

Para auxiliar o entendimento daquele contexto, Araújo (2000, p.41) indica que o regime do câmbio fixo adotado pelo país estimulou as importações, gerando déficits crescentes nas transações correntes – de apenas US\$1 bi em 1994, para US\$354 bi de déficit em 1998, o que equivalia a 4,5% do PIB, portanto, para financiar esse déficit, o Brasil precisou recorrer aos aplicadores, atraindo investimentos estrangeiros que se destinam, mais que a criar novas unidades produtivas, a adquirir tanto empresas privadas existentes quanto ativos públicos (leiloados no Programa de Privatizações), o que, segundo a autora, impulsionou uma desnacionalização da base produtiva brasileira.

Além disso, o país precisou, também, atrair o capital de curto prazo, a partir de incentivos fiscais (semelhantes aos “paraísos” fiscais) e pagando enormes juros, o que deixou o Brasil na liderança mundial em termos de juros reais, os quais permaneceram elevados mesmo após recorrer novamente ao FMI, em outubro de 1998 e fazem explodir a dívida mobiliária (dos R\$60 bi em 1994 para mais de R\$500 bi no ano 2000), absorvendo, dessa forma, a maior parte das receitas que o governo brasileiro recebeu.

Como visto, com o Real estabilizado e valorizado que, de um lado, dificultava as exportações e, de outro, facilitava as importações, a paridade do dólar com o real ficou insustentável e, observando a escassez nas reservas do Tesouro Nacional, o modelo adotado “explode” e o país que, desde 1994 apresentava taxas cada vez mais modestas de crescimento, em 1999 entrou em recessão. Para reestabelecer, de modo geral, o crescimento econômico e a retomada dos investimentos, o banco central brasileiro reformula a política macroeconômica que predominou no período entre 1994 e 1999,

desvalorizando o real e, assim, atraindo os capitais financeiros via alta de juros e câmbio flutuante. Nesse sentido, em razão da conjuntura internacional, o segundo subperíodo do governo FHC, que vai de 1999 até o fim de seu segundo mandato em 2002, teve como base uma política macroeconômica estruturada no tripé: taxas de câmbio flutuante, estratégias e medidas de combate à inflação e, por fim, superávit-primário sobretudo via exportações de *commodities*²¹.

As políticas neoliberais implementadas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso tornou a economia brasileira totalmente dependente do financiamento externo. Porém, com a vitória de Lula nas eleições à presidência em 2002, do ponto de vista da política econômica houve apenas alternância de poder, uma vez que não houve nenhuma mudança estrutural significativa, mantiveram-se as metas financeiras impostas pelo FMI no acordo feito com FHC, as privatizações também permaneceram, agora por meio de parcerias público-privadas e principalmente via concessões, bem como a política macroeconômica ainda continuou a ser estruturada pelo tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, o que revela o poder e as intencionalidades dos agentes econômicos, sobretudo bancos, empreiteiras e exportadores de produtos primários, que são os principais beneficiários dessa política adotada no país nos anos recentes.

Por sua vez, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve a política macroeconômica estruturada pelo seu antecessor, porém, paulatinamente, buscou retomar a valorização do Real e o crescimento econômico do país, por meio de políticas visando o potencial do mercado interno brasileiro, como o aumento do salário mínimo acima da inflação, os programas de transferência de renda (destaque para o Bolsa Família), ampliação do acesso ao crédito consignado, aquecimento do mercado de trabalho sobretudo via construção civil, dentre outras medidas.

Como já abordado em trabalho anterior (MOREIRA, 2010), os bens de consumo, e em particular a indústria de alimentos e bebidas, a título de exemplo, é um dos ramos que mais se beneficiam com essas políticas ligadas diretamente ao mercado interno, assistindo a uma expressiva elevação de suas vendas em virtude do aumento da

²¹ Commodities: o termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, do estanho, do cobre etc. (SANDRONI, 2000).

renda da população, sobretudo dos segmentos de rendas mais baixas que, historicamente, apresentaram uma demanda reprimida e destinam seus rendimentos adicionais imediatamente às suas necessidades mais básicas, ou seja, ao consumo de alimentos.

Essa perspectiva se enquadra na concepção do estatístico alemão Ernest Engel (1821-1896) referente à composição das despesas das famílias ao formular a existência de uma relação intrínseca entre a renda familiar e os gastos com alimentação. A representação gráfica dessa tendência ficou conhecida como Curva de Engel e, de acordo com Sandroni (2000, p.207),

[...] esta foi uma das primeiras relações funcionais estabelecidas quantitativamente em economia. Engel observou que as famílias com renda mais elevada tendiam a gastar mais com alimentação, mas que a participação desses gastos na renda variava de forma inversa à magnitude desta. Ou seja, com o aumento da renda diminuía proporcionalmente as despesas com alimentação, mesmo que esta crescesse de forma absoluta.

Por fim, terminada essas considerações acerca das políticas neoliberais, implementadas na década de 1990 e perpetuadas na recente dinâmica econômica brasileira, que inseriram o Brasil na economia mundial, transformando-o como afirma Paulani (2008) numa plataforma de valorização financeira internacional, buscou-se aqui (como uma hipótese que será melhor detalhada no capítulo 4) a relação que há entre as intenções de investir em produção e os contextos econômicos, políticos e institucionais que marcam a fase recente da economia do Brasil.

No capítulo seguinte, analisaremos e apresentaremos a contribuição dos agentes econômicos na produção do território, privilegiando os elementos e os movimentos da dinâmica geográfica que expressam a recente dinâmica econômica capitalista e condicionam a localização dos investimentos, sobretudo dos empreendedores privados, na indústria de transformação do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 2.

***PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO***

O atual estágio do desenvolvimento capitalista no Estado de São Paulo tem estabelecido movimentos, tanto da população quanto da economia, na busca de melhores condições para sua reprodução. Particularmente investiga-se e apresenta-se aqui a produção do território paulista, em sua dimensão industrial, tanto do ponto de vista marxista das leis gerais de acumulação no plano da concorrência capitalista, como partindo da análise das escolhas locacionais de investimentos dos capitais concretos em particular, para entender como a consolidação dos processos e práticas espaciais e a conseqüente formação de um novo mapa das atividades industriais no Estado de São Paulo no início do século XXI, vem alterando paulatinamente as dinâmicas econômicas e urbanas do estado (e do país) ao redefinir a divisão territorial do trabalho e condicionar a configuração dos espaços regionais e da rede urbana paulista.

Antes de começar propriamente a discussão sobre os processos de acumulação/reprodução capitalista presentes no território paulista e, de modo mais aprofundado, realizar uma leitura territorial dos elementos e movimentos que condicionam a produção do território pela indústria paulista, cabe um breve parêntesis acerca das características e condições históricas determinantes para a concentração econômica e espacial, sobretudo na metrópole que, em grande medida, culminaram para que o Estado de São Paulo se configurasse, até os dias atuais, como o principal pólo dinâmico da acumulação de capital do Brasil.

Centro historicamente construído do capitalismo brasileiro, o estado paulista tem a estrutura industrial e urbana mais diversificada, a mais complexa rede urbana, bem como o maior peso e participação na produção industrial do país, em particular concentrada na região metropolitana que reúne os segmentos mais dinâmicos da indústria brasileira, os quais se encadeam com toda a rede urbana e a estrutura industrial do estado e das demais regiões brasileiras.

A gênese da industrialização de São Paulo se dá no início do século XX, como apontam alguns autores dentre eles Negri (1996) e Sposito (2004), em função da acumulação de capitais oriundos da economia cafeeira, cujas elevadas taxas de lucros possibilitaram transferência de recursos para a indústria, aplicados na ampliação do mercado de trabalho, via imigração, e, sobretudo, no equacionamento de problemas de infraestrutura fundamentais ao funcionamento de unidades produtivas e ao transporte de mercadorias e matérias-prima, com investimentos em ferrovias, portos, comunicação, urbanização etc.

Dessa forma, pode-se afirmar que a formação socioespacial paulista está diretamente associada às condições de acumulação atreladas à economia cafeeira, cujo excedente viabilizou as primeiras condições materiais fundamentais ao funcionamento e reprodução do modo capitalista de produção e à consolidação da rede urbana no território paulista e, também, do país. Ou seja, os excedentes da economia cafeeira consolidaram o desenvolvimento em potencial da industrialização paulista em detrimento das outras regiões do país, concretizando o Estado de São Paulo como o principal centro industrial do Brasil. O complexo cafeeiro, portanto, tem um papel de extrema importância no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como na divisão internacional do trabalho (SPOSITO, 2004, p.418).

Como já é sabido, tais condições de acumulação geraram um acelerado crescimento industrial e urbano, concentrando no ano de 1970 mais da metade do Valor de Transformação Industrial – VTI do país no Estado de São Paulo²², com destaque à RMSP que representou aproximadamente 75% do VTI estadual nesse ano (NEGRI, 1996). Por outro lado, aspecto negativo dessa expressiva concentração industrial (e demográfica²³) foi o intenso “caos urbano” observado sobretudo na capital, posto que se intensificou o crescimento e a urbanização desordenada da região metropolitana e, como consequência, gerou o que os economistas denominam de “deseconomias de aglomeração”, em que tanto a população sofreu com os maiores custos de transportes coletivos, de terrenos, de serviços, violência, poluição etc., quanto as empresas tiveram de passar a lidar com maiores dispêndios de tempo com transporte devido aos congestionamentos, queda da qualidade de vida acarretando redução da produtividade do trabalho, aumento da organização e do poder sindical da classe trabalhadora etc.

O adensamento dessa estrutura espacial propiciou, como visto, um progressivo movimento de atração de investimentos, indústrias e de pessoas, até que chegou a ponto de saturação que, segundo Santos e Silveira (2003), não diminuiu o dinamismo da metrópole, pelo contrário, impulsionou uma refuncionalização que garantiu, assim, sua continuidade hegemônica. Apesar de seu caráter concentrador, a região metropolitana

²² Segundo Negri (1996), o Estado de São Paulo detinha 15,9% do VTI nacional em 1907, passando para 37,5% em 1929, 52,2% em 1955 e, por fim, em 1970 atinge 58,2% - o mais elevado índice de concentração da indústria brasileira registrado no século XX.

²³ A RMSP passou de 2,7 milhões de habitantes em 1950, para 4,8 milhões em 1960 e, por fim, chegando a 8,1 milhões em 1970, dos quais 5,9 milhões encontravam-se na capital. O processo de urbanização foi tão intenso que atingiu a taxa de 96,8% em 1970 (NEGRI, 1996, p.119).

não é capaz de atender plenamente suas necessidades de reprodução, daí a sua articulação com as demais regiões/localidades do estado (bem como com as escalas nacional e internacional) por meio de relações simultâneas de cooperação, complementaridade e especialização, o que engendra transformações permanentes na divisão territorial do trabalho industrial no Estado de São Paulo.

Em decorrência de tais mudanças urbanas e econômicas, nos anos 1970 o Governo passa a realizar inúmeros programas e políticas de desconcentração industrial em âmbito federal, estadual e municipal²⁴. De modo geral, essas políticas baseavam-se em normas mais rígidas na autorização da localização industrial metropolitana (decorrentes da degradação do meio ambiente), incentivos fiscais, implantação e recuperação das malhas viárias, principalmente as vias de ligação aos principais centros urbanos. Destacam-se nesse cenário as políticas atrativas de diversos municípios paulistas que, buscando possibilidades de crescimento das diferentes economias locais muitas vezes sem um adequado prognóstico de custo/benefício, utilizou-se de instrumentos incentivadores como isenção de tributos municipais, execução gratuita de infra-estrutura e construção de distritos industriais, para subsidiar a localização do capital produtivo, a fim de garantir, posteriormente, geração de novos empregos e recursos financeiros (NEGRI, 1996).

Nesse sentido, além das deseconomias de aglomeração na região metropolitana, também potencializou esse processo de desconcentração industrial, conforme ressalta Selingardi-Sampaio (2009), a possibilidade de implantação e funcionamento das atividades de transformação industrial em áreas do interior do estado que apresentavam

[...] os respectivos tamanhos funcional e populacional; os consideráveis parques industriais preexistentes; as infra-estruturas urbana e logística então já instaladas, ou em processo de instalação, tais como distritos indústrias, que proliferavam pelo interior, e a localização estratégica junto a rodovias modernas, então recém implantadas, e/ou aperfeiçoadas; um elenco relativamente diversificado de centralidades urbanas (principalmente a comercial); as políticas de atração implementadas etc. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 203).

²⁴ Mais detalhes sobre tais programas e políticas de desconcentração industrial, analisados considerando sucessivos governos estaduais daquele período, ver Negri (1996).

Através das ações governamentais e desse jogo de forças que atraem e afastam as empresas e os investimentos, observa-se um movimento de desconcentração da indústria paulista da região metropolitana, em que uma série de unidades produtivas foram transferidas à outros territórios do estado e da nação. Para se ter uma ideia, em relação ao VTI nacional, o estado reduz sua participação de 58,2% em 1970 para 49,2% em 1990, por sua vez, a participação da RMSP no VTI estadual declina de quase 75% para cerca de 57% no período entre 1970 e 1985. Portanto, em âmbito nacional, um dos resultados mais evidentes dessa economia política foi o aumento da participação do interior paulista no VTI nacional, que entre 1975 e 1985 passou de quase 15% para mais de 22%, se configurando, dessa maneira, como o segundo maior parque industrial do país, atrás apenas da RMSP.

Porém, faz-se necessário aqui reforçar nossa perspectiva de que a desconcentração espacial da atividade produtiva não se configura apenas como o movimento de saída das empresas da região metropolitana em direção aos outros níveis hierárquicos da rede urbana paulista, posto que, concomitante a esses processos de deslocalização da base produtiva, assiste-se a outros dois movimentos de natureza distinta e articulada.

O primeiro é relativo à emergência e consolidação de novos arranjos de produção industrial, cujas bases produtivas não foram transferidas da metrópole, sendo originárias do próprio interior, seja em virtude das condições de acumulação decorrentes do complexo cafeeiro, seja em momentos pontuais de outras divisões territoriais do trabalho, seja ainda pela própria dinâmica recente de crescimento econômico. Nesse processo destacam-se distintos capitais, de origem local, em diferenciadas atividades de transformação industrial localizadas no conjunto do estado que, paulatinamente, ampliam sua participação na produção estadual nos anos recentes, ou seja, a implantação de bases locais, e/ou a ampliação/modernização de sua capacidade produtiva, representa as decisões tomadas por capitais locais para disputar mercados, cada vez mais competitivos e conflituosos, frente aos demais agentes hegemônicos, o que configura a posição diferenciada desses agentes econômicos, bem como das localidades/regiões em que estão presentes, no mercado capitalista em múltiplas escalas.

Exemplo bem ilustrativo da constituição de arranjos locais no conjunto do estado se verifica na especialização produtiva de distintas localidades/regiões, como é o caso em particular do ramo de couro e calçados, em que se destacam a produção de sapatos

masculinos em Franca, femininos em Jaú e infantis no município de Birigui. Essa constatação também está presente em Bomtempo (2011), que em sua tese de doutoramento analisa em particular a indústria alimentícia de consumo final instaladas na cidade de Marília/SP, bem como em nosso trabalho anterior (MOREIRA, 2010), em que investigamos, especificamente, o ramo de alimentos e bebidas no interior paulista (desconsiderando as cinco regiões tradicionalmente mais industrializadas, ou seja, RMSP e seu entorno) e verificou-se que o município de Marília concentra uma série de empresas de origem/capital local (Bel, Dori, Marilan, Yoki etc.), as quais empreendem relevantes investimentos e competem diretamente com multinacionais (também instaladas no município como a Nestlé) na disputa por mercados locais, regionais, nacionais e até internacionais.

Por sua vez, o segundo movimento diz respeito a uma (re)concentração de ramos tecnologicamente mais complexos e de suas demandas na região metropolitana de São Paulo, o que reafirma a centralidade, principalmente da capital, em termos de quantidade e qualidade das condições materiais e técnicas e sobretudo pela aglomeração de atividades terciárias e quaternárias, portanto, estamos de acordo com Cano (1995) e Selingardi-Sampaio (2009) – que faz uma importante contribuição sobre a estruturação de um multicomplexo territorial industrial paulista, porém aqui não nos aprofundaremos nesse debate –, ao apontar, partindo da análise locacional desses ramos mais automatizados e inovativos, que estaria se desenhando uma nova etapa industrial, condizente com os recursos e atributos da metrópole, relativamente descolada das deseconomias de aglomeração e, principalmente, marcada por especializações e avanços de natureza tecnológica.

Para Selingardi-Sampaio (2009), a desconcentração industrial se refere a um modelo fordista de desenvolvimento, mas esse segundo movimento associa-se às transformações engendradas no atual contexto de acumulação flexível, portanto, sem perder a posição de principal centro industrial do país, a metrópole paulista reordena suas atividades e funções, incorporando a feição de centro financeiro, empresarial e de serviços na medida em que, cada vez mais, concentra sedes de bancos, de grupos empresariais e conglomerados industriais, atividades de consultoria, propaganda e marketing, pesquisa e desenvolvimento etc. Essa condição metropolitana de centro de decisões, conforme afirma a autora, não está regulada pelo processo de desconcentração

industrial, mas pelo elevado nível de centralização de capitais e de funções especializadas que tal condição exige.

Como visto, a problematização aqui proposta sobre os processos de desconcentração industrial, além de considerar os movimentos de bases produtivas da região metropolitana em direção às demais regiões/localidades do estado, busca apreender também outros determinantes na redefinição da divisão territorial do trabalho, que dizem respeito àqueles capitais locais que surgem e crescem nos próprios espaços não-metropolitanos, bem como ainda aqueles agentes mais complexos tecnologicamente que se reconcentram na metrópole em virtude de suas funções e atributos. Nesse sentido, a dimensão teórica assume que essa problematização deve compreender a heterogeneidade das localidades/regiões considerando a diferencialidade dos territórios da indústria paulista (referindo-se às diferenciadas atividades localizadas de transformação industrial), evitando uma simplificação entre capital e interior, ou entre concentração da dinâmica industrial na região metropolitana (metrópole “expandida”, industrial) e nas demais regiões/localidades não-metropolitanas, genericamente identificadas (não-industriais).

É fato que acontece múltiplos processos de desconcentração territorial da indústria no Estado de São Paulo, porém não podemos falar que também há um processo de descentralização. Segundo Lencioni (2003), numa visão economicista a idéia de descentralização, tanto da indústria como da região metropolitana, é um equívoco, pois supõe a existência de pelo menos dois centros: o primeiro relativo ao que perdeu posição de centro e, o segundo, ao que ganhou essa posição. O que aconteceu, na realidade, foi um espraiamento da atividade industrial que fez com que a RMSP diminuísse seu número de indústrias, entretanto não perdeu sua posição na hierarquia, sendo ainda o principal centro industrial não só do estado, mas também do país. Além disso, as recentes transformações da economia (conforme apresentado com mais detalhes no capítulo anterior) fazem com que o capital industrial se centralize cada vez mais na metrópole paulista.

Assim, tomando agora como referência os estudos realizados por diversos autores sobre a distribuição territorial das atividades econômicas, é possível aferir a relativa diminuição da participação da indústria de transformação da região metropolitana de São Paulo decorrente dos processos de desconcentração, tanto no território do interior paulista como no conjunto dos demais estados da nação. Na escala

nacional, a título de exemplo, a desconcentração da indústria paulista consolidou novos espaços produtivos e aprofundou a divisão territorial do trabalho, expandindo-se seletivamente sobretudo aos estados vizinhos de São Paulo e ampliando, desse modo, o chamado “polígono desenvolvido” (DINIZ, 1993) que compreende agora (além de São Paulo) Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, parte do Rio Grande do Sul, o Espírito Santo, parte da Bahia, de Goiás e Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, CARDOSO e CRUZ, s.d.) .

O que nos interessa aqui, entretanto, é a perspectiva estadual. De modo sucinto, então, infere-se, de acordo com Lencioni (2003) e tomando como base a **tabela 1**, que o entorno imediato da RMSP, composto pelos centros urbanos inseridos nas Regiões Metropolitanas de Campinas e Baixada Santista e nas Regiões Administrativas de São José dos Campos e Sorocaba, tem sido a localização preferencial das empresas nas suas escolhas estratégicas territoriais, inclusive nas decisões de investimentos por ser próximo suficientemente para que as empresas possam usufruir dos benefícios da metrópole e distante o bastante para não apresentar suas desvantagens.

Tabela 1. Estado de São Paulo: Investimentos anunciados na indústria de transformação, em US\$ milhões – 1995-2008

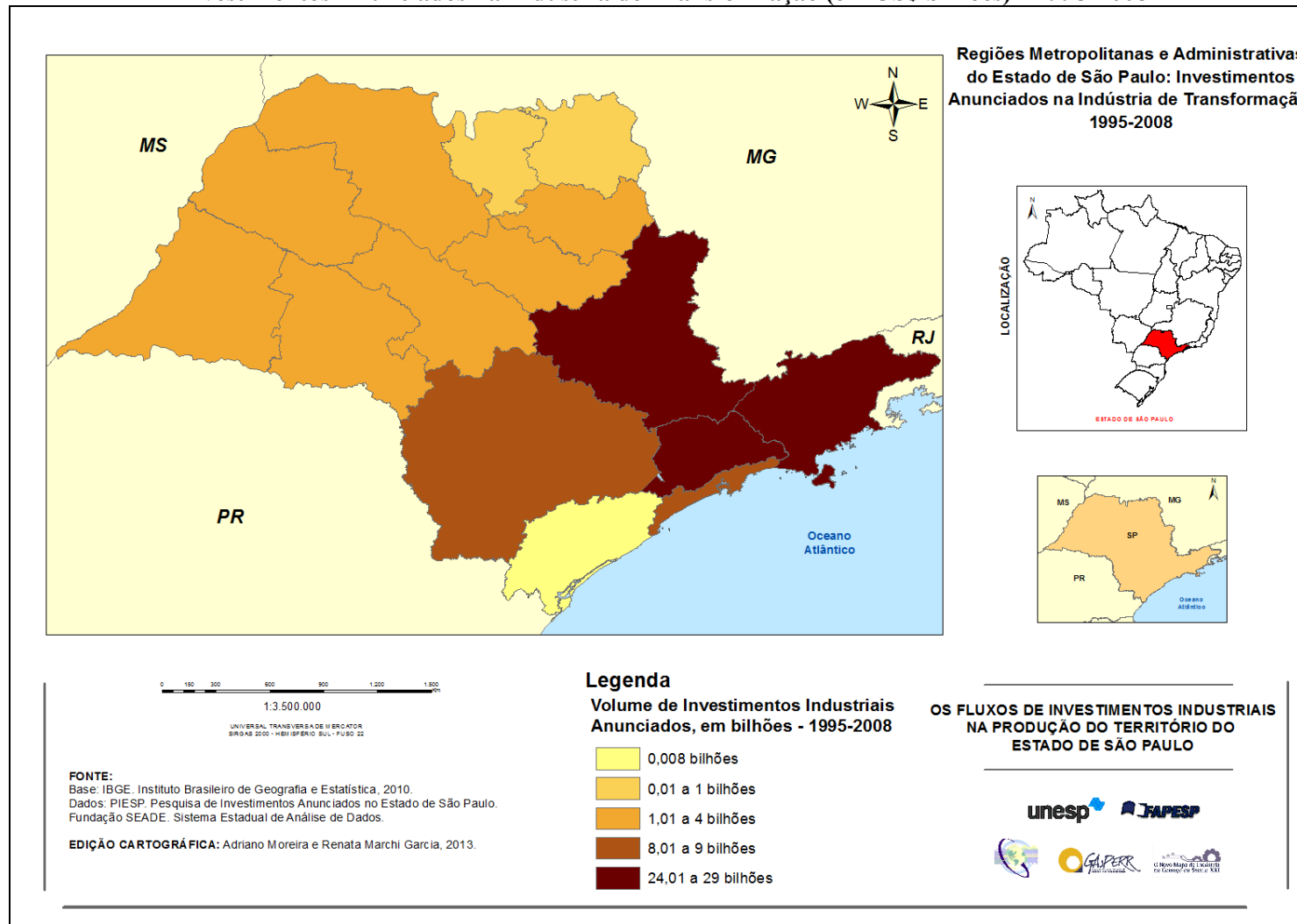
RMs e RAs	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Araçatuba	91	38,45	192,63	12,2	385,85	240,7	226,96	707,05	200,16	522,71	307,84
Barretos	21	6,72	0	18,72	10,71	84,18	39,83	46,26	5,75	193,42	21,2
Bauru	354,79	44,04	429,68	617,02	90,1	94,95	101,85	140,09	118,46	369,8	209,35
RMC	9309,62	3383,91	2691,58	2176,23	1543,11	1647,34	810,22	1407,11	2224,93	1660,64	1413,72
Central	1043,81	123,98	1056,86	6,78	64,47	371,75	125,56	35,29	39,69	132,05	926,37
Franca	87,51	11,84	12,11	6,57	22,81	11,6	139,87	2,7	47	216,45	63,56
Marília	52,75	65,32	29,71	54,96	38,35	107,37	44,08	121,05	51,61	432,33	279,16
Pres. Prudente	105	16,24	15,32	2,63	0,76	15,55	48,74	136,78	0,12	928,04	0
Registro	7,5	0	0	0,26	0	0	0,55	0,03	0	0	0
Ribeirão Preto	597,8	62,75	69,07	114,8	65,32	18,59	21,96	18,73	77,98	97,93	148,28
RMBS	1486,5	894,78	430,6	862,37	389,46	780,8	528,78	575,98	1019,58	1430,12	212,94
RMSP	9468,07	4712,14	2460,61	1979,04	1538,61	1466,3	1814,16	479	1563,84	1751,6	1617,93
S José Rio Preto	32,68	10,65	7,02	23,64	16,65	131,1	121,79	229,28	156,62	601,32	120,08
S José Campos	7638,67	2322,88	4501,83	1228,03	2518,65	1427,16	735,09	695,62	2265,44	143,62	1392,51
Sorocaba	2293,66	375,82	557,32	519,15	526,6	90,36	630,54	385,99	163,57	984,1	1949,19
Total	32590,36	12069,52	12454,34	7622,4	7211,45	6487,75	5389,98	4980,96	7934,75	9464,13	8662,13

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Conforme retrata a literatura e reforçado na tabela acima, após a região metropolitana de São Paulo, as regiões circunvizinhas à capital são as localidades que tradicionalmente têm maior peso industrial e concentram os maiores volumes de investimentos. Nesse sentido, a distribuição desigual dos anúncios de investimentos industriais no território paulista representa as tomadas de decisões de investir na produção, realizadas pelos agentes econômicos que, orientados por suas estratégias e expectativas, entendem que nesses seletivos lugares encontrarão as melhores condições para mobilizarem/ampliarem sua rentabilidade.

Para uma melhor interpretação da localização dos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, tanto na perspectiva regional quanto da rede urbana, elaboramos dois mapas sínteses da localização de tais investimentos no período entre 1995 e 2008: o primeiro relativo às regiões metropolitanas e não-metropolitanas e, por sua vez, o segundo refere-se aos municípios do estado.

**Mapa 1. Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em US\$ bilhões) – 1995-2008**



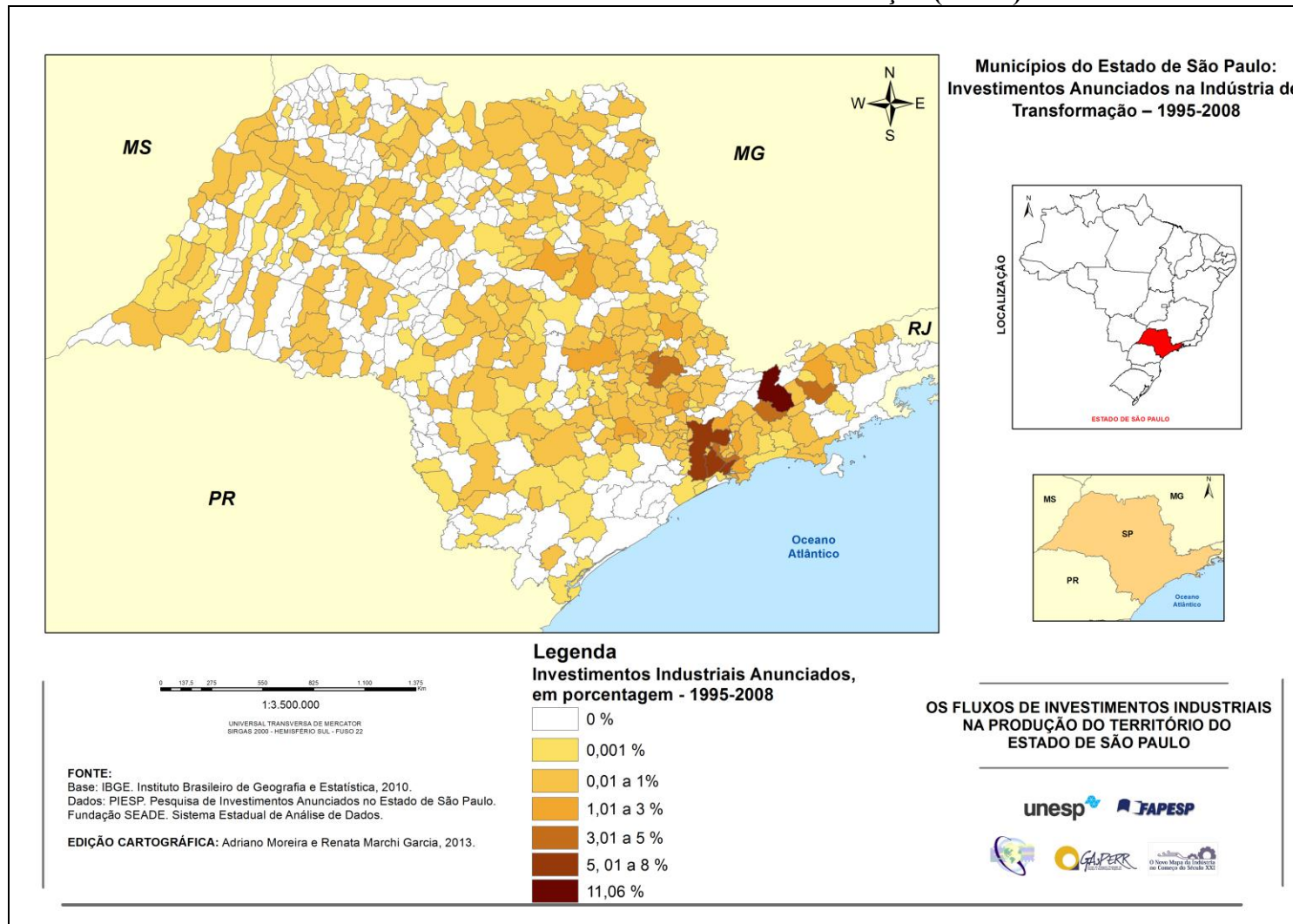
Do ponto de vista territorial, conforme o **mapa 1**, o volume dos investimentos industriais distribuídos nas regiões paulistas encontra-se na seguinte ordem: a RMSP foi a que mais captou anúncios, US\$28,8 bilhões (25,1% do total), seguida da RMC²⁵ com US\$28,2 bilhões (24,6%), RA de São José dos Campos com US\$24,8 bilhões (21,6%), RMBS com US\$8,61 bilhões (7,5%) e RA de Sorocaba com US\$8,47 bilhões (7,4%); depois aparece a RA Central com US\$3,92 bilhões (3,4%), Araçatuba com US\$2,92 bilhões (2,5%), Bauru com US\$2,57 bilhões (2,2%), São José do Rio Preto com US\$1,45 bilhões (1,3%), em seguida estão as RAs de Ribeirão Preto (US\$1,29 bilhões), Marília (US\$1,27 bilhões) e Presidente Prudente (US\$1,26 bilhões), com 1,1% de participação cada, por fim, as RAs de Franca com US\$622 milhões (0,5%) e Barretos com US\$447 milhões (0,4%) e, em último, a RA de Registro com US\$8 milhões (0,01% de participação estadual).

A espacialização das resultantes econômicas dos anúncios de investimentos industriais na dinâmica territorial paulista traduz, no nosso entendimento, o conjunto de seletivas decisões passadas tomadas pelos agentes econômicos que chegam ao presente como fortes elementos condicionantes de trajetórias futuras.

Verificada a distribuição regional dos anúncios de investimentos na indústria de transformação paulista, o **mapa 2** apresenta a configuração desses investimentos do ponto de vista da rede urbana do Estado de São Paulo. Segundo a leitura do mapa abaixo, dos municípios que mais significativamente participam da economia paulista do ponto de vista da captação dos maiores volumes de investimentos industriais, São José dos Campos foi o que mais atraiu anúncios no período, num montante próximo a US\$12,69 bilhões (11% do total), seguido de São Bernardo do Campo com US\$8,45 bilhões (7,4%), Cubatão com US\$6,93 bilhões (6%), São Paulo com US\$6 bilhões (5,2%), Paulínia com US\$5,58 bilhões (4,9%), Campinas com US\$5,12 bilhões (4,5%), Taubaté com US\$4,82 bilhões (4,2%), Jacareí com US\$3,96 bilhões (3,4%), Santo André com US\$3,45 bilhões (3%), Mauá com US\$2,66 bilhões (2,3%) e Sorocaba com US\$2,66 bilhões (2,3%).

²⁵ Cabe ressaltar que os dados empíricos trabalhados sobre a RMC na verdade se referem à RA de Campinas, posto que a primeira é composta por 19 municípios e a segunda por 60, ou seja, a diferenciação a ser destacada aqui é que o recorte territorial da RMC não coincide com o da RA de Campinas, usada na presente dissertação (diferente, por exemplo, no caso da comparação entre RMBS e RA de Santos, que tem a mesma configuração).

**Mapa 2. Municípios do Estado de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



A rede urbana paulista é composta por 645 municípios, dos quais 341 atraíram investimentos produtivos em seu parque industrial, ou seja, a maior parte dos municípios do Estado de São Paulo (52,9% exatamente) registrou anúncios pelo menos uma vez na série histórica sob análise. Porém, como se observa a seletividade espacial na representação do mapa acima, mais da metade (54% do total) dos investimentos anunciados na indústria do estado, no período analisado, se concentrou em apenas 11 municípios inseridos nas regiões tradicionalmente mais industrializadas, dos quais quatro são da RMSP (São Bernardo do Campo, São Paulo, Santo André e Mauá), três da RA de São José dos Campos (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí), dois da RMC (Paulínia e Campinas), um da RMBS (Cubatão) e um da RA de Sorocaba (Sorocaba).

Uma visão bastante consolidada dos processos de desconcentração da indústria paulista pode ser encontrada em Cano (2007), expressando que esses movimentos se configuram fortemente concentrados nas regiões circunvizinhas, mais industrializadas e dotadas de adequados equipamentos e infraestruturas, enquanto que no centro, oeste e norte do estado nota-se geralmente a expansão da agroindústria, salvo em alguns centros urbanos em que podem ser observadas a especialização funcional e a produção de ramos industriais específicos.

Para além dessa interpretação, entendemos que ocorre uma territorialização seletiva das atividades industriais no Estado de São Paulo, ou seja, do ponto de vista das intenções de produção por parte dos capitais concretos, a desconcentração territorial da indústria paulista se caracteriza não por ser uniforme nem aleatória, mas espacialmente seletiva. Na lógica atual de acumulação sobretudo financeirizada, em que decisões sobre investir dependem, sobretudo, das imposições do mercado capitalista, o padrão espacial dos investimentos apresenta fortes inércias locais frente à seletiva desconcentração das atividades industriais na dinâmica sócio-territorial e face às atividades econômicas já existentes em diferentes cidades e regiões. Ao mesmo tempo, além das realocações de unidade produtivas, assiste-se à consolidação de um “parque” industrial originado no próprio interior do estado, espalhado e segmentado regionalmente e setorialmente.

Os movimentos decorrentes dos processos de desconcentração industrial da região metropolitana, ou de maneira mais ampliada, a perda relativa de sua primazia frente a outras regiões/localidades do estado, portanto, vêm alterando paulatinamente a dinâmica econômica e regional/urbana do Estado de São Paulo e do Brasil, uma vez que

é possível reconhecer mudanças estruturais na produção da indústria no território paulista, configurando-se novos arranjos territoriais da produção em que, para além de uma interiorização das atividades industriais, percebe-se uma seletividade espacial bastante acentuada no que se refere à mudanças em padrões de localização dos investimentos nas e entre as diferentes regiões/localidades paulistas, bem como o fortalecimento/crescimento de indústrias originadas nas próprias cidades/regiões, que não a metrópole expandida.

É nesse cenário de desconcentração (e não de descentralização) da indústria paulista, então, que se analisa a produção do território e os processos em curso de (re)divisão territorial do trabalho industrial entre as áreas metropolitanas e as demais (ou entre capital e interior), que aprofundam e ampliam as diferenciações socioespaciais já existentes, visto que na metrópole paulista, cada vez mais, se concentram atividades ligadas ao terciário superior, particularmente as de gestão, enquanto os demais níveis hierárquicos da rede urbana do estado absorvem a produção do valor.

Os movimentos decorrentes da desconcentração industrial revelam um conjunto de distintos e articulados processos de acumulação capitalista no território paulista, nesse sentido, estamos de acordo com Sposito (2004, p.223) ao afirmar que, do ponto de vista das profundas mudanças verificadas no atual estágio do capitalismo, particularmente nas interações espaciais entre os centros urbanos, estamos concomitantemente frente a permanentes processos de concentração, desconcentração e reconcentração espacial dos capitais fixos no conjunto do Estado de São Paulo, e de centralização, na metrópole paulista, dos capitais produtivos e financeiros.

As determinações mais amplas da recente dinâmica econômica do Estado de São Paulo, no plano da concorrência intercapitalista, expressam, além da centralização econômica nas áreas metropolitanas, sobretudo na capital, um conjunto de complexos processos de desconcentração industrial distribuído nas demais áreas. A forte concentração econômica e espacial desses processos, principalmente nos centros urbanos mais hierárquicos e hierarquizantes próximos à capital, é geralmente explicada a partir dos movimentos gerados pelas “economias de aglomeração”²⁶ presentes nessas

²⁶ Camagni (2005, p.23-24) define com o termo genérico de “economias de aglomeração” **todas as vantagens que se podem extrair de uma estrutura espacial concentrada**. A fim de apresentar uma análise mais detalhada, é possível realizar uma classificação de tais economias em: economias internas a uma empresa; economias externas a uma empresa porém internas a uma indústria (economia de

localidades, como por exemplo, oferta de mão-de-obra e de infraestruturas, tamanho do mercado consumidor, proximidade com fornecedores e clientes, dentre outras, ou ainda pela redefinição do papel da metrópole, centralizando a gestão e o comando dos capitais e, portanto, também seus fluxos territoriais.

Lidar com os diversos fatores que determinam/condicionam a decisão de localização é uma atividade corrente das grandes empresas, principalmente aquelas possuidoras de várias unidades fabris e/ou que atuam em diferentes escalas geográficas. Uma relevante questão que se desdobra aqui diz respeito aos fatores de localização industrial²⁷, sendo pertinente analisar os critérios e fatores que comandam as decisões empresariais ao direcionarem seus capitais para uma região ou localidade em detrimento de outras, partindo do pressuposto que tais decisões indicam as condições materiais e econômicas existentes naquele território e, ao se materializarem, tais investimentos indicam transformações econômicas dele decorrentes e alteram o peso relativo daquela cidade/região no conjunto das demais.

Sob um olhar econômico, os fatores locacionais tradicionais (tais como mão-de-obra barata, abundância de recursos naturais, ganhos de escala etc.) apresentam uma longa trajetória de debates, na maior parte das vezes derivada e associada a análises que reduzem o espaço a um plano homogêneo, onde as distâncias revelam-se através dos custos de transporte. A aglomeração e a proximidade são essenciais tanto para minimizar as despesas de movimentação de bens, informação e pessoas, como para facilitar os contatos, bem como permitir a troca de informação e o suporte às atividades técnicas, financeiras e comerciais (RAMOS, 2000).

Nesse sentido, a necessidade de se localizar o mais próximo possível do mercado e das fontes de matéria prima e energia configurou o transporte, mais especificamente o seu custo, como um dos fatores mais decisivos nas estratégias de maximização dos lucros das empresas, sendo até “considerado como uma parte integrante do processo de produção porque uma mercadoria pode ser considerada sem utilidade quando ela não atinge seu lugar de consumo” (ESTALL-BUCHANAN, 1973 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p.115).

localização); e economias externas a uma empresa e a uma indústria (economias de urbanização). Grifo nosso.

²⁷ “É fator de localização todo o motivo suscetível de diferenciar o espaço para as empresas”. (RAMOS, 2000, p.54)

Algumas das primeiras teorias de localização já destacavam o transporte como o fator explicativo da localização da produção. A primeira teoria geral da localização industrial é de Weber (1909), que a partir de um modelo geométrico, os triângulos locacionais e de peso, formados por linhas que ligam as fontes de matérias primas e os centros de consumo (apesar de sua limitação para a realização de análises, uma vez que ignora a possibilidade de variações espaciais nos custos de produção), determinou que a localização ótima é aquela que permite a minimização dos custos de transporte. Da união das teorias parciais de localização agrícola (Thünen, 1826) e industrial (Weber, 1909) surge uma teoria espacial geral, a partir do princípio da substituição de fatores²⁸, criada por Predöhl (1925, 1927, 1928), em que toda a mudança de localização de uma empresa está associada à substituição de fatores produtivos localizados em diferentes pontos, em função dos seus preços relativos e dos custos comparados do transporte (RAMOS, 2000).

A teoria de Lösch (1940), por sua vez, é baseada em hipóteses muito simples, desprezando diferenças de custos, num modelo de economia espacial operando em condições de concorrência monopolista, em que a localização ótima não é mais o ponto de menor custo do transporte, mas o lugar onde o gradiente entre o custo de produção e a renda é maior (FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008). Na teoria de Greenhut (1956), além dos transportes, são integrados à teoria fatores que não são econômicos nem técnicos, como elementos psicológicos da renda, fatores pessoais e o valor em uma teoria de maximização da satisfação (RICHARDSON, 1975). Por fim, para Isard (1968), que utiliza como conceito básico de análise o *insumo de transporte* (definido como uma unidade de peso por uma unidade de distância), o transporte não está ligado apenas à localização do estabelecimento, mas também tem a mesma importância que o capital, o trabalho e o espírito da empresa (FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008).

Olhando agora para aqueles capitais que necessitam de maior conteúdo tecnológico, considerando primordialmente a crise da *rigidez* do regime fordista de produção em massa, esses fatores de localização industrial tradicionais deixam de ser predominantes nas estratégias empresarias e passam a ser substituídos por condicionantes relativas principalmente ao aumento da competitividade industrial,

²⁸ Ao contrário do esquema clássico em que a substituição se operava em um único ponto, Predöhl introduziu a variável espacial, ou seja, a substituição pode traduzir-se em mudança de localização. Mais detalhes em Ramos (2000, p.24).

sobretudo a partir da inovação tecnológica e diferenciação dos produtos, devido ao ambiente que caracteriza a reestruturação produtiva engendrada a partir do novo regime de acumulação capitalista, denominado *flexível*²⁹. Nesse contexto em que as empresas são altamente competitivas, um fator determinante é a presença de instituições de apoio – instituições de ensino e pesquisa, laboratórios de ensaios e testes, centros de P&D e entidades empresariais – que geram e difundem novos conhecimentos e melhoram as competências técnicas, tecnológicas e inovativas da empresa, aprimorando sua capacidade de absorção de externalidades positivas e estimulando ainda mais o desenvolvimento de atividades de inovação (SUZIGAN *et al.*, 2005).

São inúmeros os critérios e fatores que determinam/condicionam as decisões locacionais realizadas pelos agentes econômicos, variando de acordo com suas estratégias e expectativas. O que nos interessa aqui, entretanto, é a perspectiva geográfica, cujas principais condicionantes estão ligadas ao uso (e mais particularmente ao uso capitalista) do território, o qual pode ser definido, segundo Santos e Silveira (2001), pela implantação de infraestruturas (sistemas de engenharia) e demais condições técnicas e normativas necessárias à produção, bem como pelo dinamismo da economia e da sociedade. Esse dinamismo é caracterizado, por exemplo, tanto por movimentos da população, como a partir das características, adensamento e interações produzidas pelas atividades industriais, fato que se associa aos processos de desconcentração da indústria paulista. Sobre essa questão, os autores consideram

[...] tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubo, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.22).

No caso em particular dos movimentos da desconcentração industrial da região metropolitana, o meio geográfico se torna um relevante condicionante das decisões

²⁹ Esse contexto agrega empresas de maior conteúdo tecnológico, que adotam estratégias competitivas mais vantajosas, que concentram o segmento mais dinâmico e tendem a capturar parcela maior da renda gerada pela indústria (DE NEGRI e SALERNO, 2005).

locacionais na medida em que passa a incorporar redes técnicas (infraestrutura sobretudo em transportes e comunicação) e normas políticas (legislação civil, fiscal e financeira, como, por exemplo, impostos, isenções, sindicatos etc.) que possibilitam a implantação, funcionamento e regulação da produção em seletivas cidades/regiões. No mesmo sentido, Firkowski e Sposito (2008), traduzindo as contribuições do geógrafo francês André Fisher, ressaltam a tamanha importância dada pelos empreendedores à dimensão territorial na medida em que a resposta à pergunta “onde?” é, cada vez mais, condicionada por, e condiciona por sua vez, as respostas das outras questões estratégicas: o que produzir (mercado), em qual quantidade (escala) e como (estratégia tecnológica e social).

[...] um “território” torna-se mais ou menos atrativo graças aos recursos, aos potenciais, às oportunidades que ele propõe e graças também a sua capacidade de adaptação às flutuações das necessidades da atividade econômica.

Pode-se então considerar, sobre as bases das redes relacionais que ele autoriza (sub e contratados, sinergias, parcerias...) e das capacidades de inovação que ele propõe ou gera (em curto ou longo prazo), que esse “território” é suscetível de se transformar em fator estratégico do desenvolvimento e da competitividade da empresa (FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p.61-62)

O território deve ser compreendido, conforme elencado pelos autores acima, como sendo produto e, ao mesmo tempo, produtivo, ou seja, é resultado e condição dos diferenciados estágios de desenvolvimento capitalista em sua dimensão material, nesse sentido, a dinâmica econômica recente, particularmente em sua dimensão industrial, é elemento central na produção do território e, concomitantemente, é condicionada por ele.

Cabe salientar que existem diversas interpretações conceituais de território (política, econômica, cultural, natural etc.), porém tratamos aqui em particular do conceito de território numa perspectiva econômica, a partir das contribuições de Haesbaert (2006), em que o território nos remete à localização das atividades industriais num determinado espaço físico, concreto e os elementos e recursos ali existentes o diferenciam dos outros.

Botelho (2008) ressalta ainda que o território da indústria não é somente a fração territorial ocupada pela unidade produtiva, mas englobaria uma rede de fluxos visíveis (mercadorias) e invisíveis (capital, informação) centrada nos pontos de apoio formados

pelos aparelhos de produção e de administração, assim como as áreas que a indústria organiza para as necessidades de força de trabalho e prospecta para seu abastecimento em bens e serviços e para o escoamento de seus produtos.

Em relação aos recursos e às condições materiais do território na atração de investimentos, podemos destacar o tamanho ou o alcance espacial do mercado consumidor, redes de fornecedores existentes, disponibilidade de recursos como mão de obra, energia ou matérias-primas, bem como, em muitos casos, a própria localização efetiva de investimentos também produz, consolida ou torna disponíveis estes mesmos elementos.

Dessa maneira, deve-se compreender que a localização das atividades industriais no território, por um lado, em sua vertente eminentemente econômica, traduz espacialmente o conjunto de decisões passadas, tomadas pelos agentes econômicos que chegam ao presente como fortes elementos condicionantes de trajetórias futuras. Por outro lado, a localização industrial, entendida aqui como a materialização de anúncios de investimentos, faz parte de um processo mais amplo de produção de um espaço que não é neutro, mas resultado dos conflitos e das relações sociais historicamente determinadas e concretas, revelando os agentes que as desencadeiam e suas intencionalidades.

O ato intencional dos agentes econômicos de anunciar investimentos na economia está, portanto, associado diretamente às práticas espaciais dos capitais particulares em termos de antecipação espacial que, por si só, já engendra transformações econômicas e espaciais na medida em que, ao revelarem intenções de investir, alteram as características socioeconômicas e o peso relativo daquelas seletivas regiões/localidades no conjunto das demais, atraindo nas proximidades outras empresas secundárias/complementares, ampliando a produção e o consumo de produtos e serviços, gerando novos postos de trabalho etc.

No caso da localização industrial, a imobilização do capital em certos pontos do território que já possuem um investimento de capital anterior ainda é um forte fator condicionante na atração de outras indústrias e investimentos. Esse processo é chamado de inércia das distribuições industriais, sendo que, de acordo com Santos (1978) apud Botelho (2008, p.23), “essa inércia ativa ou dinâmica se manifesta pela atração de mão-de-obra pelas grandes metrópoles, pela atração de capital, superabundância de serviços,

de infraestruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas”.

Partindo dessas considerações que os elementos e recursos já existentes em determinada localidade/região são fortes condicionantes na tomada de decisões dos agentes econômicos, sobretudo dos empreendedores privados dada suas expectativas de rentabilidade.

Por fim, sob o ponto de vista marxista da lógica geral de acumulação, nossa hipótese conclui que a concentração e a centralização do capital no território paulista, sobretudo na área metropolitana, engendra permanentes interações espaciais dos agentes em busca de ampliar suas taxas de lucro, possibilitando a consolidação de uma seletiva desconcentração da indústria da região metropolitana de São Paulo e a conseqüente formação de um novo mapa da indústria paulista no início do século XXI. Tais movimentos, ainda, têm alterado paulatinamente as dinâmicas econômicas e urbanas com a configuração de novos arranjos produtivos no Estado de São Paulo, seja por relações de concorrência, seja de complementaridade ou ainda especialização produtiva.

Ocorre no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, no Brasil, uma permanente (re)divisão territorial do trabalho industrial que torna mais complexa a rede urbana e aprofunda as diferenciações socioespaciais entre as áreas metropolitanas e as demais. Projeta-se, dessa forma, novos padrões de localização para o futuro, em que economias e deseconomias de aglomeração assumem novos contornos nas decisões dos agentes econômicos, principalmente daqueles que buscam se realocar, alterando o quadro de concentração espacial produzido historicamente a partir da industrialização paulista e, por que não, brasileira. Para Brandão (2007), as indústrias, ao deslocarem suas bases produtivas à outras regiões/localidades visando responder às imposições do mercado capitalista, ou quando nestas crescem a taxas superiores às da metrópole ou seu entorno mais imediato, alteram não só as bases técnico-produtivas anteriores, como também de maneira mais ampla, as bases econômicas e sociais.

Nesse contexto em que estão intrínsecas as necessidades de concentração e centralização econômica e espacial, a dinâmica dos múltiplos e distintos processos de desconcentração da indústria nos dá um panorama das recentes mudanças na divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo. Num esforço intelectual de articulação dessas determinações mais amplas com as escolhas locacionais dos capitais produtivos partindo dos dados empíricos, no próximo capítulo busca-se apreender a produção de

novas dinâmicas territoriais no conjunto do estado paulista que, ao mesmo tempo, criam e transformam as funções urbanas e a atual estrutura espacial e, também, condicionam as trajetórias futuras das regiões/localidades onde estão presentes.

CAPÍTULO 3.

DINÂMICA TERRITORIAL DOS FLUXOS DE INVESTIMENTOS ANUNCIADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PAULISTA

A leitura das resultantes espaciais dos anúncios de investimentos na indústria de transformação paulista é a nossa base para a busca da compreensão acerca da dinâmica dos múltiplos e articulados processos de desconcentração industrial, sejam das bases produtivas que se deslocam da região metropolitana, sejam ainda daquelas que surgem de bases locais nas demais regiões. Para se alcançar essa proposta, o conjunto dos dados disponibilizados pela PIESP foram organizados e analisados, numa periodização de 14 anos (de 1995 a 2008³⁰), buscando sempre construir indicadores que permitam sua leitura a partir da dinâmica da produção dos arranjos territoriais, tomando como primeira referência as duas escalas geográficas sobre o destino dos investimentos: regional (investigação das quinze político-administrativas do estado) e rede urbana (análise da participação dos municípios³¹ inseridos em cada região paulista).

A análise regional se refere à divisão regional do Estado de São Paulo, de cunho estritamente político-administrativo, em que apresentamos e aferimos os dados e as informações relativas às três regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) e às doze regiões administrativas (São José dos Campos, Sorocaba, Central, Araçatuba, Bauru, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Marília, Presidente Prudente, Franca, Barretos e Registro).

A fim de investigar em particular a dinâmica da rede urbana e o peso/papel econômico dos centros urbanos em termos de atração de investimentos, os principais municípios de cada região paulista que captaram os maiores volumes de investimentos também serão analisados mais profundamente, no sentido de compreender se a seletividade espacial das decisões locacionais de produzir acompanhou a hierarquia das cidades em suas respectivas regiões de influência. Essa investigação toma como base as

³⁰ Nos anos recentes, a Fundação SEADE alterou as bases metodológicas desenvolvidas na estruturação da PIESP, impossibilitando a comparação adequada, conforme informações obtidas através de mensagens eletrônicas transmitidas por funcionários da instituição, entre a série histórica em análise e o período posterior. A PIESP agora fornece ao público apenas os dados relativos ao ano em questão, não disponibilizando mais o conjunto de dados sistematizados na metodologia anterior.

³¹ Segundo a SEADE, o Estado de São Paulo subdivide-se em 645 municípios, distribuídos em 42 regiões de governo, 14 regiões administrativas e três regiões metropolitanas: de São Paulo, da Baixada Santista (que tem a conformação espacial da RA de Santos) e de Campinas (contida na RA do mesmo nome). Importante ressaltar também que na análise dos volumes de investimentos na indústria paulista, não estão agregados os valores relativos à categoria “Diversos Municípios”. Segundo a PIESP, tal categoria refere-se aos investimentos realizados por empresas com atuação em mais de um município, sem especificação do investimento por localidade e que estão espalhados por todo território paulista. O formato deste dado tem implicado em grandes desafios de procedimentos da pesquisa, portanto, não foi utilizado, nesse momento, em virtude da busca de conhecer e aferir, especificamente, a localização exata de tais anúncios.

contribuições de Duarte e Navarro (2009), cujo estudo aponta que foi através da hierarquia funcional dos centros urbanos que se chegou à identificação das sedes regionais e das respectivas áreas de influência regional, demonstrando assim que o atual recorte político administrativo do estado guarda coerência com as relações/interações espaciais existentes entre os municípios, sobretudo no que se refere ao recorte territorial das RAs³².

É relevante afirmar que a PIESP registra os investimentos anunciados/previstos nos três grandes setores de atividades econômicas (indústria, comércio e serviços), classificando-os segundo diferentes indicadores, porém, para o nosso trabalho, realizamos a análise somente dos dados relativos à indústria de transformação, desconsiderando, assim, os investimentos anunciados nas indústrias extrativas (de carvão mineral, minerais não-metálicos e petróleo) e nos outros dois setores econômicos (comércio e serviços)³³.

Qualifica-se tal análise dos investimentos na indústria de transformação paulista discriminando-os de acordo com indicadores territoriais, como a origem do capital, que pode ser nacional, estrangeira ou associado (parceria nacional/estrangeiro), bem como o tipo de investimento, podendo ser para implantação de novas plantas (quando é novo), ampliação/modernização (respectivamente, quando se amplia a capacidade produtiva e se moderniza a produção em plantas já existentes) e P&D (pesquisa e desenvolvimento) de novos produtos e processos produtivos.

Além da análise territorial que considera as escalas regional e da rede urbana acerca da distribuição das indústrias e dos investimentos nas diferenciadas regiões e

³² Essa perspectiva de análise da seletividade espacial dos investimentos é relevante pois sinaliza o papel de cada cidade em sua região de influência e permite compreender se a criação desses recortes territoriais feitos pelo Estado (RAs) ajudou na centralidade dos municípios-sede. Por outro lado, não foi possível aferir de forma satisfatória a antecipação espacial, outra prática espacial dos capitais industriais, uma vez que, por ser necessário olhar para a relação temporal dos anúncios de investimentos, os dados não revelam exatamente o ano do anúncio, mostrando apenas o período que as empresas pretendem investir, o que impossibilita saber precisamente os diferentes momentos que houve materialização dos investimentos produtivos no território paulista.

³³ A distribuição dos investimentos segundo os grandes setores está presente em estudo anterior (Moreira, 2010), que aponta no Estado de São Paulo uma participação majoritária (55% do total) dos anúncios de investimentos na indústria frente aqueles relacionados ao comércio (3%) e serviços (42%), ou seja, nos anos recentes (1995 a 2005) a indústria tem maior peso na economia paulista no que diz respeito às intenções de produção por parte dos diferentes capitais. Essas investigações encontram-se também em artigo científico publicado em 2011 (MOREIRA, Adriano e MELAZZO, Everaldo Santos. Fluxos de investimentos e desconcentração industrial no Estado de São Paulo – 1995-2005. *Revista Formação Online*, vol. 1, n. 18, p.63-87, jan/jun, 2011).

municípios do estado, também pesquisamos o âmbito setorial que leva em conta os anúncios de investimentos anunciados nos ramos da indústria presentes nessas duas escalas de análise. Portanto, para analisar e apresentar os ramos industriais, tomamos como referência a CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para segmentar os distintos tipos de indústria de transformação, segundo a predominância de sua produção, a partir de categorias de uso: Bens de Consumo Não-Durável (BCND), Bens de Uso Intermediário (BI) e Bens de Consumo Durável e de Capital (BCDK).

Segundo a divisão por categorias de uso, os principais ramos industriais em intenções de produzir no território paulista foram: alimentos e bebidas (BCND), refino de petróleo e álcool (BI) e automotivo (BCDK), além do ramo de eletricidade, gás e água quente que não está presente nessa classificação. Nesse sentido, a fim de qualificar ainda mais o debate e incorporar mais informações para fazer a leitura da dinâmica territorial paulista, agora elencando os agentes econômicos, a participação e o peso de cada um nesse contexto, também apresentamos e analisamos todas as empresas desses ramos selecionados que investiram nos principais municípios em atração de investimentos de cada uma das regiões.

No intuito de ilustrar como se configurou a localização dos anúncios de investimentos industriais no território paulista, através dos *softwares* MapInfo 8.5® e ArcGis 10® foram produzidos 17 mapas síntese, relativos ao período de 14 anos que corresponde ao nosso recorte temporal (1995-2008), sendo dois mapas da localização desses investimentos anunciados em relação às duas escalas geográficas utilizadas, bem como outros quinze referindo-se aos investimentos localizados nos municípios de cada uma das regiões paulistas, analisando, mais precisamente, seu peso e papel econômico tanto na região de influência como na rede urbana que estão inseridos. Também foram confeccionados mais 4 mapas (dois de cada escala geográfica adotada) para comparar a dinâmica dos investimentos industriais no começo e no término da série histórica, ou seja, apresentamos e aferimos a distribuição das intenções de investir no período 1995-1998 e no ano de 2008, tanto do ponto de vista regional como da rede urbana.

Além de uma importante ferramenta para os estudos acadêmicos, propiciando o estudo de uma dimensão relevante do comportamento da economia paulista, a PIESP também é um material que contém valiosas informações tanto para os capitais privados,

em suas tomadas de decisões de investimento, quanto para o Governo, na elaboração de distintas políticas públicas.

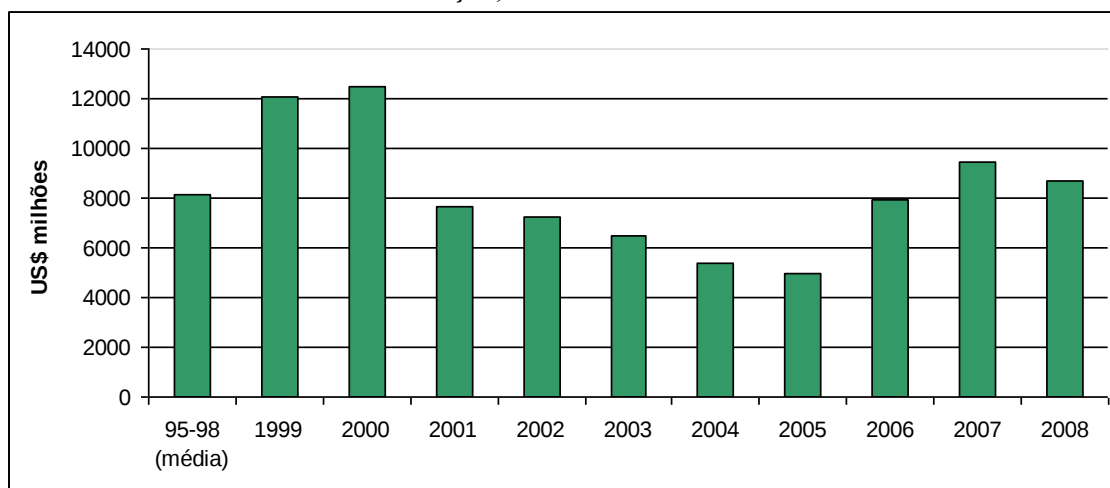
Do ponto de vista do planejamento público, a PIESP é um instrumento que possibilita dar subsídio aos estudos e ações em diversas cidades e regiões do território paulista e nos diferentes setores econômicos, posto que é possível conhecer o movimento de localização dos investimentos privados e, conseqüentemente, onde o setor público deve concentrar esforços e recursos, bem como identificar os ramos e setores com menos recursos (que necessitam de apoio governamental) e aqueles mais dinâmicos e com maior potencial de crescimento.

Já na perspectiva do investidor privado, a pesquisa visa criar um ambiente favorável à tomada de decisões ao proporcionar um conhecimento prévio da adequação da infra-estrutura na cidade/região e dos investimentos realizados anteriormente, uma vez que, por se tratar de decisões tomadas com base em expectativas de demandas futuras, é necessário saber se há ou não e quais são os fatores mais atrativos para a escolha da localização do investimento.

Desse modo, por utilizar como ferramenta de pesquisa uma base de dados ainda não devidamente explorada em tais estudos, pretende-se também que nossa principal fonte de informações, a PIESP, seja problematizada, visando contribuir com indicações metodológicas e de procedimentos de investigação para os estudos que tenham como objeto acompanhar e desvendar as transformações industriais e sua inserção no território paulista.

Antes de mais nada, considerando o **gráfico 1** sobre o volume de anúncios de investimentos anunciados na indústria de transformação do Estado de São Paulo, buscase tratar essa leitura como uma hipótese e uma possibilidade de melhor compreender a relação da política econômica adotada no país, durante a série histórica, face às decisões de investimentos privados na indústria paulista. A partir da leitura do gráfico e das contribuições de Paulino e Comegno (2003), nota-se que, ao longo dos anos, a dinâmica dos anúncios de investimentos na indústria de transformação paulista é caracterizada por fases tanto de crescimento, impulsionadas pelos processos de privatizações, abertura da economia e estabilidade monetária, quanto de queda em virtude das conjunturas nacionais e internacionais desfavoráveis aos investimentos em produção industrial, bem como nota-se uma retomada dos investimentos no final da série histórica em virtude do aquecimento econômico gerado pelo potencial mercado interno brasileiro.

Gráfico 1. Estado de São Paulo: Volume de investimentos anunciados na indústria de transformação, em US\$milhões – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Apesar dos altos e baixos, na série histórica o Estado de São Paulo registrou a expressiva quantia de aproximadamente US\$114,9 bilhões em investimentos produtivos destinados a seu parque industrial. Do ponto de vista territorial, as regiões que tradicionalmente concentram a produção industrial, ou seja, a RMSP e seu entorno (RMs de Campinas e Baixada Santista e RAs de São José dos Campos e Sorocaba) captaram juntas cerca de US\$99,1 bilhões, o que representa acima de 86% das intenções de produção no território paulista, sendo que o montante restante localizou-se seletivamente nas demais regiões/localidades do interior do estado.

Já no que diz respeito à política econômica brasileira, os oito primeiros anos da série histórica, relativos à fase de alta dos investimentos na economia paulista, refere-se ao período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, atingindo um montante acima de US\$64,6 bilhões. Por outro lado, os outros seis anos do período em análise, relativo à fase de queda dos anúncios, corresponde ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que os contextos nacional e internacional desfavoráveis aos investimentos (crises e incertezas quanto ao novo governo) acarretaram, por um lado, no adiamento de diversas decisões de investimentos, mas por outro, também se observou a manutenção daqueles já decididos, cujo volume total chegou a pouco mais de US\$50,1 bilhões em anúncios de produção na indústria de transformação paulista.

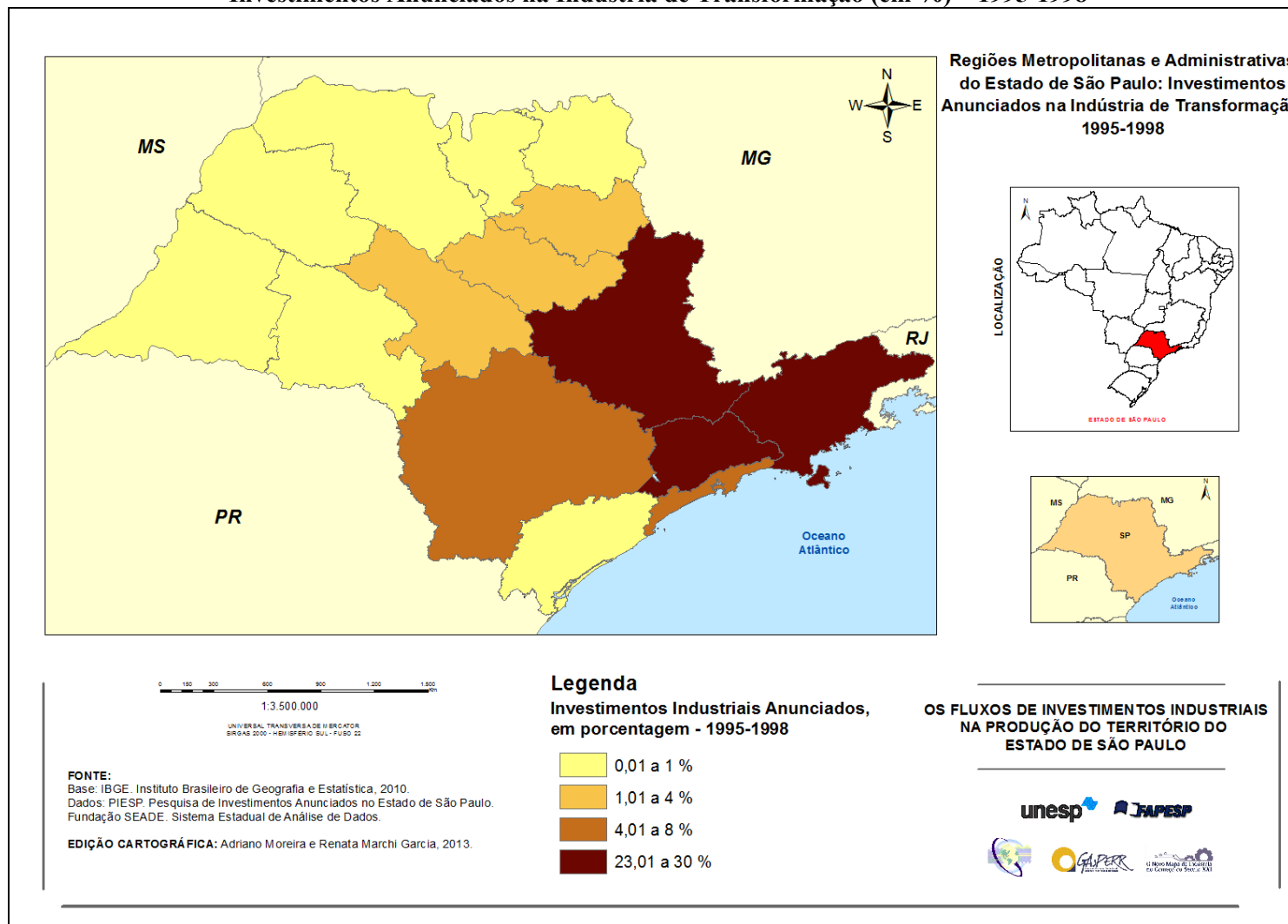
Assim, partindo das informações extraídas da ampla literatura da área e dos dados empíricos trabalhados, tem-se uma possibilidade de leitura da relação que há

entre os investimentos industriais anunciados na economia paulista e os contextos econômicos e institucionais que marcam a fase recente da economia brasileira. Agora no intuito de melhor compreender como se deu a distribuição territorial dos anúncios de investimentos na indústria paulista, apresentamos e analisamos a seguir quatro mapas que nos permitem observar mudanças paulatinas na dinâmica econômica do estado, na perspectiva das escalas regional e da rede urbana, considerando o início e o fim da série histórica sob investigação.

Olhando do ponto de vista regional, o **mapa 3** referente ao período inicial da investigação (1995-1998), nos apresenta uma forte concentração (92,65%) dos investimentos industriais na RMSP e em seu entorno imediato (RMs de Campinas e Baixada Santista e RAs de São José dos Campos e Sorocaba), com uma pequena participação (apenas 7,35%) dos espaços não-metropolitanos na atração desses capitais.

Por outro lado, como se vê no **mapa 4**, esses investimentos ao longo dos anos ainda se localizam prioritariamente nas principais regiões, tradicionalmente, mais industrializadas do estado (76%), porém nota-se que os espaços não-metropolitanos do território paulista, paulatinamente, vêm aumentando sua participação nas escolhas locais dos agentes econômicos, registrando em 2008 cerca de 24% dos investimentos industriais anunciados, o que indica mudanças mais profundas na dinâmica econômica paulista nos anos recentes decorrentes das múltiplas interações espaciais expressas nesse contexto.

**Mapa 3. Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-1998**



Regiões Metropolitanas e Administrativas do Estado de São Paulo: Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação 2008

Legenda
Investimentos Industriais Anunciados, em porcentagem - 2008

(White)	0 %
(Light Yellow)	0,01 a 1 %
(Orange)	1,01 a 4 %
(Brown)	10,01 a 17 %
(Dark Red)	17,01 a 23 %

Fonte:
Base: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
Dados: PIESP - Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo.
Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados.

Edição Cartográfica: Adriano Moreira e Renata Marchi Garcia, 2013.

OS FLUXOS DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

unesp **FAPESP**

GLUPER
Gestão de Logística Urbana e Regional
na Grande São Paulo e Região

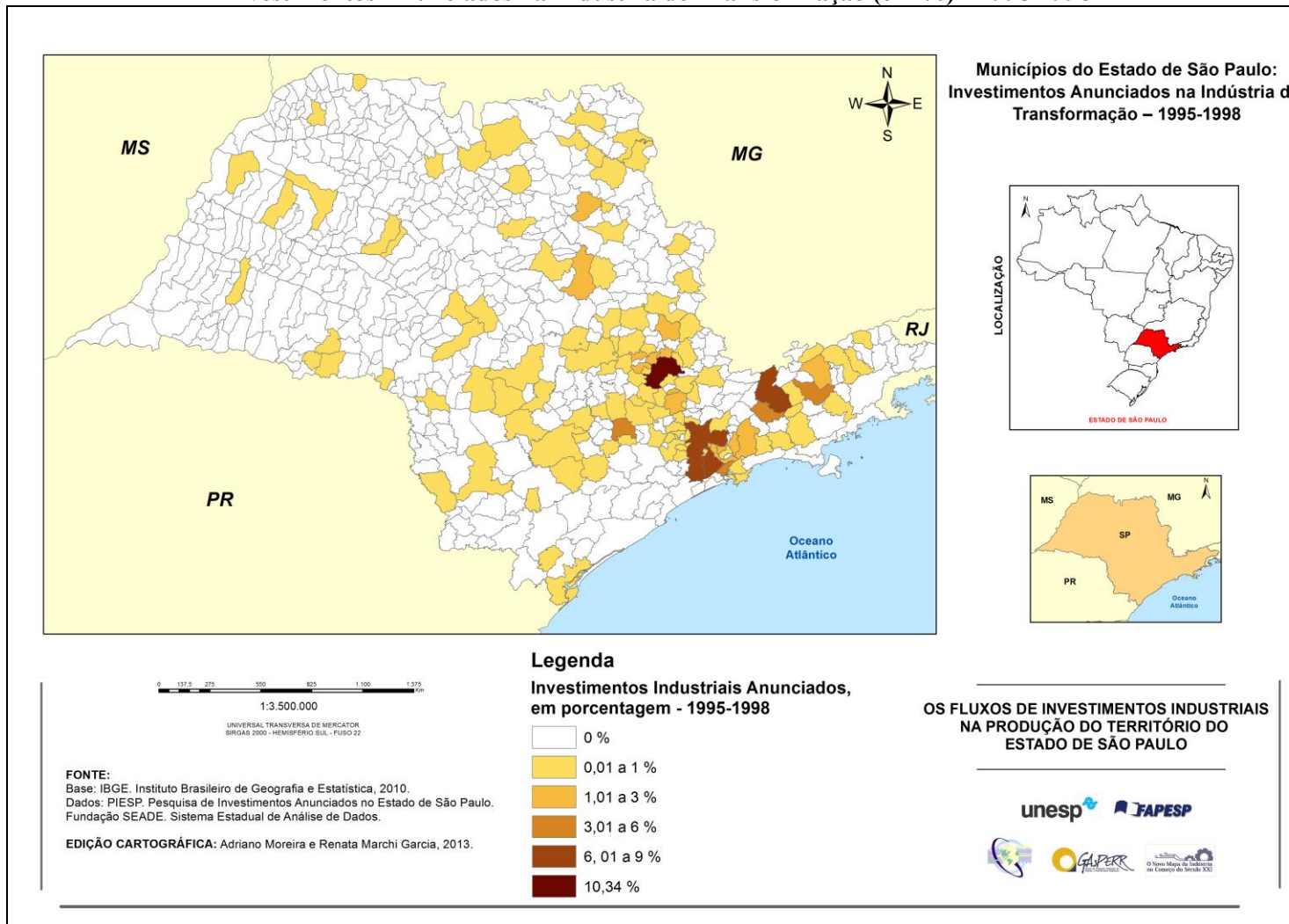
Agora na perspectiva da rede urbana, o **mapa 5** nos apresenta a localização dos investimentos industriais no período 1995-1998, em que registrou-se intenções de investir em 125 municípios do estado, totalizando aproximadamente US\$32,6 bilhões. O principal município na atração desses capitais, no período, foi Campinas, que captou quase US\$3,4 bilhões, o que corresponde a 10,3% dos investimentos anunciados no estado, seguido dos municípios de São José dos Campos (8,8% do total), São Bernardo do Campo (8,6%) e São Paulo (6,3%).

Já o **mapa 6** nos mostra que, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, um total de 100 recebeu investimentos produtivos em seu parque industrial no ano de 2008, que somaram cerca de US\$8,6 bilhões. O município de São Bernardo do Campo foi o que mais captou investimentos, num total acima de US\$1 bilhão, o que representa mais de 11,7% dos anúncios realizados no estado, com destaque também para os municípios de Gavião Peixoto (RA Central) e São José dos Campos com 8,6% do total cada, e para Itapetininga e Alumínio (ambos municípios inseridos na RA de Sorocaba) que captaram, respectivamente, 6,8% e 6,4% dos anúncios em 2008.

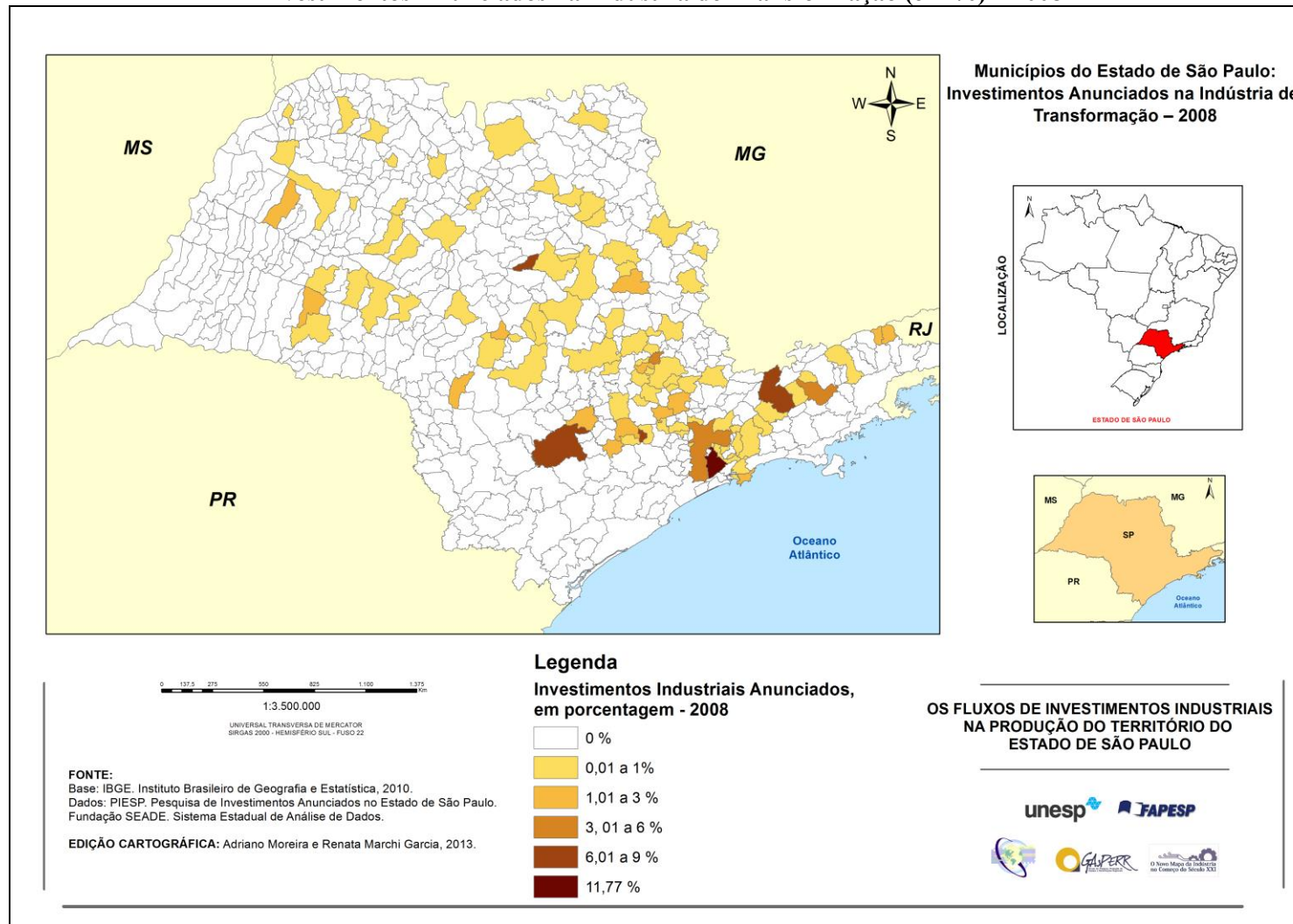
A leitura desses dois mapas nos revela mudanças territoriais dos investimentos ao longo dos anos, em que, como visto acima, distintos municípios participaram significativamente da dinâmica econômica paulista, além de que esses capitais industriais se desconcentraram com o passar dos anos, haja vista que 4,8% foi a média dos municípios do estado que captaram investimentos industriais no período 1995-1998, enquanto que, em 2008, esse número subiu para 15,5% do total.

Desse modo, infere-se que paulatinamente novas localidades se inserem na dinâmica de localização dos investimentos industriais, em que as interações espaciais desses capitais produzem uma dinâmica territorial que aprofunda e torna mais complexa a divisão territorial do trabalho industrial e, também, condiciona as trajetórias futuras dos centros urbanos do Estado de São Paulo.

**Mapa 5. Municípios do Estado de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-1998**



**Mapa 6. Municípios do Estado de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 2008**



Portanto, considerando os quatro mapas acima que nos dão um panorama das intenções de investir no início e no fim da série histórica sob análise, é possível compreender que a produção do território paulista em sua dimensão industrial, revelada pelos investimentos anunciados, por um lado desvenda o passado e o futuro e expressa o caráter seletivo, desigual e diferenciado do desenvolvimento capitalista, se configurando como um movimento permanente, que está em processo, indica as condições histórico-concretas produzidas no passado e, também, desenha e condiciona o curso das cidades e regiões do estado no futuro. Por outro lado, o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, interpretado pelas articuladas interações espaciais entre os agentes econômicos e entre as escalas geográficas, revela redefinições econômicas e espaciais no Estado de São Paulo, tanto na escala regional como da rede urbana, que vão produzindo novos arranjos territoriais e, assim, territorializando novas lógicas produtivas.

Para qualificar ainda mais essa discussão, investigamos a seguir os investimentos anunciados na indústria paulista a partir dos indicadores territoriais, sendo que a primeira informação relevante diz respeito aos volumes de investimentos anunciados no período. Considerando-se os dados da **tabela 2**, segundo a origem depreende-se que ocorre certa hierarquização com relação à natureza desses capitais, ou seja, os investimentos nacionais têm maior participação na economia paulista (51,6%) em relação aos estrangeiros (44,5%) e aos associados (3,8%).

Tabela 2. Participação dos investimentos industriais anunciados na economia paulista, segundo a origem do capital (em %) – 1995-2008

	Nacional	Estrangeiro	Associado
95-98	40,27	56,46	3,27
1999	28,10	61,47	10,43
2000	40,26	55,03	4,71
2001	53,02	36,78	10,19
2002	65,99	33,78	0,23
2003	71,79	26,37	1,84
2004	68,44	31,05	0,52
2005	65,93	30,81	3,26
2006	83,34	16,12	0,54
2007	60,20	37,16	2,64
2008	58,20	40,45	1,36
Total	51,63	44,51	3,85

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Na realidade, os investimentos de origem associada não têm tanto peso na economia se comparados aos outros dois, posto que há um predomínio até o ano 2000

dos anúncios de origem estrangeira e, a partir de então, os investimentos nacionais são superiores ao longo da série histórica. Nesse sentido, infere-se que, por um lado, durante o governo FHC os fluxos de capitais estrangeiros preponderaram no Estado de São Paulo e, por outro lado, no governo Lula foram os investimentos nacionais que tiveram as maiores participações na dinâmica econômica paulista em sua dimensão industrial.

Os investimentos industriais de origem nacional totalizaram no período acima de US\$59,3 bilhões, sendo que mais de 83% do total destinou-se às cinco principais regiões mais atrativas aos capitais produtivos, ou seja, a RMC captou a maioria dos anúncios nacionais (24,3%), seguida de São José dos Campos (20,9%), RMSP (17,5%), RMBS (11,3%) e Sorocaba (9%).

Já o total de capital de origem estrangeira anunciado na indústria paulista foi de US\$51,3 bilhões no período, concentrado acima de 88% nas cinco regiões industriais mais tradicionais, ou seja, quem mais captou foi RMSP (34,7%), depois São José dos Campos (24%), RMC (23,9%), Sorocaba (5,7%) e RMBS (2,6%, ficando atrás aqui também da RA Central que teve 2,7% de participação).

Por fim, os anúncios de capitais associados somaram no período mais de US\$4,4 bilhões, porém esse montante, diferentemente dos dois outros tipos de capitais, não ficou concentrado apenas nas regiões mais industrializadas do estado, contando com as significativas participações das RAs Central e Marília (11,8% e 6,2% respectivamente) na produção estadual. Para tais capitais, a região mais atrativa foi a RMC (36,8%), seguida das regiões metropolitanas de São Paulo (15,9%) e Baixada Santista (13,6%), São José dos Campos (4,3%) e Sorocaba (4%).

Considerando os investimentos anunciados na indústria segundo o tipo de investimento, a **tabela 3** discrimina os diferentes tipos de investimentos, em percentual, na série histórica sob análise. Observa-se o comportamento dos distintos tipos de investimentos, em que, assim como ocorre no indicador origem do capital, há uma hierarquização em relação aos três principais tipos de investimentos anunciados na indústria paulista³⁴.

³⁴ Conforme informações retiradas junto ao sistema de Atendimento SEADE, a categoria “Outros” esteve presente nos primeiros anos na metodologia adotada pela SEADE, e incluía os investimentos que não eram relacionados aos itens acima ou eram enquadrados em mais de um item.

Tabela 3. Participação dos investimentos industriais anunciados na economia paulista, segundo o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

	Implantação	Ampliação/Modernização	P&D	Outros
95-98	55,12	44,88	-	-
1999	55,16	36,50	8,24	0,10
2000	29,52	63,96	3,79	2,74
2001	54,63	45,05	-	0,32
2002	35,09	61,09	3,28	0,53
2003	37,26	62,58	0,16	-
2004	26,44	70,97	2,58	-
2005	33,83	65,14	1,02	-
2006	8,46	87,96	3,58	-
2007	32,46	65,09	2,45	-
2008	22,87	76,22	0,92	-
Total	40,26	57,20	2,18	0,36

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos tiveram os menores índices da série histórica, já os investimentos em implantação de novas plantas foram superiores em três oportunidades (95-98, 1999 e 2001), porém, ao longo dos demais anos, prevaleceram os anúncios em ampliação/modernização das plantas industriais já existentes. Assim, no período do governo FHC os anúncios se destinaram sobretudo à implantação de novas indústrias, por sua vez, no governo Lula predominaram os anúncios na ampliação/modernização da capacidade produtiva do Estado de São Paulo.

Em relação aos investimentos em implantação, o montante dos anúncios chegou a mais de US\$46,2 bilhões no período, concentrado cerca de 78,8% do total nas cinco regiões que tradicionalmente captam os maiores volumes: a RMC foi a que mais recebeu esse tipo de investimento (35,2%), seguida de São José dos Campos (14,6%), RMSP (13,6%), Sorocaba (9,5%) e RMBS (5,9%).

Por sua vez, acima de US\$65,7 bilhões é o total investido na ampliação/modernização da indústria paulista, aproximadamente 91,1% anunciado nas cinco regiões de maior peso industrial, ou seja, na RMSP (33,4%) e seu entorno, São José dos Campos (25%), RMC (17,5%), RMBS (9%) e Sorocaba (6,2%).

Em pesquisa e desenvolvimento, foram investidos no período aproximadamente US\$2,5 bilhões, porém a distribuição desses anúncios foi mais seletiva e concentrada ainda, localizando somente em três regiões acima de 99,5% do total: São José dos Campos (67,2%), RMSP (18,7%) e RMC (13,6%). As regiões Central, Marília,

Ribeirão Preto, RMBS, São José do Rio Preto e Sorocaba, juntas, responderam pelos outros 0,5% do total, já as demais regiões do estado não receberam nenhum anúncio de investimento em P&D ao longo do período sob análise.

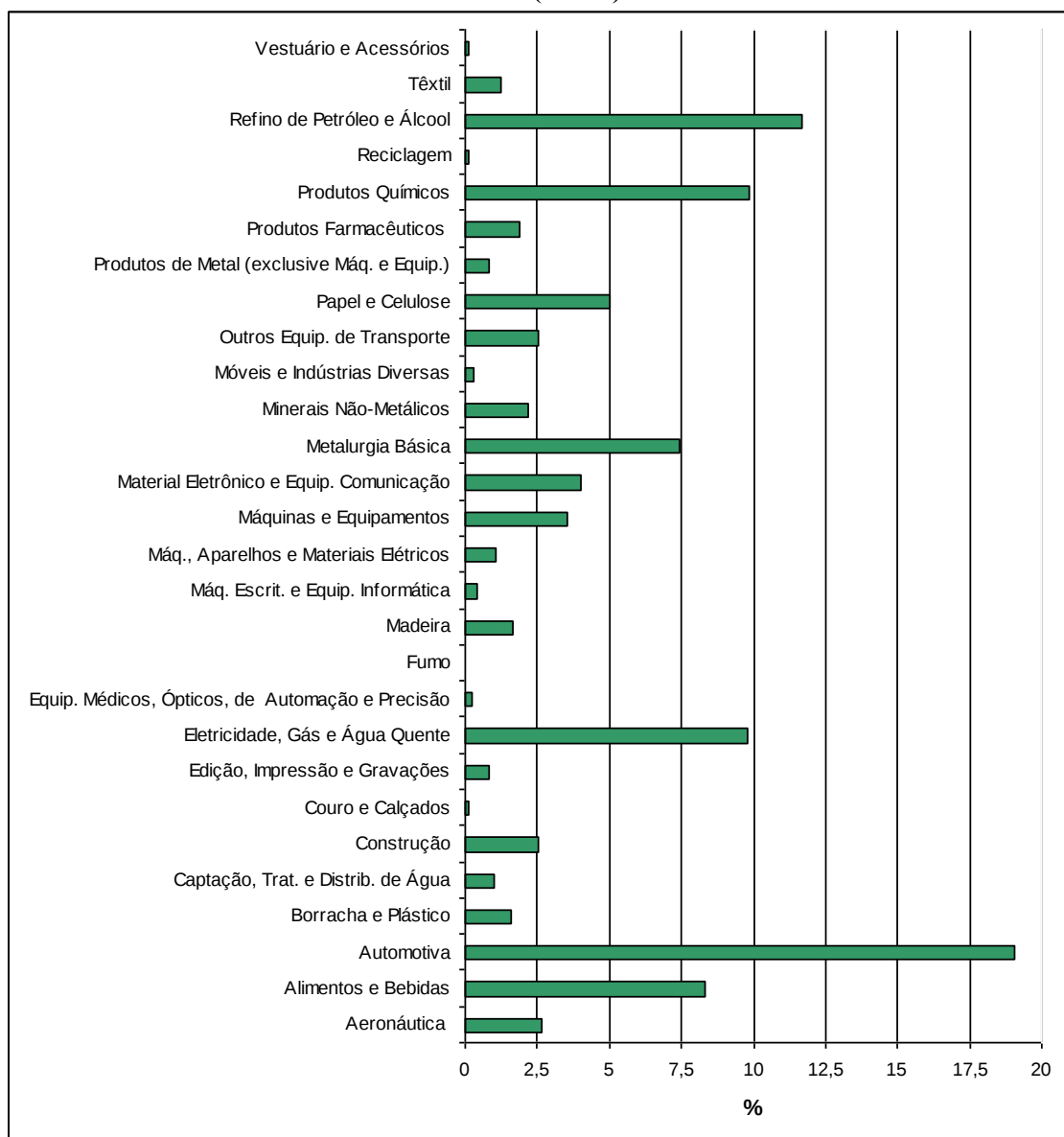
Olhando para esses dados empíricos trabalhados é possível fazer uma leitura em particular do contexto mais amplo referente à economia política brasileira, em que durante o governo FHC, os fluxos de capitais estrangeiros e os anúncios em implantação de novas indústrias preponderaram no Estado de São Paulo e, por outro lado, no período do governo Lula foram os investimentos de origem nacional e os anúncios em ampliação/modernização da capacidade produtiva que tiveram as maiores participações na economia paulista.

O que se conclui então é o seguinte: o primeiro subperíodo de análise (1995-2001), que representa o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se caracterizou pelo predomínio dos capitais estrangeiros e dos anúncios em implantação de novas plantas industriais no território do Estado de São Paulo, e foi marcado por uma fase de alta dos anúncios de investimentos na indústria paulista em virtude da abertura da economia, estabilidade da moeda e sobretudo das privatizações e, também pelo início da diminuição nas intenções de investir dado o cenário internacional adverso.

Por sua vez, no subperíodo posterior (2002-2008) que corresponde ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país, houve a predominância dos fluxos de capitais nacionais e dos investimentos em ampliação/modernização da capacidade produtiva do parque industrial paulista, apontando tanto uma fase inicial de queda dos investimentos devido às conjunturas nacional e internacional desfavoráveis ao ambiente dos negócios, como uma posterior retomada das intenções de produção no final da série histórica, em virtude de políticas que visavam o potencial do mercado interno.

A seguir, analisaremos a distribuição dos anúncios de investimentos na indústria paulista, sob a perspectiva dos diversos ramos industriais. O **gráfico 2** mostra a participação nos anúncios de cada ramo industrial no conjunto da economia paulista.

Gráfico 2. Investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo os ramos industriais (em %) – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Levando em conta os anúncios de investimentos, o ranking dos 28 ramos da indústria de transformação³⁵ que tem participação na economia paulista, na série histórica sob análise, ficou na seguinte sequência: a indústria automotiva foi a que mais anunciou investimentos produtivos, num volume superior a US\$21,88 bilhões, o que

³⁵ Apesar de não estarem classificados como indústria de transformação pela CNAE, também se inserem nas análises os ramos “construção”, referente às atividades no setor de construção civil, além de “eletricidade, gás e água quente”, juntamente com “captação, tratamento e distribuição de água”, do setor de serviços.

representa cerca de 19% do total; a indústria de refino de petróleo e álcool foi a segunda em intenções de investir, numa quantia superior a US\$13,38 bilhões, caracterizando 11,65% do total no período; já o terceiro ramo que mais fez anúncios em produção foi produtos químicos, totalizando quase US\$11,35 bilhões, ou seja, 9,88% dos investimentos; em seguida com mais de US\$11,26 bilhões em anúncios ficou eletricidade, gás e água quente, o que dá 9,8% do total; o ramo de alimentos e bebidas foi o quinto em investimentos anunciados, num total de aproximadamente US\$9,54 bilhões, representando 8,3% dos anúncios; depois ficou metalurgia básica (7,45% do total), papel e celulose (5,03%), material eletrônico e equipamento de comunicação (4,02%), máquinas e equipamentos (3,56%), aeronáutica (2,64%), outros equipamentos de transporte (2,55%), construção (2,53%), minerais não-metálicos (2,18%), produtos farmacêuticos (1,86%), madeira (1,66%), borracha (1,62%), têxtil (1,21%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,07%), captação, tratamento e distribuição de água (1,02%), edição, impressão e gravações (0,83%), produtos de metal (exclusive maq. e equip.) (0,81%), máquinas de escritório e equipamentos de informática (0,43%), móveis e indústrias diversas (0,29%), equipamentos médicos, ópticos, de automação e precisão (0,21%), reciclagem (0,13%), vestuário e acessórios (0,11%), couro e calçados (0,11%) e, por fim, fumo (0,01%).

Podemos aferir os ramos industriais presentes na PIESP também a partir de suas categorias de uso, tomando-se como referência a CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas, do IBGE, em que a segmentação dos distintos tipos de indústria de transformação, segundo a predominância de sua produção, se apresenta da seguinte maneira:

- Bens de Consumo Não Durável (BCND): alimentos e bebidas; couro e calçados; edição, impressão e gravações; fumo; móveis e indústrias diversas; produtos farmacêuticos; têxtil; vestuário e acessórios.
- Bens de Uso Intermediário (BI): borracha e plástico; madeira; metalurgia básica; minerais não metálicos; papel e celulose; produtos químicos; reciclagem, refino de petróleo e álcool.
- Bens de Consumo Durável e de Capital (BCDK): aeronáutica; automotiva; equipamentos médicos, ópticos, de automação e precisão; máquinas, aparelhos e material elétrico; máquinas para escritório e equipamentos de informática; máquinas e

equipamentos; material eletrônico e equipamentos de comunicação; outros equipamentos de transporte; produtos de metal.

Do ponto de vista das categorias de uso, na indústria de bens de consumo não-durável foram realizados aproximadamente US\$14,6 bilhões de investimentos, o que caracteriza 12,7% do total estadual, com destaque para o ramo de alimentos e bebidas que teve mais de 65,3% dos anúncios em BCND. Por sua vez, na indústria de bens intermediários acima de US\$45,48 bilhões foram anunciados em produção, o que representa a maior participação na economia com 39,6% do total, sendo que o ramo de refino de petróleo e álcool foi o que teve o maior percentual em BI com 29,4% dos anúncios. Em relação à indústria de bens de consumo durável e de capital, acima de US\$39,5 bilhões foram anunciados, ou seja, 34,3% do total, principalmente em virtude do significativo volume de investimentos da indústria automotiva, com 46,6% dos anúncios em BCDK. Considerando os ramos construção, eletricidade, gás e água quente e captação, tratamento e distribuição de água, um total superior a US\$15,3 bilhões foi investido na economia paulista, destacando aqui 73,4% de participação para eletricidade, gás e água quente.

Levando em consideração as sugestões de Piquet (2007, p.122), pode-se agrupar esses ramos de acordo com os principais fatores condicionantes de investimentos:

- comandados pela dinâmica externa: grupo de ramos nos quais o Brasil conta com uma indústria competitiva onde atuam empresas que responderam positivamente ao cenário externo favorável, representado pelo ramo de refino de petróleo e álcool.
- determinados pela elasticidade da demanda e dos juros: grupo de ramos beneficiados pela expansão do crédito e pelo aumento da renda da população, constituído pelos ramos de alimentos e bebidas e automobilístico.
- de infraestrutura empresarial: grupo de ramos que reúnem empreendimentos cujo andamento depende de decisões governamentais importantes de natureza regulatória e ambiental, com impactos sistêmicos sobre o restante da economia, o que caracteriza o ramo de eletricidade, gás e água quente.

É possível apontar também algumas características básicas que diferenciam essas indústrias. A indústria de bens de consumo tem sua produção diretamente associada ao mercado consumidor interno, operação com margens de capacidade ociosa, intensa competitividade entre as empresas o que estimula a ampliação dos investimentos, bem como a sensibilidade às crises e mudanças macroeconômicas

(variações no crédito, taxa de juros, inflação, renda real etc.) devido às rápidas alterações no padrão do consumo e no poder aquisitivo da população, o que também implica pressões sobre o estoque de mercadorias (Rodrigues e Cardoso, 2004). Por outro lado, nas indústrias de base e infraestrutura, seu funcionamento se define por meio de políticas fiscais e marcos regulatórios de âmbito nacional, operam com capacidade ociosa baixa, expectativa de crescimento econômico a longo prazo devido aos amplos períodos de maturação dos investimentos, porém, geram expressivos impactos econômicos nas múltiplas escalas (local, regional, nacional e até internacional), em virtude dos seus efeitos encadeadores na estrutura industrial (e urbana) de modo geral.

Partindo das contribuições de Rodrigues e Melo (2001) é possível investigar essas indústrias fundamentais à economia nacional e paulista do ponto de vista dos investimentos. As unidades produtivas da indústria de bens de consumo têm, em geral, um tamanho bem inferior em relação às indústrias de base e de infraestrutura, respondendo mais rapidamente às necessidades de investimentos tanto em razão da competitividade (que força a capacidade ociosa decrescer) como em mudanças nas expectativas traçadas no que diz respeito ao mercado interno. Por sua vez, as necessidades relativas às indústrias de base e infraestrutura não sofrem alterações em tempos de crise ou mudanças bruscas no âmbito macroeconômico, pois as decisões de investimentos são tomadas com expectativas de rentabilidade a longo prazo, sendo que, em virtude da complexidade da cadeia produtiva em que se inserem, sua materialização desencadeia impactos mais profundos na estrutura industrial e na dinâmica econômica em diferentes escalas do que os gerados pela indústria de bens de consumo.

Ao se aferir as principais características dos ramos industriais a serem analisados, já são evidentes algumas diferenças fundamentais entre esses ramos em termos de estrutura, articulação e atração de investimentos frente à dinâmica capitalista recente. Nesse sentido, busca-se também aprofundar e qualificar ainda mais nossa investigação, desagregando os dados relativos aos investimentos anunciados por esses quatro ramos industriais no território paulista, para desvendar a localização exata desses anúncios, o peso e a participação dos municípios em sua respectiva região, os principais agentes econômicos e suas intencionalidades que desencadeiam as transformações e os processos em curso, mais precisamente apresentando o nome das empresas que anunciaram intenções de produzir durante a série histórica sob análise.

A seguir, portanto, considerando que as redefinições espaciais se dão tanto na escala da região quanto da rede urbana, veremos como se dá a dinâmica dos investimentos na indústria de transformação em cada uma das quinze regiões políticoadministrativas paulistas e em seus respectivos municípios, investigando-as em ordem de participação estadual nos volumes totais anunciados na série histórica, e qualificando as informações analisadas a partir dos indicadores territoriais, dos ramos industriais e das principais empresas investidoras.

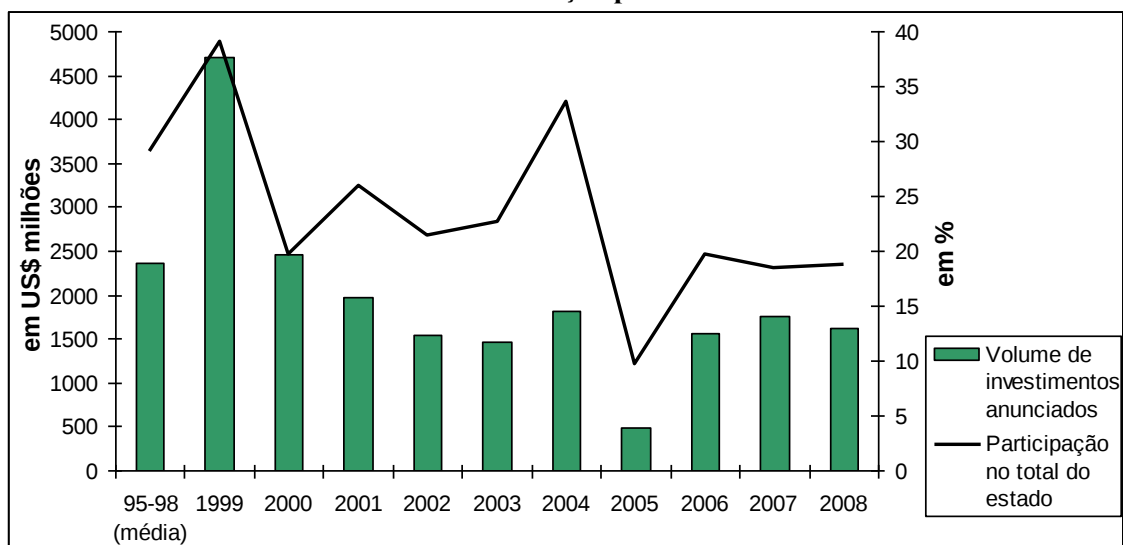
3.1 Região Metropolitana de São Paulo

Como principal parque industrial brasileiro, a RMSP foi a que mais atraiu volumes de investimentos industriais na série histórica sob análise, totalizando mais de US\$28,5 bilhões, o que representa 25,1% do total anunciado no estado.

Cabe lembrar que a concentração desses investimentos pode ser entendida, considerando a contribuição de Araujo (2001), sob a perspectiva dos impactos da acelerada reestruturação produtiva em curso no país, que afetaram a região metropolitana de modo mais intenso, transformando a estrutura produtiva metropolitana na medida em que, além de ser historicamente o principal centro industrial brasileiro, passa por processos de terceirização da sua economia, agregando-lhe também o papel de principal centro financeiro e de grande prestador de serviços produtivos, principalmente ligados às tecnologias de informação e à gestão de negócios empresariais e financeiros.

O **gráfico 3** a seguir apresenta os volumes anunciados e a participação estadual da RMSP nas intenções de investir.

Gráfico 3. RM de São Paulo: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Devido às intensas variações anuais, é possível observar mudanças estruturais nos padrões de localização desses investimentos ao longo do tempo. A **tabela 4** apresenta a participação da RMSP nos investimentos em relação às demais regiões, a partir dos principais indicadores territoriais.

Tabela 4. Participação da RMSP nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	23,35	29,44	11,09	31,29	23,54	8,42	30,78	6,11	13,26	9,72	4,43
Capital Estrangeiro	33,06	46,75	27,75	24,48	17,11	62,65	40,06	13,77	53,22	33,83	39,41
Capital Associado	29,98	19,50	0,43	3,60	9,15	2,15	30,18	41,19	14,30	3,17	11,95
Tipo Implantação	13,33	27,57	12,21	9,72	7,70	16,17	18,38	2,21	16,15	5,54	1,92
Tipo Ampliação/Modernização	48,36	62,18	23,26	45,46	29,77	26,30	39,89	12,66	19,77	24,05	23,48
Tipo P&D	-	13,58	6,20	-	13,56	72,01	18,90	60,58	26,51	43,18	37,63

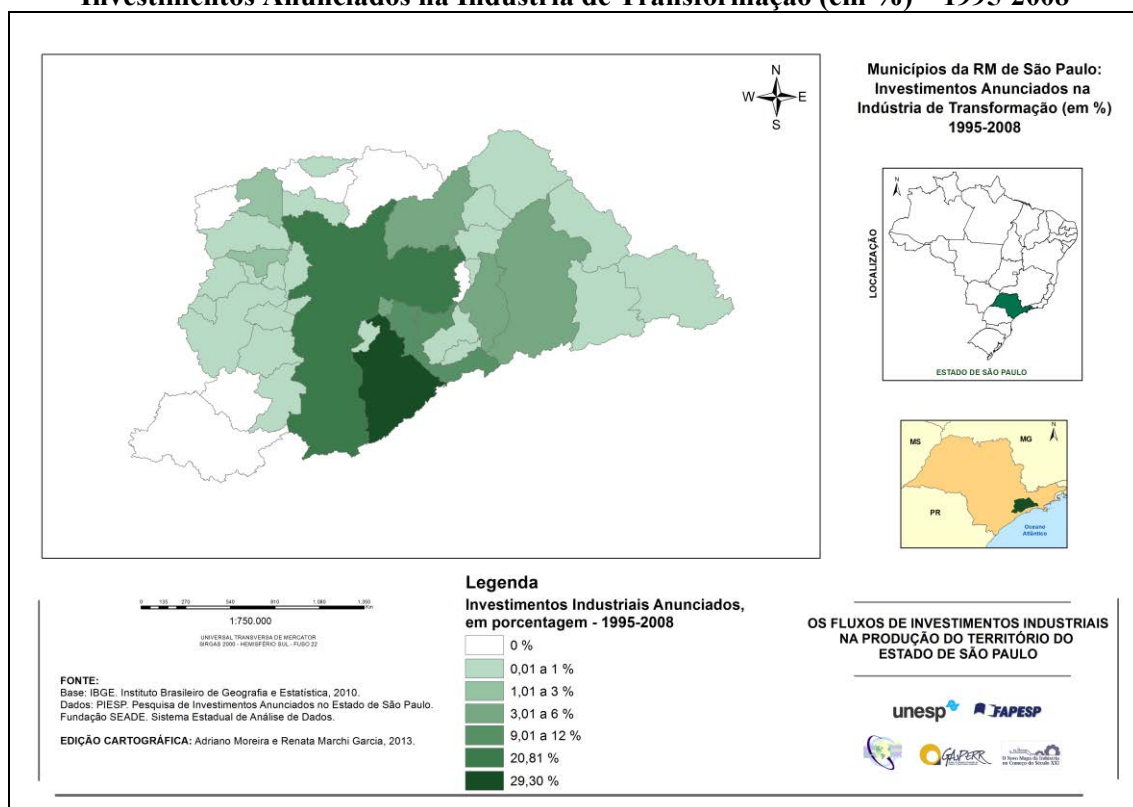
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Considerando a origem do capital, os maiores volumes foram anunciados por capitais estrangeiros, que registraram na região metropolitana aproximadamente US\$17,8 bilhões (61,6% dos anúncios regionais segundo a origem), seguidos pelos capitais nacionais com cerca de US\$10,4 bilhões (36%) e, por fim, os capitais associados somaram US\$703 milhões (2,4%). Em relação ao tipo de investimentos, os anúncios para ampliação/modernização das plantas já existentes foram superiores que os

demais, totalizando US\$21,9 bilhões (76,1% dos investimentos por tipo), para implantação de novas plantas chegaram a US\$6,3 bilhões (21,8%) e em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos US\$466 milhões (1,6%).

Do ponto de vista dos ramos industriais, importante enfatizar que, de todas as quinze regiões do estado, somente a RMSP atraiu anúncios de todos os ramos pelo menos uma vez na série histórica, com destaque para as indústrias automotiva (36,4% do total da região metropolitana) e de produtos químicos (18,9%), além de expressivos anúncios dos ramos de eletricidade, gás e água quente (4,9%), material eletrônico e equipamentos de comunicação (4,8%) e papel e celulose (4,6%).

**Mapa 7. Municípios da RM de São Paulo:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Conforme a leitura do **mapa 7**, no período os investimentos na indústria de transformação se localizaram em 33 dos 39 municípios que conformam a região metropolitana de São Paulo, concentrados sobretudo nos municípios de São Bernardo do Campo (29,3%) e São Paulo (20,8%), bem como participaram significativamente desses anúncios Santo André (12%) e Mauá (9,2%). De certo modo, a seletividade espacial das decisões locacionais de investimentos acompanhou a hierarquia das cidades

da RMSP, posto que seu município-sede, São Paulo, recebeu significativos investimentos industriais, tendo a segunda maior captação de recursos da região metropolitana no período, atrás apenas de São Bernardo do Campo.

O município de São Bernardo do Campo registrou US\$8,4 bilhões em investimentos concentrados sobretudo na indústria automotiva (91,2%); São Paulo atraiu US\$6 bilhões distribuídos nos ramos de material eletrônico e equipamentos de comunicação (16,8%), produtos químicos (15,9%), automotivo (11,8%), eletricidade, gás e água quente (11,5%) e edição, impressão e gravações (8,5%); Santo André teve um total de US\$3,5 bilhões investidos sobretudo em produtos químicos (61%), borracha e plástico (13,9%) e eletricidade, gás e água quente (6,8%); já Mauá somou aproximadamente US\$2,7 bilhões destinados sobretudo à fabricação de produtos químicos (37%) e refino de petróleo e álcool (33%).

Todas as empresas dos quatro principais ramos industriais, conforme as categorias de uso, que fizeram anúncios de investimentos nos municípios em destaque da região metropolitana, ao longo do período em análise, encontram-se na **tabela 5**.

Tabela 5. RMSP: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RM SÃO PAULO				28851,3
Município Mauá				2661,67
Cabot Brasil	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Ampliação/Modern (1)	30
Marks Peças Industriais	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,05
Petrobrás / Recap	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Ampliação/Modern (6)	847,57
Petroquímica União / Rolls Royce	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil/Inglaterra	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	150,56
Silmafer	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	2,5
TRW Automotive	Automotivo	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	7,23
Tupy Fundições	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (2)	40
Município Santo André				3453,43
Borlem Alumínio	Automotivo	EUA	Implantação (1)	30,41
Cia. da Soja	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,02
De Nadai	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	0,33
Fiat / Gerdau	Automotivo	Itália/Brasil	Implantação (1)	5

GNV Total	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,01
Juliana - Pão de Forma	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,08
Moinho Santo André	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	3,53
Moinho São Jorge	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	7,3
Petroquímica União	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Ampliação/Modern (1)	80
Rhodia	Eletricidade, Gás e Água Quente	França	Implantação (1)	45
Rolls Royce Power Venture	Eletricidade, Gás e Água Quente	Inglaterra	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	190
TRW Automotive	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	0,85
Velmac	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,08
Município São Bernardo do Campo				8452,11
Arcinco	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,79
Arteb	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	65
Bacardi-Martini	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	0,86
CGE	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,59
Chapeco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	2,25
Daimler Chrysler do Brasil	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (2)	319,09
Dana Stevaux	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	9,3
Eletra	Automotivo	Brasil	Implantação (1) e P&D (1)	1,84
El Paso	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	Implantação (1)	50
Ford	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (9)	1344,43
GE / El Paso / Unitec	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	Implantação (1)	250
Karmann-Ghia	Automotivo	Alemanha	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	45,1
Land Rover / BMW	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	25
Maquejuntas	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,2
Mangels	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	12
Massa Leve	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,17
Massas Maccheroni	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,06
Mercedes-Bens	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (4)	2350,66
Mondragon Corporación	Automotivo	Espanha	Implantação (1)	13,33
Nestlé	Alimentos e Bebidas	Suíça	Ampliação/Modern (1)	5
Padaria Brasileira	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,06
Roller System	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,11
Sachs Automotive Fashion	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	10
Scania	Automotivo	Suécia	Ampliação/Modern (6)	385,43

Selco	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,65
Toyota	Automotivo	Japão	Ampliação/Modern (1)	42
Vepê	Automotivo	Brasil/Suíça	P&D (1)	0,28
Volkswagen	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (6) e P&D (1)	3080,14
Yakult	Alimentos e Bebidas	Japão	Ampliação/Modern (1)	2,39
Yoki	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	2,47
Município São Paulo				6004,67
ABC /Freios Varga	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	3
Acument Global Technologies	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	10
Açúcar da Barra / Grupo Cosan	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	4,13
AES Eletropaulo	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	Ampliação/Modern (4)	30,76
Água Mineral Crystal	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	2
Antarctica / Água Pérola	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3
Bandeirante	Eletricidade, Gás e Água Quente	Portugal	Ampliação/Modern (1)	1,07
Beep Turbo	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,07
Biscoitos Festiva	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	4,62
Brahma-Ambev	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	1,56
Cacau Show	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,2
Catupiry	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,85
Chupa Chups	Alimentos e Bebidas	Espanha	Implantação (1)	25
Cia. Muller de Bebidas	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,03
Cinalp	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,56
Comgás	Eletricidade, Gás e Água Quente	Inglaterra/ Holanda	Ampliação/Modern (1)	22
Conaprole	Alimentos e Bebidas	Uruguai	Implantação (1)	1
Copan	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,68
Day by Day	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,07
Duke Energy	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	P&D (1)	5
EPTE	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	87,5
Fleischmann Royal Nabisco	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	16,59
Food Factory	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,21
Ford	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	120
Frigorífico Aurora	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,82
Frigorífico Independência	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	7
Frigorífico Wessel	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,09

Goodyear	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	4
Gogás	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,06
Grupo Ruas	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	6,59
GR	Alimentos e Bebidas	França	Ampliação/Modern (1)	2,1
Hakuna Matata	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,02
Illy Café/ Universidade	Alimentos e Bebidas	Itália	Implantação (1)	0,15
Interbakers	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	10
Italspeed	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	1,02
Kaiser	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,25
Keiper	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (1)	0,67
Kenko	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,11
Leite Paulista	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	6,81
Magnetron	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	1
Marcape	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	6
MBB Security Cars	Automotivo	Brasil/Itália	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	1,5
MontevérGINE	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	2,41
MWM Motores Diesel	Automotivo	Alemanha	Impl. (1) e Ampl/Moder (5)	236,86
Nestlé	Alimentos e Bebidas	Suíça	Ampliação/Modern (1)	0,13
Neuhaus Chocolates	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,08
Padaria D'Arte	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,28
Parmalat	Alimentos e Bebidas	Itália	Ampliação/Modern (1)	6
Pasta & Pronto	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,69
Pernod Seagram Brasil	Alimentos e Bebidas	França	Implantação (1)	0,4
Petrobrás / EMAE / UTE Piratininga	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	386,86
Plus Vita	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	18,33
Robert Bosch	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (1)	4,98
Roche Vitaminas	Alimentos e Bebidas	Suíça	Ampliação/Modern (1)	6
Roman	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,01
Sabó	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	40
Sadia	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1) e P&D (1)	1,12
Sakura	Alimentos e Bebidas	Brasil	P&D (1)	0,91
Santista Alimentos	Alimentos e Bebidas	Argentina	Ampliação/Modern (3)	44,97
São Paulo Petróleo	Refino de Petróleo e Álcool	Itália	Implantação (1)	29,45
Scania	Automotivo	Suécia	Ampliação/Modern (1)	255
Ssang Young	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	4,21
Tech Ion	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	18
Tostines	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	12,7
Transmissão Paulista - CTEEP	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (4)	140,65

Uno & Due	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,94
UTE Bandeirantes / Unibanco	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	16,48
Valeo	Automotivo	França	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	6
Vida Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	0,65
Vigor	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	16,64
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				20571,88
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				11100,56

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

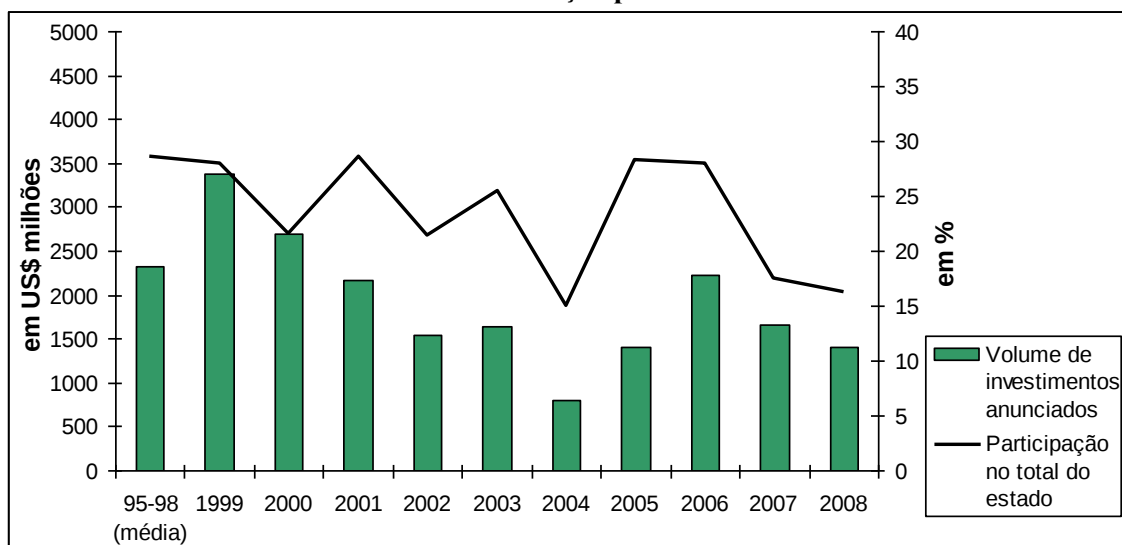
Nos quatro municípios que mais captaram investimentos industriais, 120 empresas dos principais ramos registraram intenções de produção, num total superior a US\$11,1 bilhões, o que dá cerca de 54% do total investido nessas localidades (ou 38,5% dos investimentos na RMSP). Um total de 54 empresas do ramo de alimentos e bebidas investiram a soma de US\$241 milhões (2,2% do total), 49 empresas automotivas anunciaram juntas um montante de aproximadamente US\$8,5 bilhões (76,5%), 4 de refino de petróleo e álcool registraram US\$987 milhões (8,9%) e 13 empresas de eletricidade, gás e água quente totalizaram quase US\$1,38 bilhões (12,4%).

Levando em conta o número de investimentos anunciados, a empresa automobilística norteamericana Ford registrou mais de US\$1,3 bilhões, divididos em nove anúncios para ampliação/modernização da capacidade produtiva de sua planta em São Bernardo do Campo. Por sua vez, considerando o volume de investimentos, destaque para a alemã do ramo automotivo Volkswagen, localizada também em São Bernardo do Campo, que anunciou um investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produto/processos e outros seis investimentos em ampliação/modernização de sua capacidade produtiva, num montante superior a US\$3 bilhões.

3.2 Região Metropolitana de Campinas

A segunda maior participação na atração de investimentos industriais foi da Região Metropolitana de Campinas, que registrou cerca de US\$28,3 bilhões, caracterizando 24,6% dos anúncios estaduais no período em questão.

Gráfico 4. RM de Campinas: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A partir do **gráfico 4** nota-se a variação nos volumes de investimentos e na participação da região no conjunto do estado, o que indica alterações nos padrões de localização dos anúncios com o passar dos anos, que também podem ser observadas pelos indicadores territoriais na **tabela 6** abaixo.

Tabela 6. Participação da RMC nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	32,70	23,97	27,01	32,52	20,49	25,79	10,22	15,59	28,46	15,37	16,16
Capital Estrangeiro	24,99	21,50	18,58	27,86	23,31	25,61	25,01	58,34	25,26	22,32	15,71
Capital Associado	39,39	77,55	10,62	10,37	-	6,77	52,70	-	46,05	-	41,26
Tipo Implantação	40,11	42,13	31,62	33,98	41,81	12,46	20,62	33,49	16,93	15,93	44,17
Tipo Ampliação/Modernização	14,38	12,92	17,55	22,10	10,92	33,14	12,69	25,47	27,46	17,84	7,85
Tipo P&D	-	0,08	0,09	-	1,41	4,08	22,06	31,99	68,64	31,03	25,89

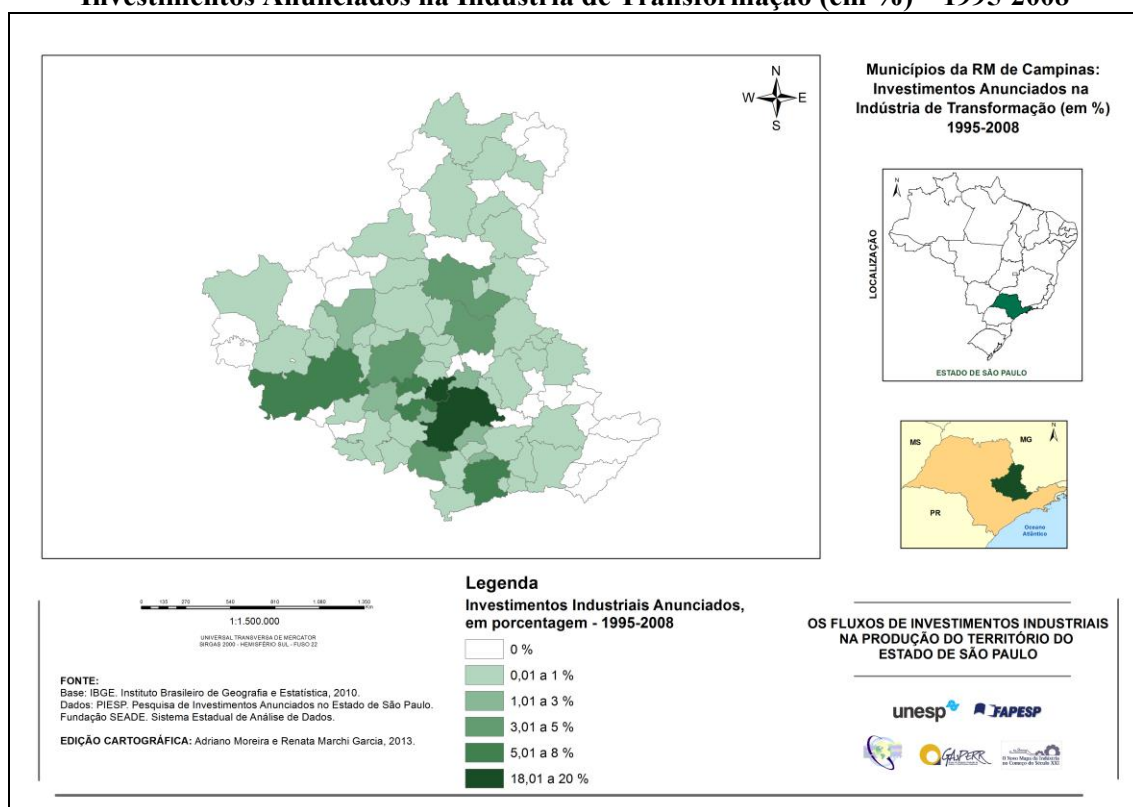
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Segundo a origem do capital, na região os investimentos nacionais foram preponderantes no período, com uma quantia acima de US\$14,4 bilhões (51% do total regional), sendo que os capitais estrangeiros anunciaram mais de US\$12,2 bilhões (43,2%) e os associados US\$1,6 bilhões (5,8%). Já em relação aos tipos de investimento, os maiores anúncios foram destinados à implantação, num montante de quase US\$16,3 bilhões (57,6% dos anúncios por tipo), seguidos de

ampliação/modernização com US\$11,5 bilhões (40,7%) e, por fim, P&D registrou US\$339,5 milhões (1,2%).

Na perspectiva dos ramos industriais, no período apenas fumo não realizou investimentos na região, por sua vez, a indústria de refino de petróleo e álcool (com 20,8% de participação regional) foi a que mais anunciou investimentos, seguida de eletricidade, gás e água quente (13,4%), automotiva (12,8%), produtos químicos (10,7%), máquinas e equipamentos (5,9%) e alimentos e bebidas (5,3%).

**Mapa 8. Municípios da RM de Campinas:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



No período em tela, os investimentos na indústria de transformação se localizaram em 60 municípios dos 90 inseridos na região metropolitana de Campinas, concentrados, principalmente, nos municípios de Paulínia e Campinas (19,8% e 18,1% respectivamente), além de outras participações importantes, como Americana (7,3%), Piracicaba (6,9%), Jundiaí (6,7%) e Sumaré (6,1%). A seletividade espacial nos anúncios de investimentos em produção, de certo modo, acompanhou a hierarquia das cidades na medida em que, juntamente com Paulínia, Campinas como município-sede da região recebeu expressivos volumes de capitais industriais.

O município de Paulínia recebeu aproximadamente US\$5,6 bilhões direcionados sobretudo aos ramos de refino de petróleo e álcool (57,1%), produtos químicos (23,3%) e eletricidade, gás e água quente (13,5%); Campinas atraiu US\$5,1 bilhões distribuídos principalmente nas indústrias de refino de petróleo e álcool (49,8%), automotiva (12%), material eletrônico e equipamentos de comunicação (11,9%) e construção (9%); Americana teve anúncios no total de quase US\$2,1 bilhões destinados sobretudo para eletricidade, gás e água quente (54,5%) e têxtil (27,7%); Piracicaba somou cerca de US\$2 bilhões anunciados sobretudo pelas indústrias de máquinas e equipamentos (31,5%), produtos farmacêuticos (25,5%), metalurgia básica (15,8%) e papel e celulose (9,4%); Jundiaí teve aproximadamente US\$1,9 bilhões sobretudo nos ramos de eletricidade, gás e água quente (24,5%), alimentos e bebidas (21%), máquinas e equipamentos (10%) e produtos químicos (7,3%) e; finalmente, Sumaré atraiu quase US\$1,7 bilhões principalmente para os ramos automotivo (43,8%), borracha e plástico (23,4%) e metalurgia básica (17,7%).

A **tabela 7** a seguir elenca todas as empresas dos quatro ramos selecionados que investiram nos principais municípios da região, a fim de apresentar e analisar os agentes econômicos e o peso de cada um na dinâmica econômica regional.

Tabela 7. RMC: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RM CAMPINAS				28268,41
Município Americana				2075,22
CPFL / Intergen / Shell - Term. Carioba	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil/EUA/ Dinamarca	Impl. (2) e Ampl/Moder (1)	680
CPFL / Gerasul	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (2)	200,48
Dedini / Açúcar Líquido	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	4
Degussa Huls	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (3)	90
Dulcini	Alimentos e Bebidas	Irlanda	Ampliação/Modern (1)	1,5
Goodyear	Automotivo	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	18
Hisan do Brasil	Automotivo	EUA/Japão	Implantação (1)	0,5
Platô Diesel	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,57
Sucos Del Valle	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (2), Ampl/Moder (3), P&D (1)	47,15
Usina Termelétrica - Geração Anhanguera	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	250

Município Campinas				5120,84
Age Intelligent Technology	Automotivo	Brasil	P&D (1)	0,36
Arcor /Triumfo / Aymoré	Alimentos e Bebidas	Argentina	Ampliação/Modern (1)	1,11
Bebidas Vannucci	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	0,77
Benteler	Automotivo	Alemanha	Implantação (2)	70
Borg Warner	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (4)	8,01
Cafê Canecão	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	1,54
Cassini Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	5,85
CEASA	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,28
CPFL	Eleticidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1), P&D (1)	87,86
Danone	Alimentos e Bebidas	França	Ampliação/Modern (1)	25
Durakon	Automotivo	EUA	Implantação (1)	2,5
Eaton	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	0,42
Energy Works	Eleticidade, Gás e Água Quente	Espanha	Implantação (1)	17
Gelateria Parmalat	Alimentos e Bebidas	Itália	Implantação (1)	0,07
Juliana Panificação	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,06
La Basque	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1), P&D (1)	2,13
Mogiana Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	3,05
Nutron	Alimentos e Bebidas	Holanda	Implantação (1)	8
Pancchelo	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,03
Pastificio Vale D'Ouro	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	4
Perdigão	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	15,23
Petrobrás	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	P&D (1)	2,58
Petrobrás / CPP / Elekeiroz	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (1)	2500
PST Indústria Eletrônica	Automotivo	Brasil/EUA	Implantação (1)	0,41
Robert Bosh	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (7)	351,08
Rodo Linea	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	5,65
Romana	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,35
Shell do Brasil	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Implantação (1)	50
Valeo	Automotivo	França	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	176,75
Triway	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,1
Município Jundiaí				1894,83
AmBev	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	5
Andros	Alimentos e Bebidas	França	Implantação (1)	0,69
Balzars	Automotivo	Canadá	Implantação (1)	3

Belesso	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	4,01
Ceval	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	7,2
CPFL	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	41,46
EBF Vaz	Automotivo	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	9
Eckerle Gruppe	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	1
Emulzint	Alimentos e Bebidas	Holanda	Ampliação/Modern (1)	33
Fleishman / Royal	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	4,1
Frigor Hans	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	6
Dubar	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,09
Gelateria Parmalat	Alimentos e Bebidas	Itália	Implantação (1)	0,07
Kongsberg	Automotivo	Noruega	Implantação (1)	2,53
Mahle Metal Leve	Automotivo	Alemanha	P&D (2)	24,86
MAT	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	4,13
MGI Coutier	Automotivo	França	Implantação (1)	2
Nabisco	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	5
National Chemical	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Implantação (1)	10
Pananco / Cogera	Elettricidade, Gás e Água Quente	Panamá	Implantação (1)	23
Pananco / Spal	Alimentos e Bebidas	Panamá	Ampliação/Modern (3)	31,52
Parmalat	Alimentos e Bebidas	Itália	Impl. (2) e Ampl/Moder (4)	69,38
Pepsi – Brahma	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	9,92
Pepsi-Cola – Baesa	Alimentos e Bebidas	Argentina	Implantação (1)	100
Renault/Nissan	Automotivo	França	Ampliação/Modern (1)	0,75
Sadia	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (3) e Ampl/Moder (3)	50,4
Sandvik Hurth	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,09
Sara Lee	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	44,3
Sole Mio	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,01
Takata Petri	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (3)	7,81
Termelétrica Bom Jardim	Elettricidade, Gás e Água Quente	EUA	Implantação (1)	400
Van Melle	Alimentos e Bebidas	Holanda	Ampliação/Modern (1)	8
Vinagre Castelo - Castelo Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (8)	16,21
Viti - Vinícola Cereser	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	3,09
Yutaka	Automotivo	Japão	Implantação (2)	12,06

Município Paulínia				5589,15
Brahma	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	57,55
Degussa	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	60
Shell do Brasil	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Implantação (1)	90
CPFL	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,02

CPP - Companhia Petroquímica Paulista	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Ampliação/Modern (1)	180
DSG Mineração	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	300
Rhodia	Elettricidade, Gás e Água Quente	França	Implantação (1)	90
Replan - Refinaria de Paulínia	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Ampliação/Modern (2)	71,8
Petrobrás / Replan	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (5)	2800,98
Petrobrás / White Martins	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (2)	50
Purina	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	1,32
Rhodia	Elettricidade, Gás e Água Quente	França	Implantação (1)	90
Termelétrica do Planalto Paulista	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil/EUA	Implantação (1)	365

Município Piracicaba				1963,92
Biomim Nutrição Animal	Alimentos e Bebidas	Áustria	Implantação (1)	9,14
Bom Gosto	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	7,05
Cervejaria Cevada Pura	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,11
Chrysler	Automotivo	EUA	Implantação (1)	10
Coplac / Coplacana	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,13
Coplacana	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (2)	5,78
CPFL	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	0,32
Dedini / FAPESP	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1) e P&D (1)	106,99
Delphi Delco Eletronics	Automotivo	EUA	Implantação (2)	45
Elring Klinger	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (3)	23,32
Grupo Cosan	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	73,63
Lef - Fábrica de Ração	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,51
Marchiori	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (1)	14,37
Nabisco	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	0,08
Organus	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,67
Piervale	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,25
Pilot Industries	Automotivo	EUA/Holanda	Implantação (1)	1,5

Município Sumaré				1722,33
Honda	Automotivo	Japão	Impl. (1) e Ampl/Moder (7)	658,1
Injecta	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	2
Koping	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	70
Pastificio Selmi	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (1)	26,98

Pirelli	Automotivo	Itália	Ampliação/Modern (1)	4,73
SP Bio	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (1)	16,76
Transmissão Paulista	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	9,73
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				18366,29
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				10816,89

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

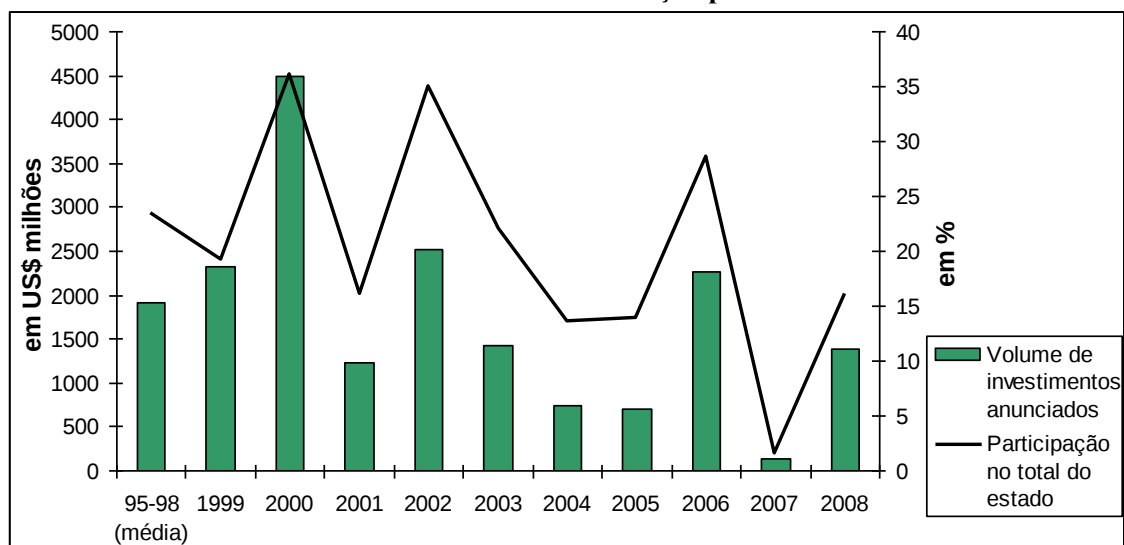
Tomando como base os ramos industriais que mais registraram investimentos anunciados, nota-se que 112 empresas anunciaram investimentos produtivos nos principais municípios da região ao longo da série histórica, em um montante superior a US\$10,8 bilhões, o que representa 58,9% dos investimentos industriais captados por esses seis municípios (ou 38,2% do total investido na RMC). Na indústria alimentícia e de bebidas, 50 empresas juntas totalizaram aproximadamente US\$729 milhões (6,7% do total), já no ramo automotivo, 34 empresas investiram uma soma de quase US\$1,67 bilhões (15,4%). Por sua vez, apenas 12 empresas de refino de petróleo e álcool anunciaram o significativo montante de quase US\$5,8 bilhões (53,5%) e, por fim, 16 empresas de eletricidade, gás e água quente investiram mais de US\$2,6 bilhões (24,3%) nesses seis municípios que mais atraíram intenções de produção na região.

Destaque para a empresa brasileira de refino de petróleo e álcool Petrobrás/Refinaria de Paulínia que anunciou o maior volume de investimentos produtivos na região, num total superior a US\$2,8 bilhões distribuídos em dois anúncios de implantação e cinco de ampliação/modernização no município de Paulínia. Em termos de número de anúncios, a empresa que mais investiu foi a japonesa Honda da indústria automotiva, localizada em Sumaré, com um anúncio em implantação e outros sete em ampliação/modernização, totalizando mais de US\$658 milhões.

3.3 Região Administrativa de São José dos Campos

A terceira região em atração dos maiores volumes de investimentos industriais é a Região Administrativa de São José dos Campos, que captou no período aproximadamente US\$24,9 bilhões, ou seja, teve 21,6% de participação estadual nas intenções de investimentos por parte dos capitais industriais.

Gráfico 5. RA de São José dos Campos: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A dinâmica dos investimentos e a participação da RA de São José dos Campos na série histórica está ilustrada no **gráfico 5**, apontando constantes variações ao longo dos anos. Por sua vez, na **tabela 8** podemos observar essa variação partindo dos indicadores territoriais.

Tabela 8. Participação da RA de São José dos Campos nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	17,59	27,52	39,13	12,94	35,48	28,25	11,48	17,00	32,35	1,76	9,15
Capital Estrangeiro	28,58	18,59	37,07	22,87	33,46	6,39	18,33	8,41	8,56	1,23	26,58
Capital Associado	6,57	0,79	-	8,25	90,85	1,52	17,12	5,10	39,65	-	-
Tipo Implantação	23,14	13,61	14,68	13,51	1,76	4,63	8,67	0,74	10,95	1,15	10,36
Tipo Ampliação/Modernização	23,81	12,68	44,20	19,37	51,61	32,36	13,90	21,05	31,22	0,83	17,55
Tipo P&D	-	86,27	93,60	-	84,65	14,67	57,45	0,10	4,46	24,59	36,47

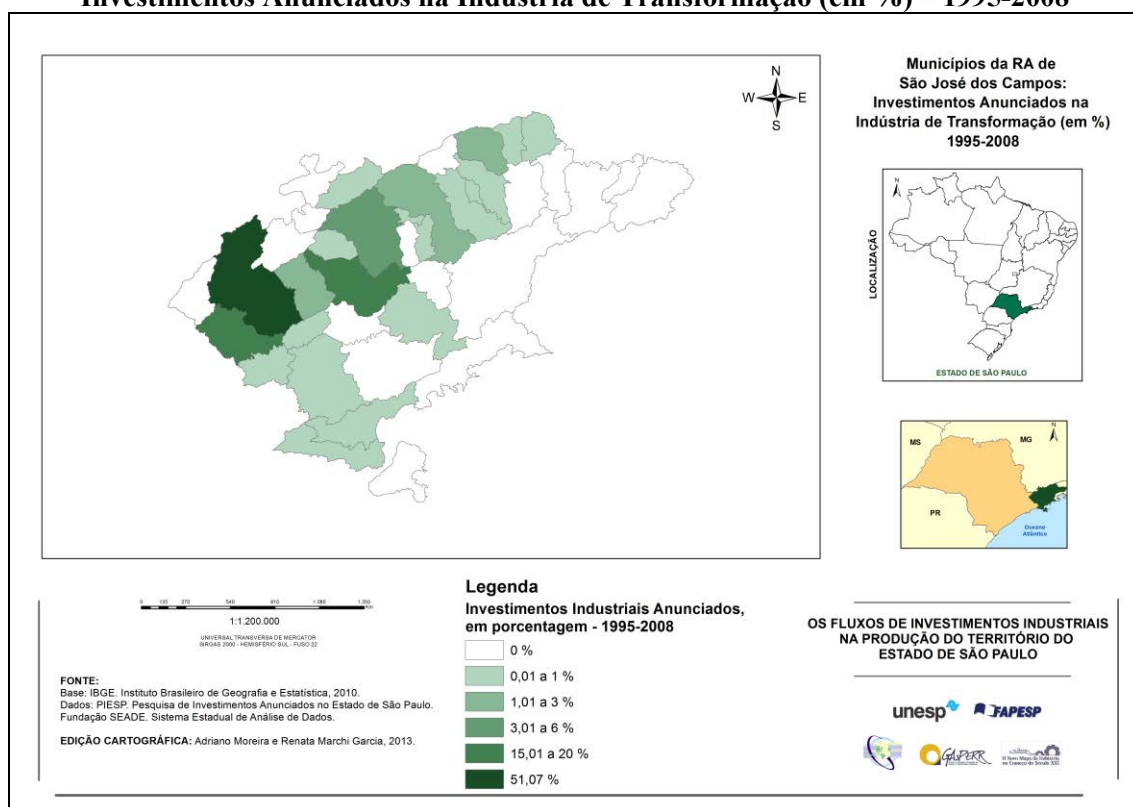
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Do ponto de vista da origem do capital, houve um relativo equilíbrio nas participações tanto dos capitais nacionais quanto dos estrangeiros na dinâmica territorial da região, porém os maiores volumes foram de investimentos nacionais, num total de US\$12,4 bilhões (49,9% dos anúncios regionais), sendo que os estrangeiros registraram US\$12,2 bilhões (49,3%) e os associados US\$190 milhões (apenas 0,8%). Levando em consideração o tipo de investimento, os anúncios em ampliação/modernização foram

superiores aos demais, somando pouco mais de US\$16,4 bilhões (66% da RA), posto que para implantação teve um montante próximo a US\$6,8 bilhões (27,2%) e, finalmente, em pesquisa e desenvolvimento foram anunciados US\$1,7 bilhões (6,8%).

Em relação aos ramos industriais, na região somente as indústrias de couro e calçados e de fumo não anunciaram investimentos no período, sendo que, por outro lado, os volumes de investimentos na indústria automotiva foram os mais expressivos (com 24,4% do total regional), seguida dos ramos de refino de petróleo e álcool (14,9%), papel e celulose (9,6%), outros equipamentos de transporte (9,2%), aeronáutica (8,5%), material eletrônico e equipamentos de comunicação (7,4%), metalurgia básica (6,8%) e produtos químicos (6%).

**Mapa 9. Municípios da RA de São José dos Campos:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Os investimentos na indústria de transformação da região se localizaram em 22 dos 39 que compõem a RA, com destaque para a polarização regional do município de São José dos Campos (acima de 51% do total investido na região), bem como tiveram participações relevantes os municípios de Taubaté (19,4%) e Jacareí (15,9%). Pode-se observar aqui que a seletividade espacial nas intenções de investir na região seguiu a

hierarquia das cidades, em que o município-sede São José dos Campos preponderou perante os demais na atração desses capitais industriais.

O município de São José dos Campos atraiu cerca de US\$12,7 bilhões destinados sobretudo aos ramos de refino de petróleo e álcool (28,9%), automotivo (22,2%), outros equipamentos de transporte (17,9%) e aeronáutica (16,2%); Taubaté captou acima de US\$4,8 bilhões anunciados principalmente para a indústria automotiva (60,3%) e de material eletrônico e equipamentos de comunicação (21,5%) e; por sua vez, Jacareí registrou quase US\$4 bilhões em anúncios para sobretudo as indústrias de papel e celulose (56,1%) e eletricidade, gás e água quente (16,2%).

A **tabela 9** abaixo traz as informações de todas as empresas que investiram nesses municípios em destaque, levando em consideração aqueles quatro ramos industriais que registram expressivos montantes conforme sua categoria de uso.

Tabela 9. RA São José dos Campos: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS				24869,5
Município Jacareí				3967,04
Ambev	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	11
Arteb	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	5
Avibrás Aeroespacial	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	5
Brahma	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	87,28
Effen	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	50
Eletroger / Hidrel. Santa Branca	Eletricidade, Gás e Água Quente	Canadá/EUA	Implantação (1)	600
Energy Works	Eletricidade, Gás e Água Quente	Espanha	Ampliação/Modern (1)	23
Kaiser / Molson	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (4)	116,04
Light	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	19,83
Panis Angelicus	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	0,03
Parker Hannifin	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	11,1
Schrader	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (1)	6
Twin	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3,21
Município São José dos Campos				12699,76
Agrostar	Alimentos e Bebidas	Líbano	Implantação (1)	0,26
Astaris	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	1

BBA Friction	Automotivo	Inglaterra	Implantação (1)	50
Embraer	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	5,44
Eaton	Automotivo	EUA	Ampliação/Modern (3)	39
General Motors	Automotivo	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (3)	2698,4
Grupo Mollificio Sant'Ambrogio	Automotivo	Itália	Ampliação/Modern (1)	17
Johnson Controls	Automotivo	EUA	Implantação (1)	15
Parker Hannifin	Automotivo	EUA	Implantação (2)	5,5
Petrobrás / Revap	Refino de Petróleo e Alcool	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (5)	3665,96
Power Gás	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,04
Santista Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	5,74
Solutia	Refino de Petróleo e Alcool	Brasil	Ampliação/Modern (1)	6
Vale	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	P&D (1)	56,95
WJR Blindagens	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,09
Município Taubaté				4824,69
Autoliv	Automotivo	Suécia	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	15
Bioverde / Rede Petrosul	Refino de Petróleo e Alcool	Brasil	Implantação (1)	21,25
Cervejaria Baden Baden	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,11
Cervejaria Malteria	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	35
Comgás	Eletricidade, Gás e Água Quente	Inglaterra	Ampliação/Modern (1)	0,07
Ford	Automotivo	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	1243,45
Iramac Autopeças	Automotivo	Espanha	Implantação (1)	5
Maltaria do Vale	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	30
Mecaplast	Automotivo	Itália	Implantação (1)	50
Rio Negro	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	26
S.M. Sistemas Modulares	Automotivo	EUA/ Reino Unido	Ampliação/Modern (1)	19
Volkswagen	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (3)	1551,35
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				21491,49
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				10500,1

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Nesses três municípios que mais captaram investimentos produtivos na região, têm-se o registro de 40 empresas que anunciaram intenções de investir nos ramos selecionados, chegando a um montante de US\$10,5 bilhões, o que caracteriza 48,9%

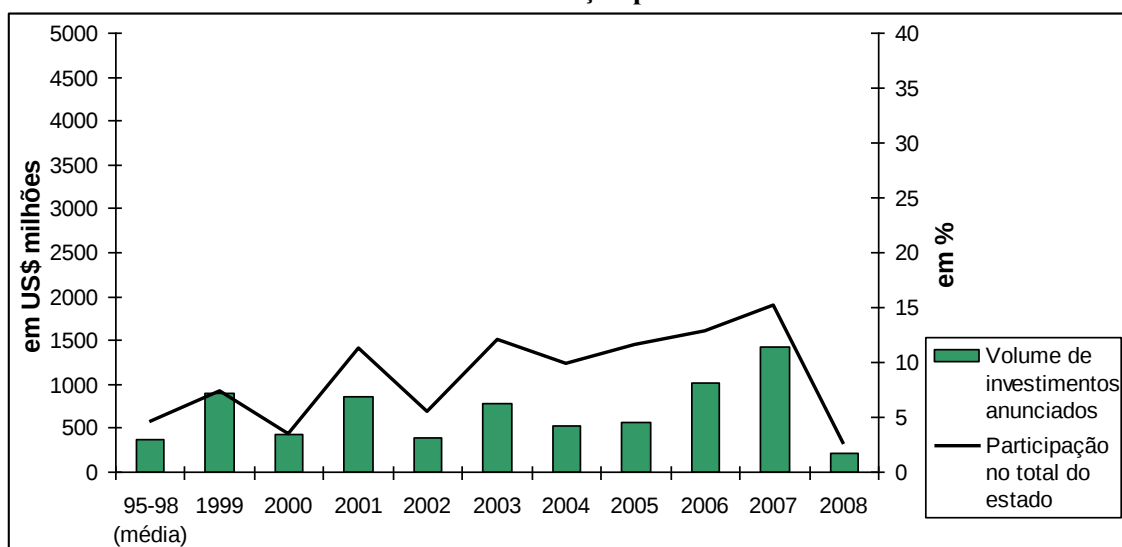
dos investimentos realizados nos municípios em destaque (ou 42,2% dos anúncios registrados em toda RA). Um total de 12 empresas do ramo de alimentos e bebidas anunciou cerca de US\$340 milhões (3,2%), 19 empresas da indústria automotiva registraram o expressivo valor de aproximadamente US\$5,8 bilhões (54,9%), 3 do ramo de refino de petróleo e álcool investiram quase US\$3,7 bilhões (35,2%) e, por fim, 6 empresas de eletricidade, gás e água quente somaram mais de US\$705 milhões (6,7%).

A empresa que teve a maior participação na dinâmica econômica da região foi a Petrobrás/Refinaria Henrique Lago, nacional do ramo de refino de petróleo e álcool, que se destacou tanto em termos de volume de investimentos como em relação ao número de anúncios registrados, totalizando acima de US\$3,66 bilhões em um anúncio de implantação e outros cinco para ampliação/modernização de sua capacidade produtiva no município de São José dos Campos.

3.4 Região Metropolitana da Baixada Santista

A Região Metropolitana da Baixada Santista se configurou como a quarta região que mais captou investimentos na indústria, totalizando mais de US\$8,6 bilhões, o que dá cerca de 7,5% dos anúncios no Estado de São Paulo.

Gráfico 6. RM da Baixada Santista: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

O **gráfico 6** nos dá um panorama do desenvolvimento dos investimentos anunciados na indústria da região durante a série histórica, considerando mudanças mais profundas observadas a partir das variações nos volumes anunciados e na participação estadual na atração desses anúncios. A **tabela 10** traz a participação da RMBS em relação ao conjunto do estado, partindo dos indicadores territoriais.

Tabela 10. Participação da RMBS nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

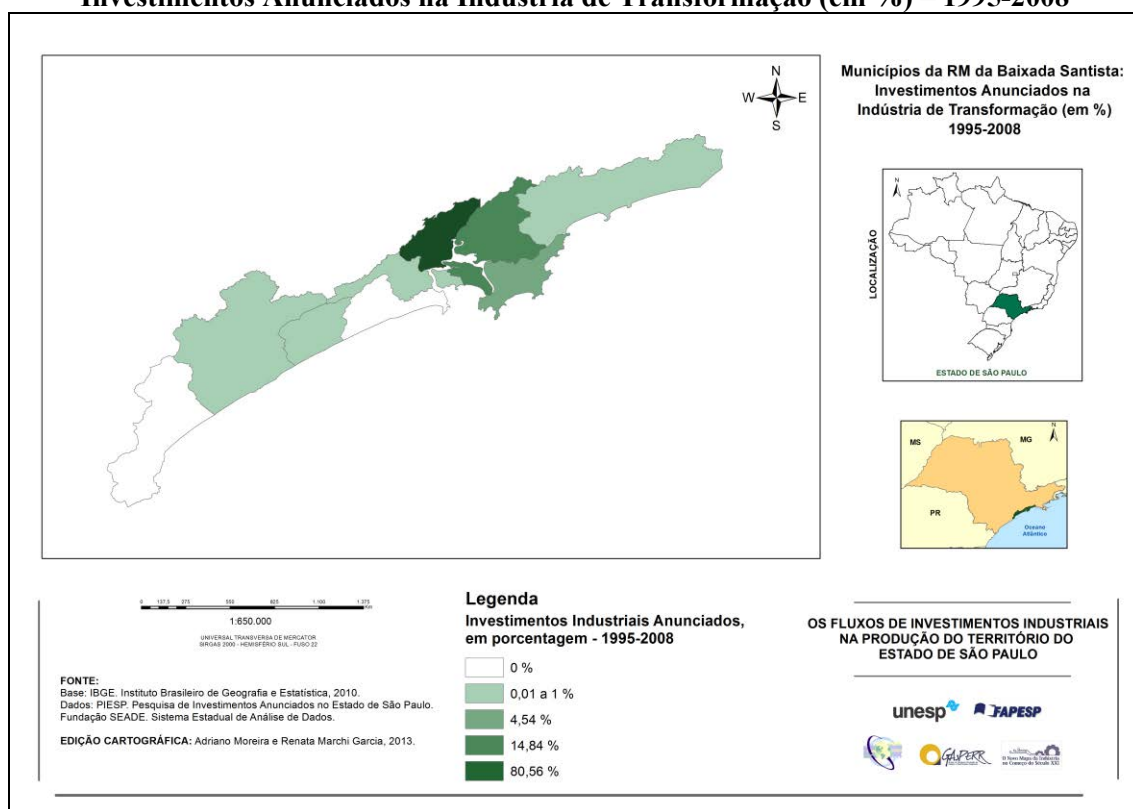
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	9,57	6,43	8,35	5,25	7,51	16,76	12,90	16,17	15,39	24,60	0,16
Capital Estrangeiro	1,26	9,12	0,18	1,78	1,31	-	3,17	2,93	0,14	0,82	5,85
Capital Associado	-	-	-	77,22	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	1,47	10,09	0,32	18,20	11,91	26,44	2,28	-	6,04	-	0,35
Tipo Ampliação/Modernização	8,36	5,06	5,26	3,05	2,00	3,49	12,97	17,75	14,03	23,20	3,12
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	0,12	-	-	0,41	-

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

A principal participação no período, segundo a origem do capital, foi dos investimentos nacionais, que registraram acima de US\$6,7 bilhões na região (77,5% dos anúncios regionais), já os estrangeiros anunciaram US\$1,3 bilhões (15,5%) e os associados US\$600 milhões (7%). Tomando como referência o tipo de investimento, para a implantação de novas plantas totalizaram mais de US\$2,7 bilhões (31,7% dos anúncios segundo o tipo), já os realizados para ampliação/modernização das já existentes foram predominantes com uma quantia de aproximadamente US\$5,9 bilhões (68,3%) e, por fim, em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/processos somaram mais de US\$466 milhões (0,01%).

No que se refere aos ramos industriais, metalurgia básica (com 37,5%) teve a participação mais significativa da região, destacando também os ramos de refino de petróleo e álcool (21,2%), eletricidade, gás e água quente (14,6%), produtos químicos (9,4%), construção (8,4%) e alimentos e bebidas (4,9%).

**Mapa 10. Municípios da RM da Baixada Santista:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Segundo o **mapa 10**, dos 9 municípios que formam a região metropolitana da Baixada Santista, apenas Peruíbe e Praia Grande não registraram anúncios industriais no período, por outro lado, Cubatão exerce expressiva polarização regional (com 80,6% do total investido na região), seguida dos municípios de Santos (14,8%) e Guarujá (4,5%). Nesse sentido, como Cubatão foi bem superior em termos de volumes de investimentos do que Santos, o município-sede da região, as seletivas escolhas de localização dos anúncios produtivos não acompanharam a hierarquia das cidades da região.

Em Cubatão foram anunciados mais US\$6,9 bilhões distribuídos principalmente nos ramos de metalurgia básica (46,3%), refino de petróleo e álcool (26,3%), eletricidade, gás e água quente (18%) e produtos químicos (8,9%); em Santos houve quase US\$1,3 bilhões concentrados em construção (55,9%) e alimentos e bebidas (32,9%); já no Guarujá a quantia de US\$391 dirigiu-se sobretudo para outros equipamentos de transporte (76,3%) e produtos químicos (21,9%).

A seguir na **tabela 11** encontram-se todas as empresas dos ramos selecionados que tiveram intenções de produzir nos principais municípios em atração de investimentos industriais da região.

Tabela 11. RMBS: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RM BAIXADA SANTISTA				8611,91
Município Cubatão				6937,61
BOC Gases	Refino de Petróleo e Álcool	Inglaterra	Implantação (1)	15
Carbocloro	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Implantação (1)	36
Central de Cogeração da Baixada Santista	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil/EUA/Japão	Implantação (1)	600
Marubeni / Petrobrás / Sithe	Eletricidade, Gás e Água Quente	Japão	Implantação (2)	650
Perdigão	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	2,65
Petrobrás / Refinaria Presidente Bernardes	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (9)	1774,16
Transmissão Paulista	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	1,8
Município Guarujá				391,29
Município Santos				1277,76
Café Floresta	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	1,71
Cargill	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	40
CPFL Piratininga	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	1
Critosuco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	170,03
Copersucar / Terminal Açúcar	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	40
Montecitrus / CTM / Cambuhy	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	11
Moinho Pacífico	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (4)	123,48
Moinho Paulista	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	15,69
Nova América / Logus	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	26
Santista Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	2,17
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				8606,66
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				3510,69

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Os anúncios de investimentos dos ramos selecionados destinados aos três municípios que mais captaram recursos regionais foram realizados por 17 empresas no total que, ao longo da série histórica, somaram mais de US\$3,5 bilhões, o que corresponde a 40,8% dos investimentos anunciados nesses municípios (ou 40,7% do

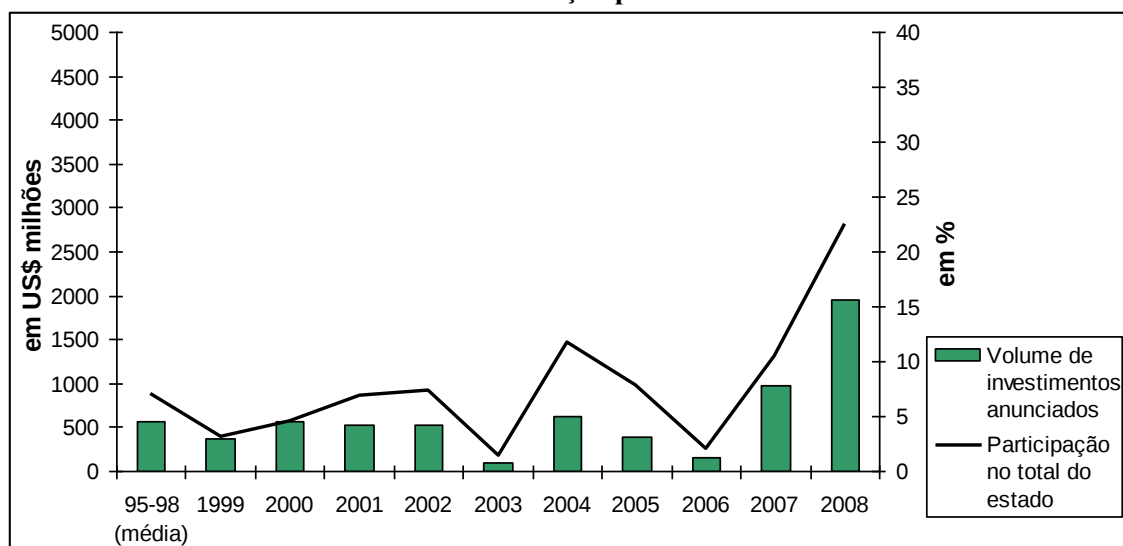
total da RMBS). Um número de 10 empresas distintas de alimentos e bebidas investiram juntas cerca de US\$433 milhões (12,3% dos anúncios), nenhum investimento foi anunciado pela indústria automobilística, 3 empresas de refino de petróleo e álcool totalizaram a expressiva marca de aproximadamente US\$1,83 bilhões (52%) e, por fim, 4 empresas do ramo de eletricidade, gás e água quente registram uma soma de US\$1,25 bilhões (35,7%).

Tanto em relação ao número de anúncios quanto ao volume investido, o destaque ficou com a empresa nacional do ramo de refino de petróleo e álcool Petrobrás/Refinaria Presidente Bernardes, que fez dois anúncios em implantação e nove em ampliação/modernização de sua planta no município de Cubatão, num montante de cerca de US\$1,77 bilhões.

3.5 Região Administrativa de Sorocaba

A Região Administrativa de Sorocaba atraiu quase US\$8,5 bilhões em investimentos industriais no período, representando cerca de 7,4% dos anúncios no estado, o que lhe rendeu a quinta colocação entre as regiões na atração desses investimentos.

Gráfico 7. RA de Sorocaba: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

No **gráfico 7** acima, as quedas e aumentos das intenções de investir na região representam as variações, ao longo da série histórica, nos volumes anunciados e na participação estadual nos anúncios de investimentos anunciados na indústria. Esses movimentos também podem ser investigados considerando os indicadores territoriais, conforme aponta a **tabela 12**.

Tabela 12. Participação da RA de Sorocaba nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo os indicadores territoriais (em %) – 1995-2008

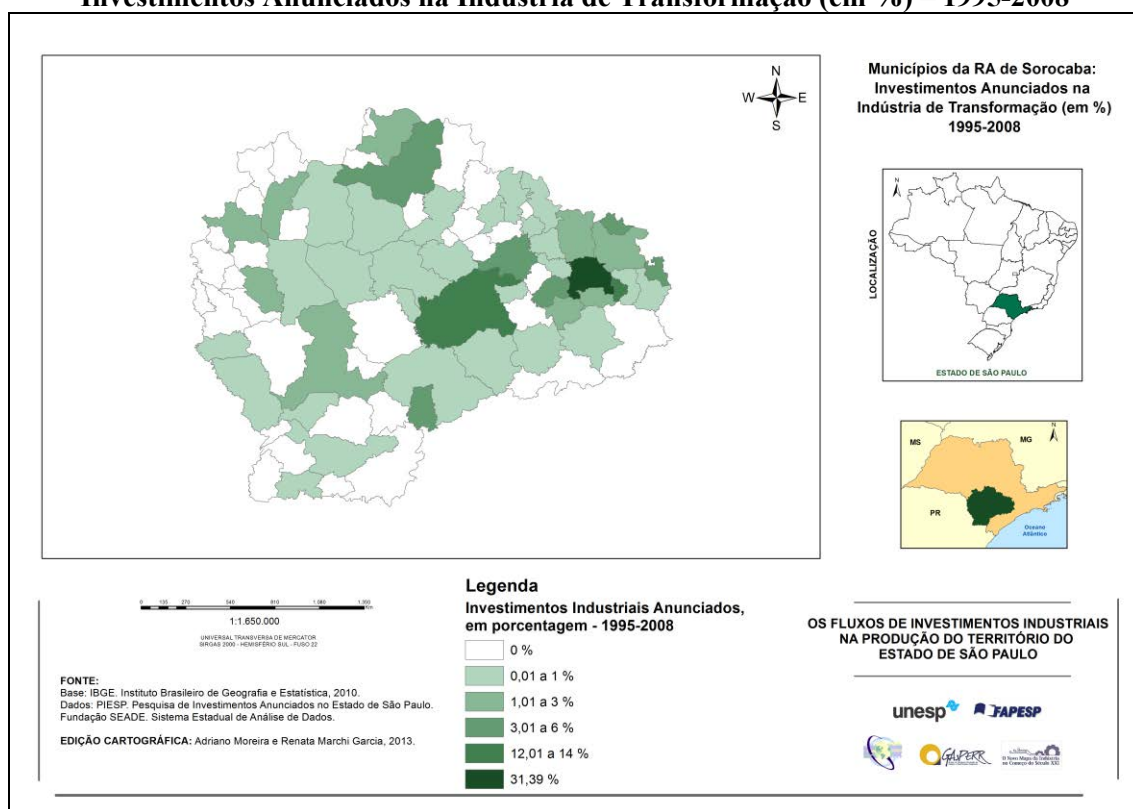
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	7,17	7,24	5,79	10,71	7,45	1,14	15,91	9,41	1,51	6,40	33,41
Capital Estrangeiro	6,52	1,75	3,57	3,08	7,07	2,17	2,61	5,01	4,97	17,62	7,57
Capital Associado	14,40	0,02	3,77	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	9,72	3,51	7,35	11,27	18,05	2,07	16,62	0,08	3,39	18,79	16,01
Tipo Ampliação/Modernização	3,74	3,23	3,60	1,42	1,57	0,97	10,26	11,85	2,01	6,58	24,72
Tipo P&D	-	-	0,11	-	0,38	9,23	0,75	-	0,27	0,55	-

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Os investimentos de origem nacional foram preponderantes na região, num montante de quase US\$5,4 bilhões (63,2% dos anúncios segundo a origem do capital), já os capitais estrangeiros anunciaram cerca de US\$2,9 bilhões (34,7%) e os associados somaram aproximadamente US\$176 milhões (2,1%). Acerca dos tipos de investimentos, houve relativo equilíbrio entre os principais tipos, sendo que os investimentos em implantação atingiram o valor aproximado de US\$4,4 bilhões (51,7%), para ampliação/modernização corresponderam a quase US\$4,1 bilhões (48,2%) e, por sua vez, US\$5,4 milhões foram anunciados em P&D (0,1%).

Levando em consideração os ramos industriais, assim como na RMC, a indústria de fumo foi a única que não realizou anúncios de investimentos na RA de Sorocaba, por sua vez, a participação mais expressiva foi do ramo de metalurgia básica (21% do total regional), seguido de madeira (14,3%), minerais não-metálicos (11,6%), máquinas e equipamentos (10,2%), automotiva (8,5%), alimentos e bebidas (8,5%) e eletricidade, gás e água quente (6,3%).

**Mapa 11. Municípios da RA de Sorocaba:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Tomando como referência o **mapa 11**, dos 79 municípios da RA de Sorocaba, 44 captaram anúncios de investimentos industriais no período, encontrando-se concentrados, principalmente, no município de Sorocaba (31,4% do total regional), além de Alumínio (13,9%), Araçariguama (5,1%) e Ribeirão Grande (4,7%). Esse cenário revela que a seletividade espacial nas decisões locais de investimento na região acompanhou a hierarquia das cidades, haja vista que o município-sede Sorocaba captou os maiores volumes registrados no período.

O município de Sorocaba captou cerca de US\$2,7 bilhões distribuídos sobretudo nas indústrias de máquinas e equipamentos (27,7%), automotiva (21,9%), material eletrônico e equipamentos de comunicação (6,1%) e metalurgia básica (5,4%); Alumínio recebeu aproximadamente US\$1,2 bilhões exclusivamente para a indústria de metalurgia básica; Araçariguama com US\$430 milhões anunciados sobretudo em metalurgia básica (97,8%) e; finalmente, Ribeirão Grande atraiu US\$400 milhões integralmente para a indústria de minerais não-metálicos.

Na **tabela 13** trazemos as informações sobre as empresas investidoras dos ramos selecionados nos principais municípios em atração de investimentos industriais.

Tabela 13. RA Sorocaba: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA SOROCABA				8476,3
Município Alumínio				1182,81
Município Araçariguama				430,19
Mitsui Alimentos	Alimentos e Bebidas	Japão	Ampliação/Modern (1)	8,46
Município Ribeirão Grande				400
Município Sorocaba				2661,13
Campari	Alimentos e Bebidas	Itália	Ampliação/Modern (1)	1,01
Codap Brasil	Alimentos e Bebidas	Itália	Implantação (1)	9,74
Copenor / Resimpla	Refino de Petróleo e Alcool	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	82
Dana	Automotivo	EUA	Implantação (1)	10
Edscha	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	5,57
G. Giannone	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	1,45
Gás Natural SPS	Eletricidade, Gás e Água Quente	Espanha	Implantação (1) e P&D (1)	80,07
General Motors	Automotivo	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (4)	184,8
Grain Mils	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	6,56
JCI Varta	Automotivo	EUA/ Alemanha	Implantação (1)	30,9
Luk	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	37,9
Mascella & Cia	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3,6
Quaker / Gatorade	Alimentos e Bebidas	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	46,75
Sandvik Hurth	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	4,35
Schaeffler do Brasil / INA	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (1)	100
Scherdel do Brasil	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	5,63
Silvatrin	Automotivo	Itália	Implantação (1)	5
Sohovos	Alimentos e Bebidas	Inglaterra	Ampliação/Modern (1)	6,98
Sorocaba Refrescos / Coca-Cola	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	16,43
Trio Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,39
United Mils	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,33
Valeo Térmico	Automotivo	França	Implantação (1)	17
Wyda	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	2
ZF / Bosch	Automotivo	Alemanha	Impl. (4) e Ampl/Moder (5)	180,15
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				4674,13
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				848,07

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

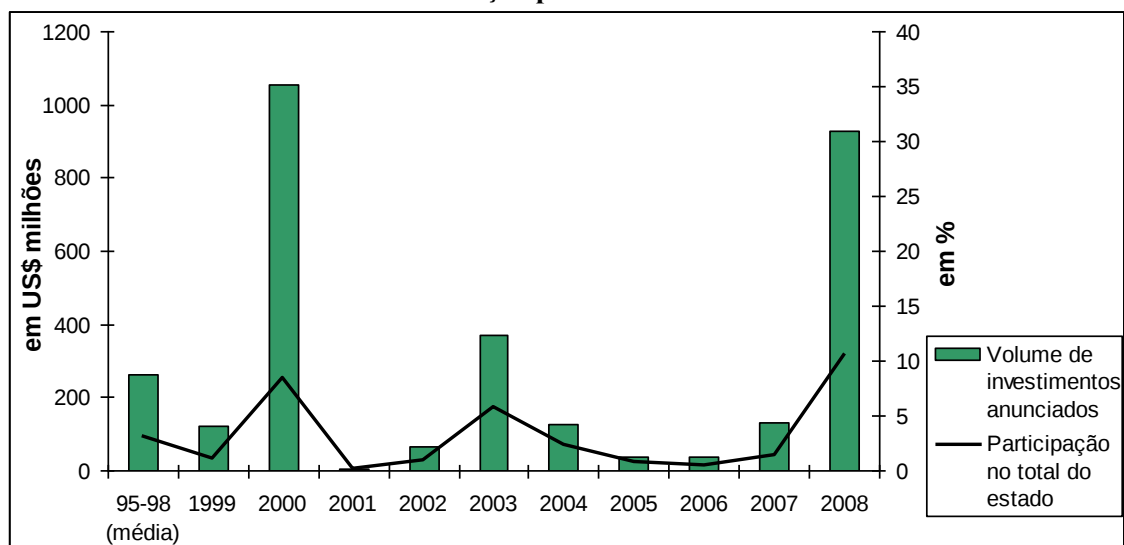
No que diz respeito aos investimentos dos ramos industriais nesses quatro principais municípios da região, 25 empresas anunciaram intenções de produção que totalizaram US\$848 milhões, o que representa 18% dos investimentos anunciados nessas localidades (ou 10% dos anúncios em toda região). No ramo de alimentos e bebidas, 11 empresas somaram US\$102 milhões (12,1%), já no ramo automotivo 12 empresas investiram num total de US\$583 milhões (68,8%). Por outro lado, uma empresa de refino de petróleo e álcool e uma de eletricidade, gás e água quente registraram anúncio, US\$82 milhões (9,7%) e US\$80 milhões (9,4%), respectivamente.

A empresa que anunciou os maiores volumes de investimentos foi a norteamericana do ramo automotivo General Motors, localizada em Sorocaba, num montante de cerca de US\$185 milhões distribuídos em um anúncio de implantação e quatro em ampliação/modernização. Já em relação à quantidade de registro de anúncios, destaque para a empresa automotiva alemã ZF/Bosch, localizada também em Sorocaba, que investiu pouco mais de US\$180 milhões por meio de quatro anúncios de implantação e outros cinco em ampliação/modernização de sua capacidade produtiva.

3.6 Região Administrativa Central

A Região Administrativa Central foi a sexta principal região no que diz respeito à atração dos investimentos industriais, uma vez que totalizou no período a expressiva quantia superior a US\$3,9 bilhões, o que equivale a 3,4% dos anúncios realizados no Estado de São Paulo.

Gráfico 8. RA Central: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Analisando o movimento dos investimentos industriais e a participação estadual da RA Central no **gráfico 8**, nota-se mudanças significativas nas intenções de investir na região por parte dos capitais industriais, investigadas também a partir dos indicadores territoriais presentes na **tabela 14**.

Tabela 14. Participação da RA Central nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	1,84	0,52	4,65	0,17	1,10	7,18	1,48	1,07	0,37	1,81	18,33
Capital Estrangeiro	4,36	1,44	4,72	-	0,49	0,86	4,24	-	1,20	0,82	0,07
Capital Associado	-	-	85,18	-	-	18,81	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	5,55	1,33	19,70	0,09	1,83	14,77	4,92	1,90	2,30	0,51	7,17
Tipo Ampliação/Modernização	0,31	0,79	4,18	0,09	0,41	0,37	1,45	0,10	0,35	1,88	11,88
Tipo P&D	-	0,06	-	-	-	-	-	0,04	-	0,24	-

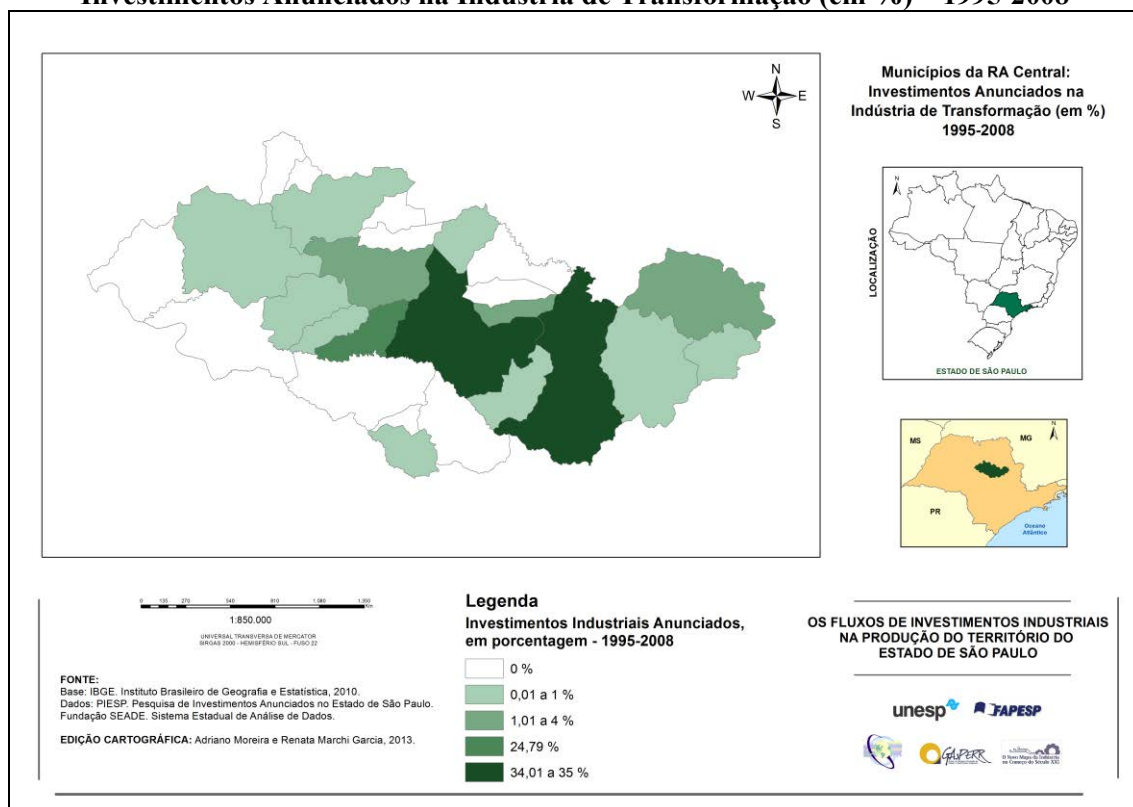
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

No que se refere à origem do capital, os investimentos feitos por capitais nacionais foram predominantes, registrando cerca de US\$2 bilhões (51,6% da RA), seguidos dos capitais estrangeiros com quase US\$1,4 bilhões (35,1%) e dos associados que anunciaram acima de US\$522 milhões (13,3%). Levando em consideração o tipo de investimento, os anúncios em implantação foram superiores aos realizados para ampliação/modernização, somando aproximadamente US\$2,5 bilhões (63,5% da RA),

posto que esse último tipo registrou um total superior a US\$1,4 bilhões (cerca de 36,5%), já em pesquisa e desenvolvimento houve apenas US\$1,7 milhões (0,03%)

Apenas quatro ramos industriais (couro e calçados, fumo, máquinas de escritório e equipamentos de informática, papel e celulose) não anunciaram investimentos na região. As principais participações foram das indústrias automotiva (24,7%), eletricidade, gás e água quente (24%), aeronáutica (19,9%) e máquinas e equipamentos (13,5%).

**Mapa 12. Municípios da RA Central:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



A Região Administrativa Central é composta por 26 municípios, sendo que 15 atraíram investimentos, porém esses anúncios concentraram-se sobretudo em apenas três municípios: São Carlos (34,3% do total regional), Araraquara (34,1%) e Gavião Peixoto (24,8%). Os dois municípios-sede da RA, São Carlos e Araraquara, captaram os maiores volumes de investimentos, o que indica que os capitais industriais levaram em conta as posições hierárquicas das cidades em suas decisões sobre onde investir.

São Carlos captou aproximadamente US\$1,35 bilhões destinados principalmente aos ramos automotivo (71%) e máquinas e equipamentos (22,7%); Araraquara recebeu

quase US\$1,34 bilhões sobretudo em eletricidade, gás e água quente (64,7%) e máquinas e equipamentos (16,5%) e; Gavião Peixoto atraiu US\$973 milhões concentrados na indústria aeronáutica (80,3%) e outros equipamentos de transporte (19,3%). As empresas dos ramos selecionados que investiram nesses três municípios destacados estão listadas na **tabela 15** a seguir.

Tabela 15. RA Central: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA CENTRAL				3926,61
Município Araraquara				1339,73
ARS Energia / Usina Termelétrica de Araraquara	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (2)	300
Biscoitinhos da Vovó Liva	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,12
Biopetro	Refino de Petróleo e Álcool	Canadá/EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	26
Cervejarias Kaiser	Alimentos e Bebidas	Canadá	Ampliação/Modern (3)	5,05
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	0,32
EDP do Brasil / Petrobrás	Eletricidade, Gás e Água Quente	Portugal/Brasil	Implantação (1)	500
Engefer Ferramentas	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,08
Femsa	Alimentos e Bebidas	México	Ampliação/Modern (1)	0,18
Nestlé	Alimentos e Bebidas	Suiça	Ampliação/Modern (1)	2,87
Ramco do Brasil	Automotivo	EUA	Implantação (1)	2
Rocati	Automotivo	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,5
Sachs Automotive	Automotivo	Alemanha	Implantação (1)	10
Transmissão Paulista	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	7,35
Ultragás	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	Implantação (1)	1,11
Usina Maringá	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	61,24
Usina Zanin	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	19,42
Município Gavião Peixoto				973,3
CPFL / Usina Hidrelétrica de Gavião Peixoto	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	3,79
Município São Carlos				1346,44
Autovaz	Automotivo	Rússia	Implantação (1)	350
By Cristo	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,1

Raco	Automotivo	Itália	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	12,87
Sandvik Hurth	Automotivo	Alemanha	Ampliação/Modern (1)	1,09
Volkswagem	Automotivo	Alemanha	Impl. (2) e Ampl/Moder (2)	592,04

TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				3659,47
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				1897,13

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

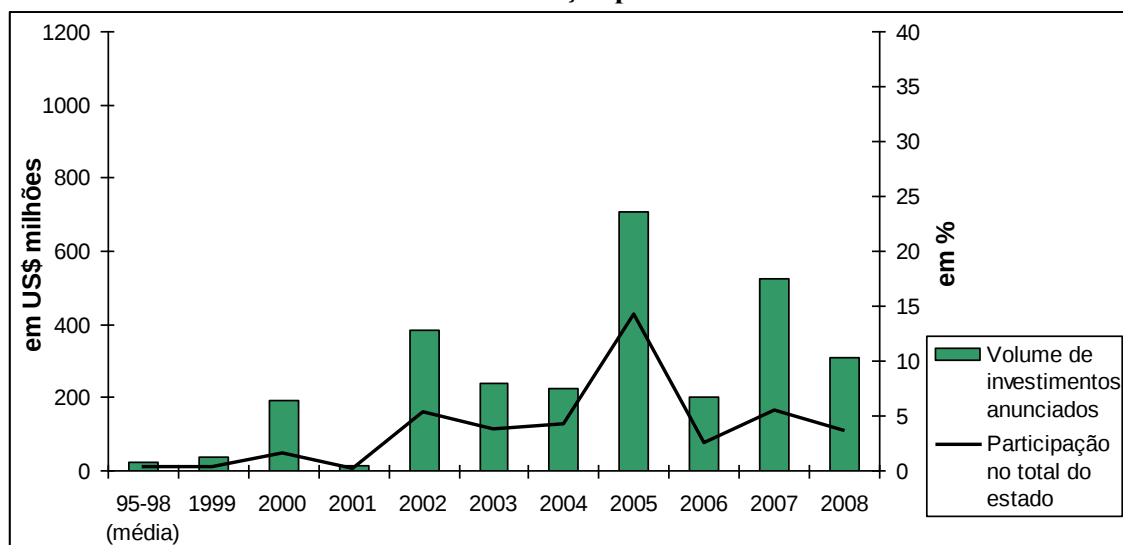
Nos três municípios que mais captaram investimentos industriais, 22 empresas dos principais ramos registraram intenções de produção na série histórica, num total de quase US\$1,9 bilhões, o que corresponde a 51,8% do total investido nessas localidades (ou 48,3% dos investimentos regionais). Somente 4 empresas do ramo de alimentos e bebidas investiram em uma soma conjunta de US\$8,2 milhões (0,4% do total), 9 empresas automotivas anunciaram juntas um montante de aproximadamente US\$969 milhões (51,1%), 1 empresa de refino de petróleo e álcool registrou US\$26 milhões (1,4%) e outras 8 empresas de eletricidade, gás e água quente totalizaram US\$893 milhões (47,1%).

Tanto em relação ao número de anúncios quanto ao volume investido, o destaque ficou com a empresa automobilística alemã Volkswagen, que fez dois anúncios em implantação e dois em ampliação/modernização de sua planta no município de São Carlos, num montante de cerca de US\$592 milhões.

3.7 Região Administrativa de Araçatuba

A sétima região que mais atraiu anúncios de investimentos industriais foi a Região Administrativa de Araçatuba, contabilizando um total superior a US\$2,9 bilhões, o que representa cerca de 2,5% dos investimentos anunciados na indústria de transformação do Estado de São Paulo na série histórica.

Gráfico 9. RA de Araçatuba: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Partindo da leitura do **gráfico 9**, os altos e baixos nas intenções de investir reforçam a constatação de alterações nos padrões de localização dos investimentos industriais. A **tabela 16** mostra esses movimentos na região, do ponto de vista dos indicadores territoriais.

Tabela 16. Participação da RA de Araçatuba nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,27	0,25	0,09	0,24	0,22	5,16	6,15	17,75	3,03	9,00	6,01
Capital Estrangeiro	0,30	0,40	2,75	-	15,40	0,03	-	2,41	-	0,29	0,13
Capital Associado	-	-	-	0,31	-	0,01	-	53,62	-	-	-
Tipo Implantação	0,51	0,04	5,01	0,22	14,01	8,60	9,82	34,50	15,97	16,84	2,87
Tipo Ampliação/Modernização	-	0,82	0,10	0,09	0,59	0,81	2,27	3,87	1,33	0,09	3,80
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

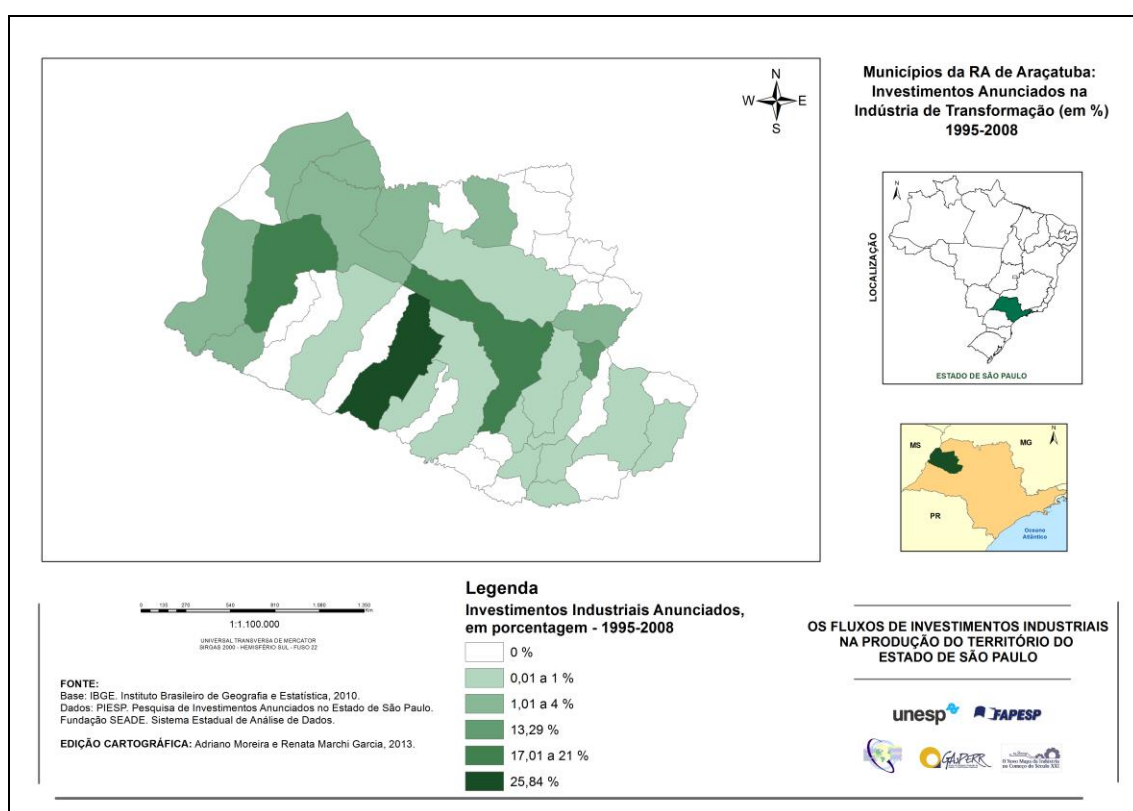
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Em relação à origem do capital, no período os investimentos nacionais predominaram e atingiram o valor de US\$2,1 bilhões na RA (73% dos capitais), por sua vez, os anúncios estrangeiros totalizaram quase US\$701 milhões (24%) e os associados somaram US\$89,6 milhões (3%). Considerando o tipo de investimento, foram significativamente superiores os investimentos para a implantação de novas unidades, numa quantia acima de US\$2,2 bilhões (77% dos anúncios regionais por tipo), aqueles

relativos à ampliação/modernização das plantas totalizaram mais de US\$668 milhões (22,8%) e, por sua vez, não houve nenhum anúncio na região de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

No que se refere aos ramos industriais, apenas três realizaram expressivas intenções de produção, com destaque para a indústria de alimentos e bebidas (que anunciou 59,7% dos investimentos regionais), seguida de eletricidade, gás e água quente (19,4%) e papel e celulose (16,1%).

**Mapa 13. Municípios da RA de Araçatuba:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Dos 43 municípios pertencentes à região, 25 receberam investimentos na indústria no período, se concentrando principalmente em quatro: o município de Valparaíso foi o mais atrativo (25,8%), depois Araçatuba (20,8%), Andradina (17,5%) e Brejo Alegre (13,3%). A seletividade espacial dos anúncios de investimentos em produção, de certo modo, acompanhou a hierarquia das cidades na medida em que, após Valparaíso, o município-sede da região, Araçatuba, recebeu os maiores volumes de capitais industriais.

Valparaíso captou US\$756 milhões no período, sobretudo nos ramos de alimentos e bebidas (75,4%) e eletricidade, gás e água quente (23,8%), Araçatuba atraiu US\$609 milhões destinados principalmente às indústrias de papel e celulose (72,8%) e de alimentos e bebidas (24,3%), Andradina numa quantia de US\$513 milhões principalmente em eletricidade, gás e água quente e alimentos e bebidas (68,2% e 26,2% respectivamente) e, por fim, Brejo Alegre registrou US\$389 milhões direto na indústria de alimentos e bebidas.

A **tabela 17** apresenta as informações de todas as empresas dos ramos selecionados que anunciaram investimentos nos quatro municípios que mais captaram recursos na região.

Tabela 17. RA Araçatuba: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA ARAÇATUBA				2925,55
Município Andradina				513,18
Frigorífico Abaeté	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,13
GASA - Guanabara Agroindustrial	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	109,5
Grupo Cosan / FBA	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	25,03
Termelétrica Ribeirão Moinho	Eletricidade, Gás e Água Quente	U.E.	Implantação (1)	350
Município Araçatuba				609,1
Alcoolazul	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	3,52
Aralco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	20
Betinha's Trufas	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,16
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	8,34
Dedini	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	4,14
Destivale	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	1,33
Etti	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	6,5
Fazenda Santa Cecília	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	3,46
Frigorífico Aravestrus	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,43
Grupo Cosan / FBA	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	44,28
Koblitz	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	0,02
Mataboi / Grupo Asperbrás	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	6,2
Milk Mel	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,06

Nestlé	Alimentos e Bebidas	Suiça	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	47,07
Parmalat	Alimentos e Bebidas	Itália	Ampliação/Modern (1)	8,34
Robin Tornearia	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,38
Schincariol	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,41
Município Brejo Alegre				388,89
Usina Biopav / Equipav	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (3) e Ampl/Moder (1)	388,89
Município Valparaíso				756,04
Ajinomoto	Alimentos e Bebidas	Japão	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	110
Grupo Cosan / FBA	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	19,25
FBA - Univalem	Alimentos e Bebidas	Brasil/França	Ampliação/Modern (1)	2,37
Usina da Mata / Agropecuária Jacarezinho	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (3) e Ampl/Moder (1)	438,63
Univalem / Cia. Valparaense de Energia	Elettricidade, Gás e Água Quente	EUA	Implantação (1)	180
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				2267,21
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				1778,44

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

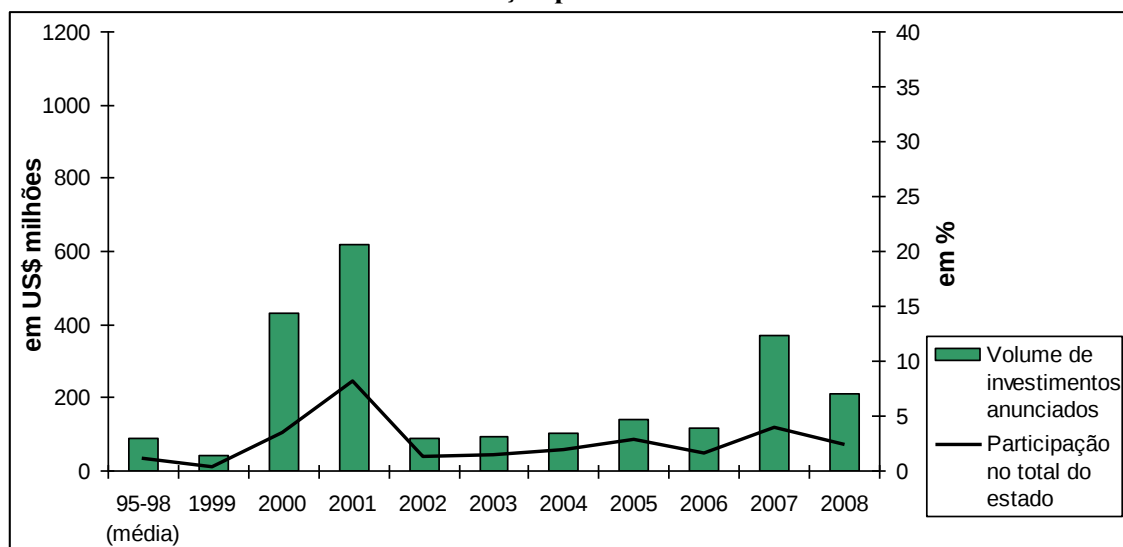
Levando em consideração os ramos industriais que registraram os maiores volumes de investimentos, 27 empresas anunciaram intenções de investir nos municípios em destaque, em um montante de quase US\$1,78 bilhões, o que representa 78,4% dos investimentos industriais captados por esses quatro municípios (ou 38,2% do total investido na RA). Na indústria alimentícia e de bebidas, 22 empresas totalizaram cerca de US\$1,24 bilhões (69,7% do total), já no ramo automotivo apenas uma empresa investiu US\$380 mil (0,02%). Por sua vez, não houve investimentos de empresas do ramo de refino de petróleo e álcool e, por fim, 4 empresas de eletricidade, gás e água quente investiram mais de US\$538 milhões (30,3%) nesses municípios que mais atraíram intenções de produção na região.

A empresa que teve a maior participação regional, tanto no que diz respeito ao número de anúncios como em relação ao volume investido, foi a Usina da Mata/Agropecuária Jacarezinho do ramo de alimentos e bebidas, localizada no município de Valparaíso, que realizou três anúncios em implantação e um em ampliação/modernização de sua capacidade produtiva, totalizando cerca de US\$439 milhões.

3.8 Região Administrativa de Bauru

Aproximadamente US\$2,6 bilhões em investimentos produtivos foram anunciados no parque industrial da Região Administrativa de Bauru no período, o equivalente a 2,2% do total estadual, colocando assim a RA na oitava posição entre as regiões no que diz respeito à atração de investimentos industriais.

Gráfico 10. RA de Bauru: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Observa-se, com o auxílio do **gráfico 10**, mudanças no padrão de localização dos investimentos, comprovada pelo crescimento e queda dos volumes e da participação da região na captação dos anúncios ao longo do período. Esse panorama também pode ser analisado na **tabela 18**, sob a perspectiva dos indicadores territoriais.

Tabela 18. Participação da RA de Bauru nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

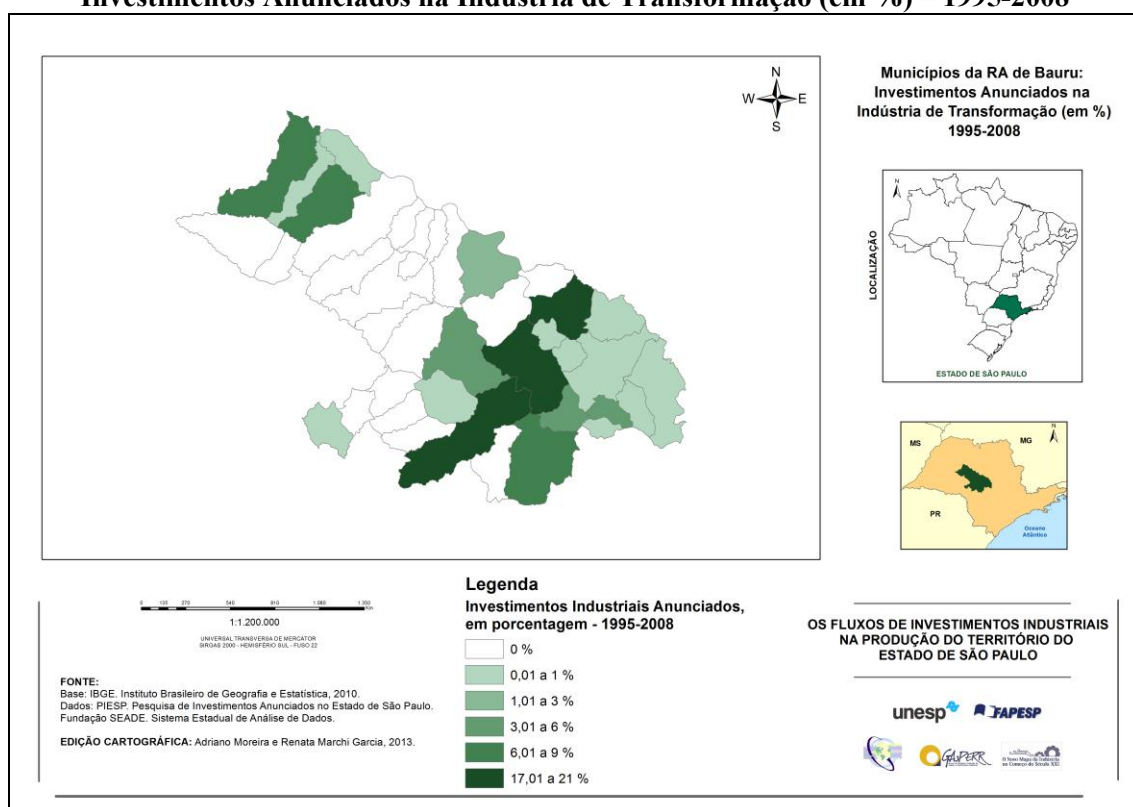
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	1,94	1,29	2,55	1,91	1,42	1,31	0,43	4,07	1,70	6,36	3,75
Capital Estrangeiro	0,54	-	4,41	19,23	0,92	0,78	5,14	0,41	0,47	0,22	0,58
Capital Associado	-	0,03	-	0,09	-	17,01	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	1,73	0,06	8,28	11,22	0,18	3,03	6,71	1,63	7,03	3,98	1,34
Tipo Ampliação/Modernização	0,30	0,91	0,56	4,36	1,54	0,53	0,16	3,47	1,02	4,02	2,77
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Segundo a origem do capital, os investimentos nacionais na região somaram mais de US\$1,4 bilhões no período (56,2% dos capitais na RA), superando os capitais estrangeiros que anunciaram US\$1,1 bilhões (42,9%) e, por sua vez, os capitais associados contabilizaram apenas US\$21,4 milhões (0,8%). Já em relação aos indicadores por tipo de investimento, os destinados para a implantação tiveram predomínio sobre os demais, num total de aproximadamente US\$1,5 bilhões (57,7%), já os investimentos em ampliação/modernização das fábricas já existentes totalizaram US\$987 milhões (38,4%) e em pesquisa e desenvolvimento não houve nenhum anúncio regional no período.

Do ponto de vista dos ramos, a maioria dos investimentos foi anunciada por apenas três indústrias: eletricidade, gás e água quente (38,4%), alimentos e bebidas (24,3%) e madeira (19,1%).

**Mapa 14. Municípios da RA de Bauru:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Um número total de 49 municípios se inserem na região, porém no período 21 registraram anúncios de investimentos na indústria regional, distribuídos da seguinte forma: três municípios atraíram a maior parte dos investimentos, Agudos (20,5% da

RA), Pederneiras (19,9%) e Bariri (17,8%), contando também com importantes participações de Lins (8,4%), Lençóis Paulista (8%) e Promissão (7%). A seletividade espacial nas decisões locacionais de investimentos não acompanhou a hierarquia das cidades na medida em que Bauru, o município-sede da região, não se encontra entre as localidades que mais receberam intenções de produção no período.

O município de Agudos atraiu mais de US\$526 milhões dos ramos de madeira (93,1%) e alimentos e bebidas (6,9%); Pederneiras captou US\$512 milhões destinados principalmente à eletricidade, gás e água quente (58,5%), alimentos e bebidas (20,2%) e produtos químicos (16,8%); Bariri registrou US\$528 milhões concentrados em eletricidade, gás e água quente (99%); Lins teve mais de US\$215 milhões investidos sobretudo na indústria de alimentos e bebidas (77,3%), couro e calçados (8,9%) e refino de petróleo e álcool (8,2%); Lençóis Paulista atraiu quase US\$207 milhões sobretudo nos ramos de papel e celulose (69,3%) e aeronáutica (24,2%); Promissão captou mais de US\$180 milhões distribuídos nas indústrias de alimentos e bebidas (51%) e eletricidade, gás e água quente (48,9%).

Na **tabela 19** a seguir encontram-se elencadas todas as empresas investidoras dos ramos selecionados que registraram intenções de produzir nos principais municípios da região.

Tabela 19. RA Bauru: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA BAURU				2570,13
Município Agudos				526,83
AmBev	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	35,82
Refsol	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,39
Município Bariri				458,27
AES Termelétrica de Bariri	Eletricidade, Gás e Água Quente	EUA	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	453,85
Globoaves	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	4,14
Município Lençóis Paulista				206,61
Lwart Lubrificantes	Refino de Petróleo e Álcool	EUA	Implantação (1)	3,39
Adria	Alimentos e Bebidas	Argentina	Ampliação/Modern (2)	3,03

Servebem	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,65
Município Lins				215,9
Bertin	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	46,18
Grupo Bertin / Bracol	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Implantação (1)	17,73
Hemoprot / Grupo Veos	Alimentos e Bebidas	Bélgica	Implantação (1)	18,9
Usina Batatais / Usina Lins	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (3)	87,92
Município Pederneiras				512,36
Duke Energy	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	300
Santista Alimentos	Alimentos e Bebidas	Bermudas	Implantação (1)	100
Terminal de Pederneiras	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3,46
Volvo	Automotiva	Suécia	Ampliação/Modern (1)	2
Município Promissão				180,54
Equipav	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	88,45
Frigodias	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3,94
Frigorífico Gejota	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	31,32
Marfrig	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	3,35
Usina Equipav	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	51,12
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				2100,51
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				1255,64

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Nos seis municípios que mais captaram investimentos produtivos na região, têm-se o registro de 20 empresas que anunciaram intenções de investir nos ramos selecionados, chegando a um montante de US\$1,25 bilhões, o que caracteriza 59,8% dos investimentos realizados nos municípios em destaque (ou 48,8% dos anúncios registrados em toda RA). Um total de 14 empresas do ramo de alimentos e bebidas anunciou cerca de 390 milhões (31,1%), uma empresa da indústria automotiva registrou o valor de US\$2 milhões (0,16%), uma do ramo de refino de petróleo e álcool investiu quase US\$3,4 bilhões (0,27%) e, por fim, 4 empresas de eletricidade, gás e água quente somaram mais de US\$860 milhões (68,5%).

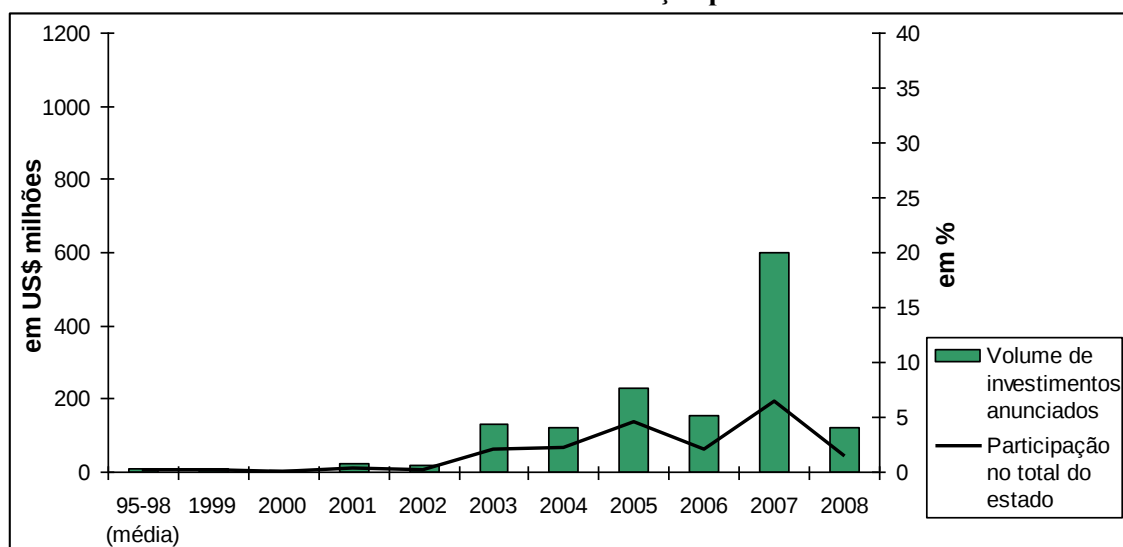
Três empresas do ramo de alimentos e bebidas (com três investimentos anunciados cada) se destacaram na região em termos de número de anúncios de investimentos: no município de Agudos, a empresa nacional Ambev realizou um

anúncio em implantação e dois em ampliação/modernização; já no município de Lins, a empresa brasileira Bertin fez um anúncio em implantação e outros dois em ampliação/modernização, assim como Usina Batatais/Usina Lins, de capital nacional, registrou três anúncios em implantação. Por sua vez, destaque em termos de volume de investimentos para a empresa norte-americana de eletricidade, gás e água quente AES Termelétrica de Bariri, com um montante de aproximadamente US\$454 milhões em um anúncio de implantação e outro de ampliação/modernização.

3.9 Região Administrativa de São José do Rio Preto

A RA de São José do Rio Preto foi a nona região administrativa do estado no que diz respeito à captação de investimentos industriais, pois atraiu no período mais de US\$1,4 bilhões, o que caracteriza 1,3% dos anúncios realizados na indústria paulista.

Gráfico 11. RA de São José do Rio Preto: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Tomando como referência o **gráfico 11**, os maiores volumes na região foram anunciados na segunda parte da série histórica, o que indica que paulatinamente novas localidades se inserem na dinâmica de localização desses investimentos. A **tabela 20** abaixo qualifica essas informações a partir dos indicadores territoriais.

Tabela 20. Participação da RA de São José do Rio Preto nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

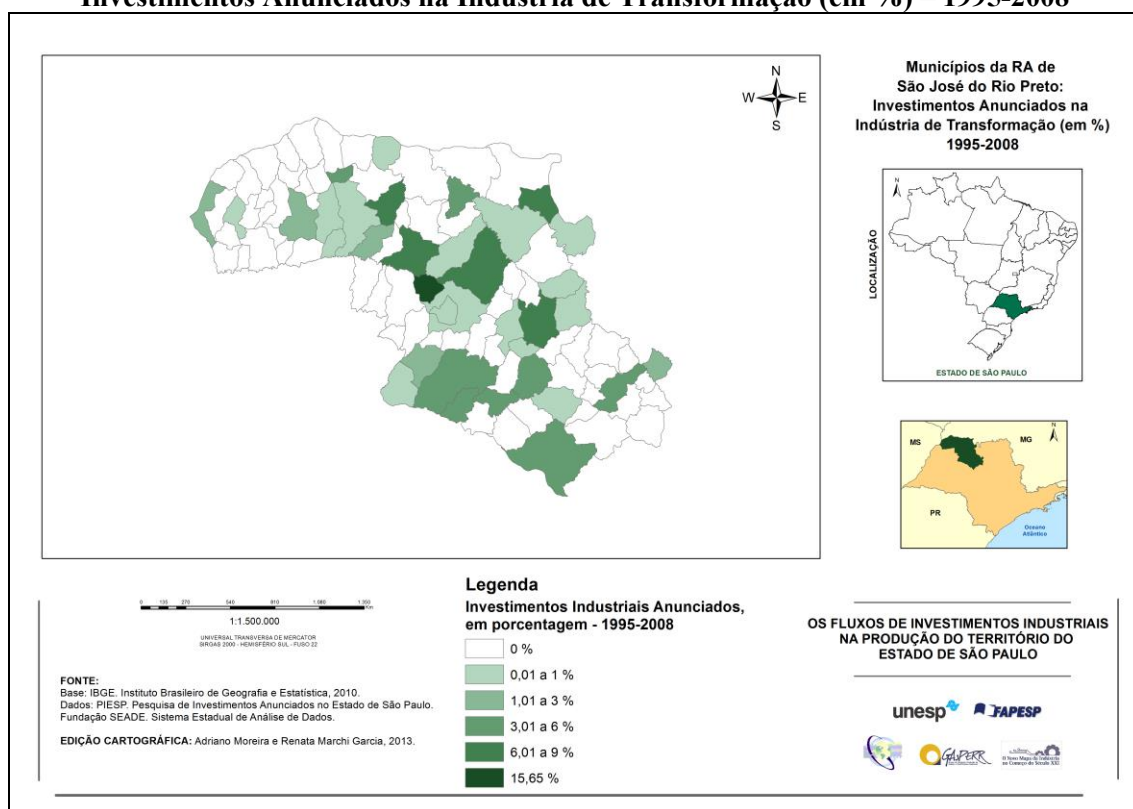
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,25	0,26	0,14	0,58	0,33	2,81	3,28	3,00	1,88	5,45	2,22
Capital Estrangeiro	-	0,03	0,01	-	0,05	-	0,04	8,51	2,54	8,27	0,24
Capital Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	0,18	0,10	0,08	0,17	0,56	4,83	6,53	12,18	20,90	6,68	2,94
Tipo Ampliação/Modernização	-	0,08	0,05	0,49	0,06	0,35	0,75	0,74	0,23	6,43	0,94
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	0,39	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Do ponto de vista da origem do capital, a maior participação foi dos capitais nacionais com aproximadamente US\$985 milhões (67,9% dos anúncios segundo a origem), os estrangeiros registraram quase US\$466 milhões (32,1%), já os capitais associados não anunciaram investimentos na RA. Os investimentos em implantação de novas plantas industriais foram superiores aos demais tipos, totalizando no período acima de US\$882 milhões na região (60,8%), para ampliação/modernização somaram pouco mais de US\$568 milhões (39,2%) e, por sua vez, apenas um anúncio na região destinou-se à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/processos, no valor de US\$200 mil (0,01%).

Segundo os ramos, houve forte concentração dos anúncios para a indústria de alimentos e bebidas (72,4% dos investimentos na região), além de eletricidade, gás e água quente (13,2%) e refino de petróleo e álcool (6,4%). O **mapa 15** apresenta a distribuição desses investimentos industriais na região.

**Mapa 15. Municípios da RA de São José do Rio Preto:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Na região um grande número de municípios atraiu investimentos no período, exatamente 35 dos 96 municípios que compõem a região, destacando sobretudo a participação de Sebastianópolis do Sul (15,6% do total regional), seguida de Orindiúva (8,6%), Votuporanga (8,5%), Pedranópolis (7,7%), São José do Rio Preto e Tanabi (6,3% cada). De certo modo, em virtude do município-sede da região, São José do Rio Preto, estar entre as localidades que mais captaram investimentos industriais na região, a seletividade espacial das intenções de produzir acompanhou a hierarquia das cidades.

Sebastianópolis do Sul captou US\$227 milhões concentrados principalmente no ramo de alimentos e bebidas (93,4%); Orindiúva com mais de US\$124 milhões em alimentos e bebidas; Votuporanga registrou US\$122 milhões sobretudo em eletricidade, gás e água quente (92,1%); Pedranópolis atraiu mais de US\$112 milhões exclusivamente na indústria de alimentos e bebidas; São José do Rio Preto captou quase US\$92 milhões distribuídos nos ramos de alimentos e bebidas (28,8%), móveis e indústrias diversas (24,2%) e produtos farmacêuticos (16,5%) e, por fim, Tanabi com quase US\$91 milhões destinados diretamente na indústria de alimentos e bebidas.

Na **tabela 21** estão presentes todas as empresas investidoras dos ramos selecionados que anunciaram intenções de produzir nos principais municípios da RA.

Tabela 21. RA São José do Rio Preto: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (n° de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA SÃO JOSÉ RIO PRETO				1450,83
Município Orindiúva				124,42
Usina Moema	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	124,42
Município Pedranópolis				112,48
Usina Cardoso / Açúcar Guarani	Alimentos e Bebidas	França	Implantação (1)	112,48
Município São José do Rio Preto				91,79
Arco-Íris	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	3,81
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	11,1
Frigwest	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,25
Juliana	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,04
Kaori	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,2
Kodilar	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1
Schincariol	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	1,14
Usina Monterrey / Usina Ruette	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	19,98
Município Sebastianópolis do Sul				227,02
Noble	Alimentos e Bebidas	China	Ampliação/Modern (1)	200
Usina Petribu Paulista	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (1)	27,02
Município Tanabi				90,76
Usina Tanabi / Açúcar Guarani	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	90,76
Município Votuporanga				122,67
Coacavo	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,64
Usina Noroeste Paulista	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	113,03
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				769,14
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				705,87

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

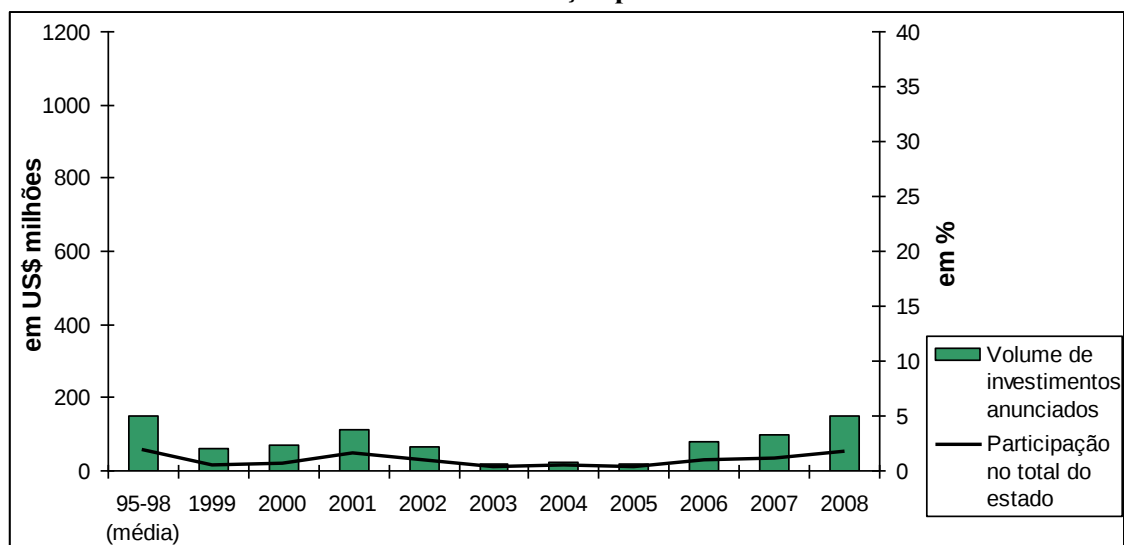
Os anúncios de investimentos dos ramos selecionados destinados aos seis municípios que mais captaram recursos regionais foram realizados por 15 empresas no total que, ao longo da série histórica, somaram quase US\$706 milhões, o que corresponde a 91,8% dos investimentos anunciados nesses municípios (ou 48,7% do total da RA). Um número de 13 empresas de alimentos e bebidas investiram juntas cerca de US\$582 milhões (82,4% dos anúncios), nenhum investimento foi anunciado no ramo automotivo nem no de refino de petróleo e álcool e, por fim, duas empresas de eletricidade, gás e água quente registram US\$706 milhões (17,6%).

Em relação ao volume de investimentos anunciados na região, destaque para a empresa chinesa do ramo de alimentos e bebidas Noble, localizada no município de Sebastianópolis do Sul, que anunciou uma quantia de US\$200 milhões na ampliação/modernização de sua capacidade produtiva. Duas empresas do ramo de alimentos e bebidas (com três investimentos anunciados cada) se destacaram na região em termos de número de anúncios de investimentos: no município de Orindiúva, a Usina Moema, de capital nacional, realizou três em ampliação/modernização que somados chegam a mais de US\$124 milhões; já no município de Sebastianópolis do Sul, a empresa brasileira Usina Petribu Paulista atingiu US\$27 milhões em dois anúncios em implantação e outro em ampliação/modernização.

3.10 Região Administrativa de Ribeirão Preto

A Região Administrativa de Ribeirão Preto teve investimentos anunciados em seu parque industrial que chegaram a cerca de US\$1,29 bilhões no período, o equivalente a 1,13% dos anúncios realizados no conjunto do estado, tornando, assim a décima região paulista no que se refere à atração de investimentos industriais.

Gráfico 12. RA de Ribeirão Preto: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

No **gráfico 12** podemos compreender o desenvolvimento das intenções de produção na região e verificar suas oscilações ao longo do tempo, assim a participação da região pode ser analisada segundo os indicadores territorial na **tabela 22**.

Tabela 22. Participação da RA de Ribeirão Preto nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

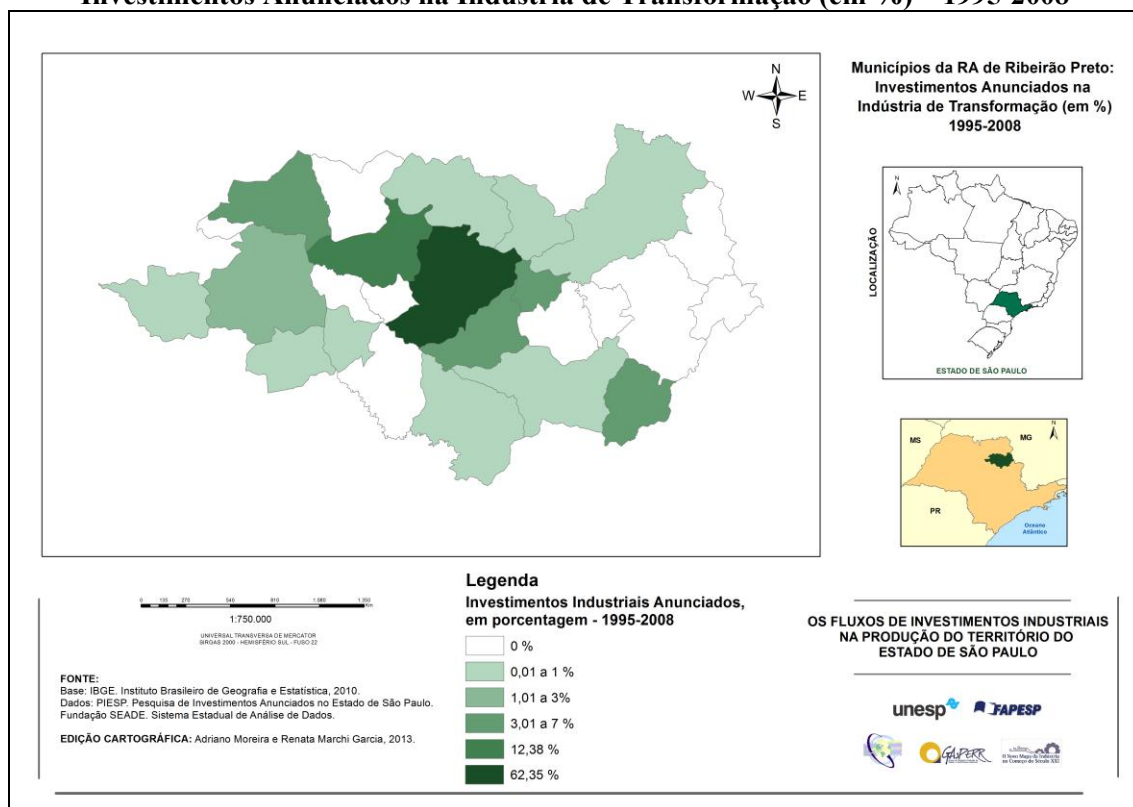
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	3,73	0,65	0,10	2,51	1,20	0,37	0,60	0,47	1,15	1,72	0,78
Capital Estrangeiro	0,38	0,33	0,94	0,44	0,33	0,08	-	0,20	0,17	-	2,11
Capital Associado	3,56	1,30	-	0,16	-	-	-	0,09	-	-	29,77
Tipo Implantação	2,90	0,63	0,02	0,60	0,74	0,06	1,25	0,34	0,33	0,05	5,79
Tipo Ampliação/Modernização	0,52	0,47	0,86	2,58	0,72	0,42	0,10	0,40	1,08	1,56	0,51
Tipo P&D	-	0,01	-	-	-	-	0,11	-	0,11	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Os capitais nacionais preponderaram na região, totalizando acima de US\$943 milhões (72,9% dos anúncios segundo a origem do capital), os estrangeiros somaram cerca de US\$259 milhões (20,1%) e os associados registraram aproximadamente US\$91 milhões (7%). Por outro lado, considerando o tipo de investimento, predominaram na região os investimentos em implantação que totalizaram aproximadamente US\$752 milhões (58,1% dos anúncios por tipo), já em ampliação/modernização somaram quase US\$525 milhões (40,6%) e para P&D o valor foi de apenas US\$590 mil (0,04%).

Os maiores volumes anunciados, segundo os ramos, foram das indústrias de alimentos e bebidas (15,2%), eletricidade, gás e água quente (14,7%), produtos químicos (13,8%), máquinas e equipamentos e produtos farmacêuticos (8,6% cada).

**Mapa 16. Municípios da RA de Ribeirão Preto:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Em 15 dos 25 municípios que compõem a região houve registro de investimentos industriais no período, com relevante polarização de Ribeirão Preto (62,3% dos anúncios), bem como também participou significativamente o município de Sertãozinho (12,4%). Fica claro que a seletividade espacial nas intenções de investir na região seguiu a hierarquia das cidades, em que o município-sede Ribeirão Preto predominou na região na atração desses capitais industriais.

O município de Ribeirão Preto recebeu acima de US\$806 milhões direcionados sobretudo aos ramos da construção (53,5%) e alimentos e bebidas (18%); por sua vez, Sertãozinho atraiu US\$160 milhões distribuídos principalmente nas indústrias de eletricidade, gás e água quente (30,5%), alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos (19,4% ambas). Esses dois municípios captaram investimentos de relevantes empresas dos ramos selecionados para análise, conforme mostra a **tabela 23** a seguir.

Tabela 23. RA Ribeirão Preto: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA RIBEIRÃO PRETO				1293,21
Município Ribeirão Preto				806,35
Ambev	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,03
Antártica Níger	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	30
Apis Flora	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,99
Bebidas Record	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,24
Brandy	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,53
Cervejaria Colorado	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	0,2
Coca-Cola / Cia. de Bebidas Ipiranga	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (6)	26,48
Coca-Cola	Alimentos e Bebidas	EUA/Brasil	Ampliação/Modern (1)	38
Coonai	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	10,17
Cory	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	3,5
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil/EUA/Inglaterra	Ampliação/Modern (1)	1,27
Fri-Ribe	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	1,5
Kaiser / Molson	Alimentos e Bebidas	Canadá	Ampliação/Modern (2)	10,03
Leite Nilza	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	4,25
Purina Alimentos	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	20
Pierp / Usina Santa Lídia	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	26,18
Santa Helena	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,27
Termelétrica Pierte / J. Malucelli Energia	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	7,35
Usina Mandu	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,98
Município Sertãozinho				160,08
Amyris-Crystalsev	Refino de Petróleo e Álcool	EUA/Brasil	Implantação (1)	35
Companhia Albertina	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	8
Companhia Energética Santa Eliza	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (3)	6,27
Grupo Balbo	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	7,75
Usina Santa Eliza	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (3)	39,85
Usina Santo Antonio / Grupo Cosan	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	8,62
Usina São Francisco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	9,51
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				966,43
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				296,97

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

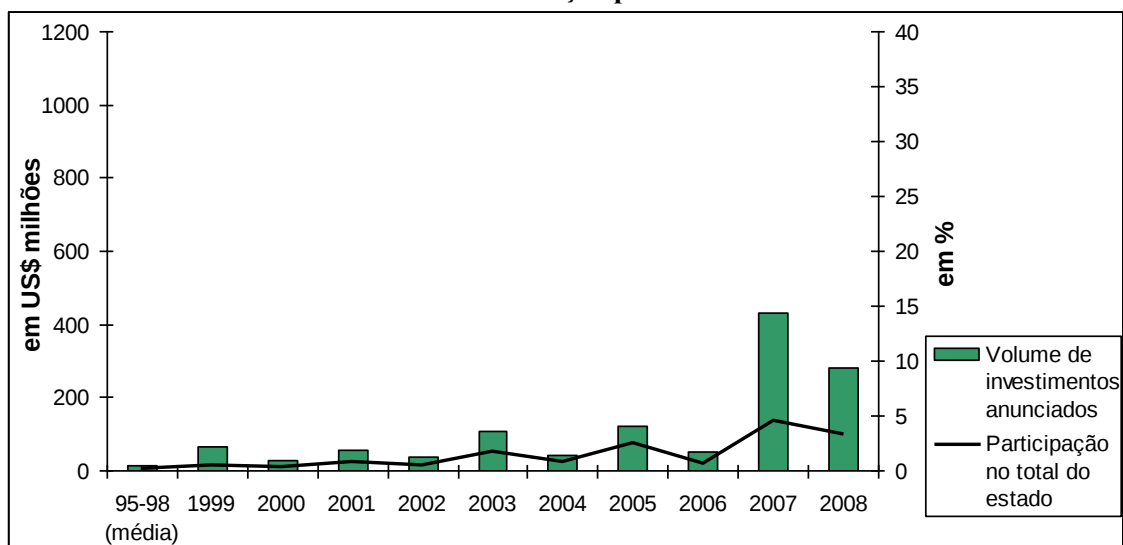
No que diz respeito aos investimentos dos ramos industriais nesses dois principais municípios da região, 26 empresas anunciaram intenções de produção que totalizaram quase US\$297 milhões, o que representa 30,7% dos investimentos anunciados nessas localidades (ou 23% dos anúncios em toda região). No ramo de alimentos e bebidas, 20 empresas somaram US\$193 milhões (65% do total), já no ramo automotivo somente uma empresa investiu a quantia de US\$530 mil (0,18%). Por outro lado, duas empresas de refino de petróleo e álcool e três de eletricidade, gás e água quente registraram anúncios, respectivamente US\$36 milhões (12,1%) e US\$67 milhões (22,7%).

A empresa que anunciou os maiores volumes de investimentos produtivos foi a brasileira do ramo de eletricidade, gás e água quente Usina Santa Eliza, localizada no município de Sertãozinho, em um montante de cerca de US\$39,9 milhões distribuídos em quatro anúncios de ampliação/modernização. Já em relação à quantidade de registro de anúncios, destaque para a empresa nacional de alimentos e bebidas Coca-Cola/Companhia de Bebidas Ipiranga, localizada em Ribeirão Preto, que investiu aproximadamente US\$26,5 milhões por meio de seis anúncios de ampliação/modernização de sua capacidade produtiva.

3.11 Região Administrativa de Marília

Em relação à atração de investimentos industriais nas diferentes regiões do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Marília foi a décima primeira captando quase US\$1,28 milhões, o que representa 1,11% das intenções de produção no estado por parte dos capitais industriais.

Gráfico 13. RA de Marília: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A participação da região em relação ao conjunto do estado está no **gráfico 13** acima, em que se nota a variação ao longo dos anos, caracterizado por quedas e aumentos nas intenções de produzir, como também é possível observar partindo dos indicadores territoriais da **tabela 24**.

Tabela 24. Participação da RA de Marília nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,40	1,91	0,59	1,36	0,52	0,93	1,20	3,69	0,78	3,87	5,54
Capital Estrangeiro	-	0,01	-	-	0,56	0,01	-	-	-	-	-
Capital Associado	-	0,01	-	-	-	53,73	-	-	-	84,82	-
Tipo Implantação	0,27	0,55	0,37	0,89	0,56	4,21	2,22	2,93	-	10,95	2,96
Tipo Ampliação/Modernização	0,03	0,65	0,20	0,51	0,55	0,14	0,30	2,10	0,74	1,56	3,34
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	0,59	6,90	-	-	-

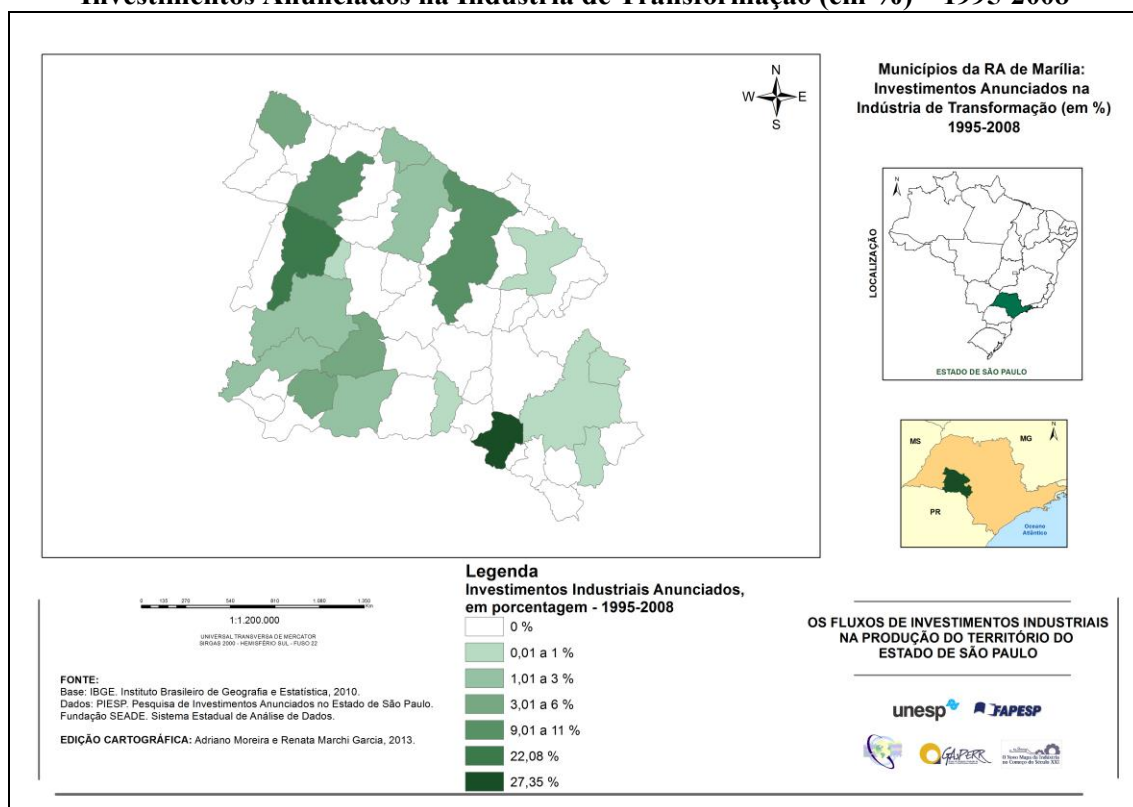
Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A grande maioria dos investimentos, considerando a origem do capital, foi realizada por capitais nacionais, num total de aproximadamente US\$987 milhões (77,3% dos capitais), seguido dos capitais associados com US\$276 milhões (21,6%) e estrangeiros que registraram quase US\$14 milhões (1,1%). Por sua vez, segundo o tipo, os investimentos para implantação tiveram predomínio atingindo o valor de cerca de

US\$728 milhões (57% da RA), já em ampliação/modernização somaram aproximadamente US\$544 milhões (42,6%) e P&D totalizaram US\$4,3 milhões (0,4%).

Levando em conta os ramos industriais, a maioria dos anúncios foi da indústria de alimentos e bebidas (53,3% do total), com participações importantes também de refino de petróleo e álcool (17,2%), eletricidade, gás e água quente (10,2%) e produtos farmacêuticos (7,5%).

**Mapa 17. Municípios da RA de Marília:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Formada por 51 municípios, a região no período atraiu investimentos em 18 deles, porém, a maior parte dos anúncios se concentrou em apenas quatro: Ourinhos foi o mais atrativo (27,3% do total regional), em seguida Quatá (22,1%), Marília (10,3%) e Tupã (9,4%). Em razão do município-sede da região, Marília, estar entre as localidades que mais receberam intenções de investir na região, de certo modo, a posição hierárquica das cidades condicionou a seletividade espacial dos investimentos industriais anunciados na região.

O município de Ourinhos atingiu no período o valor de US\$349 milhões anunciados sobretudo pelas indústrias de refino de petróleo e álcool (60,7%) e

eletricidade, gás e água quente (22,2%); Quatá teve aproximadamente US\$282 milhões distribuídos pelos ramos de alimentos e bebidas (67%) e produtos farmacêuticos (33%); Marília atraiu US\$131 milhões concentrados principalmente na indústria de alimentos e bebidas (87%) e; finalmente, Tupã atraiu aproximadamente US\$ 120 milhões sobretudo em alimentos e bebidas (97,5%).

A **tabela 25** traz as informações de todas as empresas dos ramos selecionados que anunciaram investimentos nos principais municípios da região em atração de capitais industriais.

Tabela 25. RA Marília: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA MARÍLIA				1276,69
Município Quatá				281,92
Açucareira Quatá	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	80,75
Grupo Zilor	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	108,11
Município Marília				131,24
Bel	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	7,28
Biscoitos Xereta	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	3,34
Bovimex	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,53
Coca-Cola	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação/Modern (1)	20,68
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	8,08
Day by Day	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,07
Dori	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (4)	16,75
Hikari	Alimentos e Bebidas	Suiça	Implantação (1)	0,56
Marilan	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (4)	11,4
Mega Remi	Automotivo	Brasil	Implantação (1)	0,07
Nestlé	Alimentos e Bebidas	Suiça	Ampliação/Modern (1)	12,53
Rio Branco Cervejaria	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,28
Spaipa	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (4)	32
Yoki	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	8,81
Município Ourinhos				349,23

Ceval	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	10,5
Naturoil	Refino de Petróleo e Alcool	Espanha/Brasil	Implantação (1)	211,87
OESA	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (1)	31,09
Usina Hidrelétrica Ourinhos	Elettricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Implantação (2)	46,4
Usina São Luiz	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (2) e Ampl/Moder (1)	1,07
Município Tupã				119,66
Amenco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,17
Amendupã	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,32
Camap	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,35
Clealco	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (2)	110,35
Fecularia Salto Pilão	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	1
Frigo Estrela	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	2,72
Granol	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,84
Pilão Amidos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,65
Torrefação Vellini	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,16
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				882,05
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				728,73

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

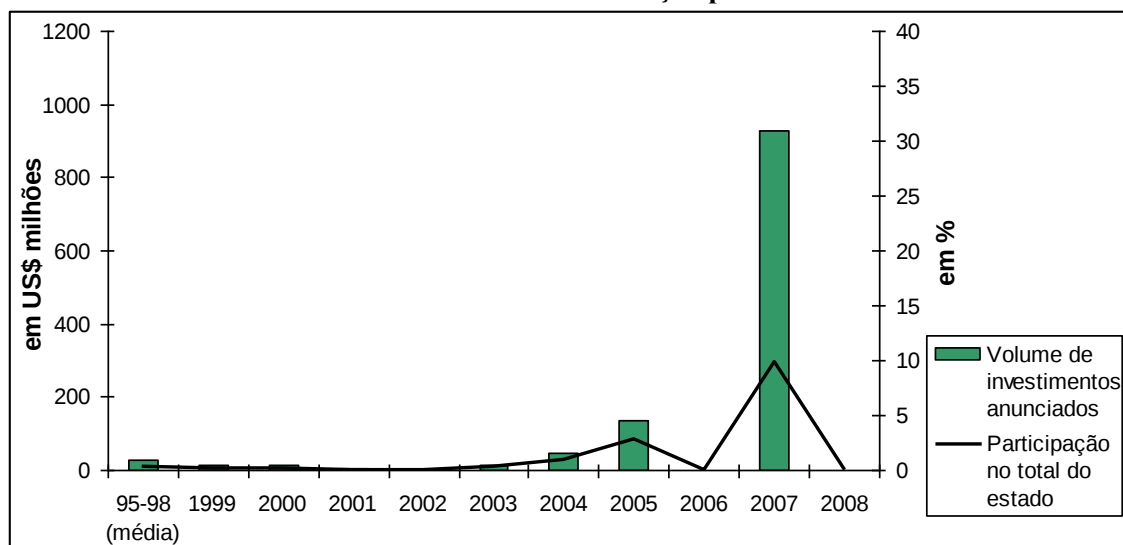
Nos quatro municípios que mais captaram investimentos industriais, 30 empresas dos principais ramos registraram intenções de produção, num total de cerca de US\$729 bilhões, o que dá 82,6% dos anúncios nessas localidades (ou 57,1% dos investimentos regionais). Um total de 25 empresas do ramo de alimentos e bebidas investiram a soma de US\$431 milhões (59,2% do total), uma empresa automotiva anunciou uma quantia de US\$70 mil (0,01%), também apenas uma de refino de petróleo e álcool registrou US\$211,9 milhões (29,1%) e, por fim, três empresas de eletricidade, gás e água quente totalizaram quase US\$85,6 bilhões (11,7%).

Tomando como referência o número de investimentos anunciados, a empresa brasileira de alimentos e bebidas Dori registrou mais de US\$16,7 milhões, divididos em dois anúncios para implantação e quatro para ampliação/modernização da capacidade produtiva de sua planta em Marília. Por sua vez, considerando o volume de investimentos, destaque para a empresa de refino de petróleo e álcool Naturoil, de capital associado entre Espanha e Brasil, que anunciou um investimento de US\$211,9 milhões em implantação no município de Ourinhos.

3.12 Região Administrativa de Presidente Prudente

A décima segunda região paulista no que se refere à atração de investimentos industriais foi a Região Administrativa de Presidente Prudente, captando anúncios que chegaram ao valor de US\$1,27 bilhões no período, o que representa 1,1% do total de investimentos anunciados na indústria do Estado de São Paulo.

Gráfico 14. RA de Presidente Prudente: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A pequena participação da região pode ser vista no **gráfico 14** acima, em que se ganha relativo destaque somente no final da série histórica ao alcançar aproximadamente 10% de participação estadual em 2007, como pode ser analisado também partindo dos indicadores territoriais na **tabela 26**.

Tabela 26. Participação da RA de Presidente Prudente nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

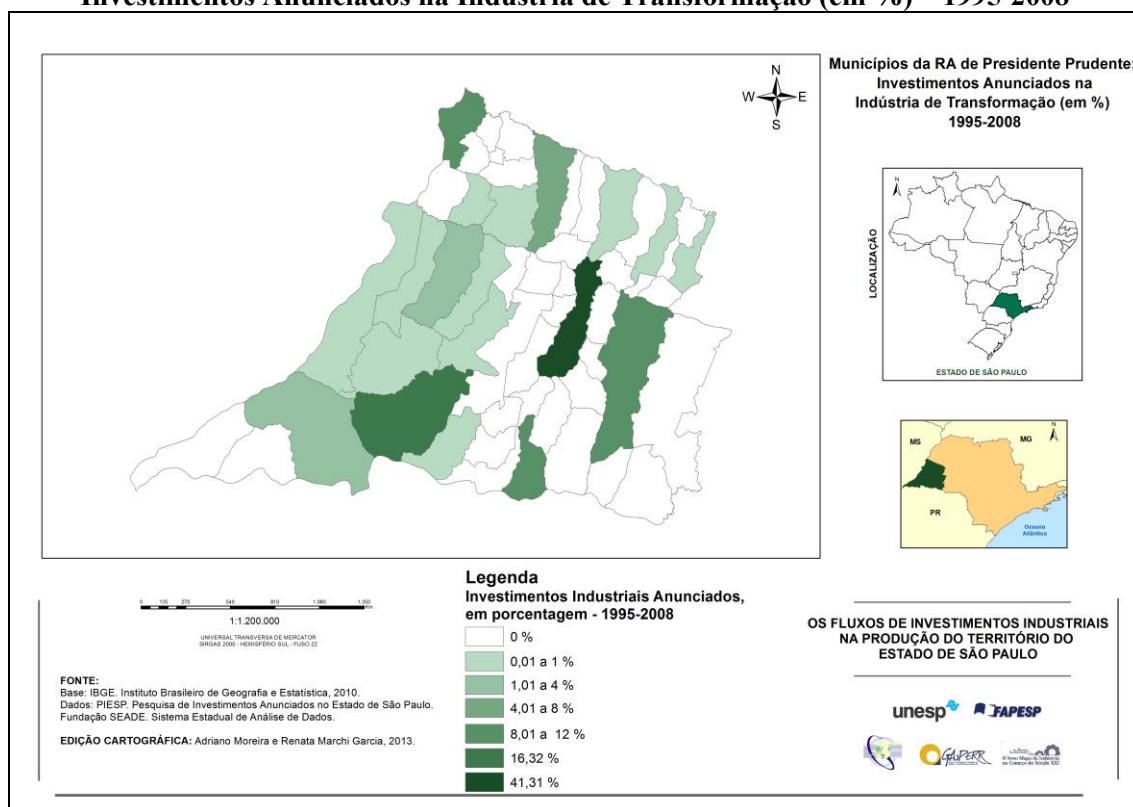
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,30	0,18	0,31	0,07	0,02	0,33	1,32	4,17	0,00	10,32	-
Capital Estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,67	-
Capital Associado	6,10	0,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	0,58	0,24	0,27	0,06	0,00	0,25	1,13	7,20	0,02	18,52	-
Tipo Ampliação/Modernização	-	0,01	0,07	-	0,02	0,24	0,85	0,48	-	5,83	-
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Percebe-se que a maior parte dos investimentos anunciados, segundo a origem do capital, foi realizada por capitais nacionais, num montante total de US\$854 milhões (67,3% dos capitais), seguidos pelos estrangeiros com US\$340 milhões (26,8%) e associados com US\$75 milhões (5,9%). Por sua vez, segundo o tipo, houve predominância dos investimentos para implantação que chegaram a US\$846 milhões (66,7% dos anúncios por tipo), para ampliação/modernização registraram US\$423 milhões (33,3%) e não houve nenhum anúncio em pesquisa e desenvolvimento na região na série histórica analisada.

Segundo os ramos, na região a maioria dos investimentos foi anunciada por apenas duas indústrias: a principal foi alimentos e bebidas (61,3% de participação na RA), juntamente com refino de petróleo e álcool (27,9%).

**Mapa 18. Municípios da RA de Presidente Prudente:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Um número de 19 municípios da região, que é composta por 53, atraíram investimentos no período, com destaque sobretudo para a polarização de Presidente Prudente (41,3% dos anúncios regionais) e para as participações de Mirante do Paranapanema (16,3%), Paulicéia (11,9%), Martinópolis (9,9%) e Narandiba (9,7%). É

possível notar que a seletividade espacial nas intenções de investir acompanhou a hierarquia das cidades, posto que o município-sede da região, Presidente Prudente, recebeu os maiores volumes de investimentos industriais.

O município de Presidente Prudente atraiu acima de US\$524 milhões destinados sobretudo aos ramos de refino de petróleo e álcool (64,8%), couro e calçados (9,6%) e alimentos e bebidas (9,2%); Mirante do Paranapanema captou US\$207 milhões exclusivamente na indústria de alimentos e bebidas; Paulicéia recebeu mais de US\$151 milhões diretamente em alimentos e bebidas; Martinópolis somou cerca de US\$126 milhões anunciados também na indústria alimentícia e de bebidas e; Narandiba teve US\$123 milhões concentrados no ramo de alimentos e bebidas.

Todas as empresas dos quatro principais ramos industriais, conforme as categorias de uso, que fizeram anúncios de investimentos nos municípios em destaque da região, ao longo do período em análise, encontram-se na **tabela 27**.

Tabela 27. RA Presidente Prudente: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA PRESIDENTE PRUDENTE				1269,18
Município Martinópolis				126,19
Usina Atena	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	126,19
Município Mirante do Paranapanema				207,09
EHT Bioenergia / Odebrecht	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	207,09
Município Narandiba				123,19
Cocal	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	121,19
Companhia Albertina	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	2
Município Paulicéia				151,42
Usina Futura	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	151,42
Município Presidente Prudente				524,35
Coolvap	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	5,26
Destilaria Paranapanema / Grupo Albertina	Refino de Petróleo e Álcool	Brasil/Noruega	Ampliação/Modern (1)	340
Dioh Alimentos	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,12
Premix	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) Ampl/Moder (1)	1,84

Prudenfrigo	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,2
Caiuá / Grupo Rede	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,52
Amidoeste	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	0,6
Bom Mart Prudente	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,18
Bebidas Asteca	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,01
Usina Alta Floresta	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	40
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				1132,24
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				996,62

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

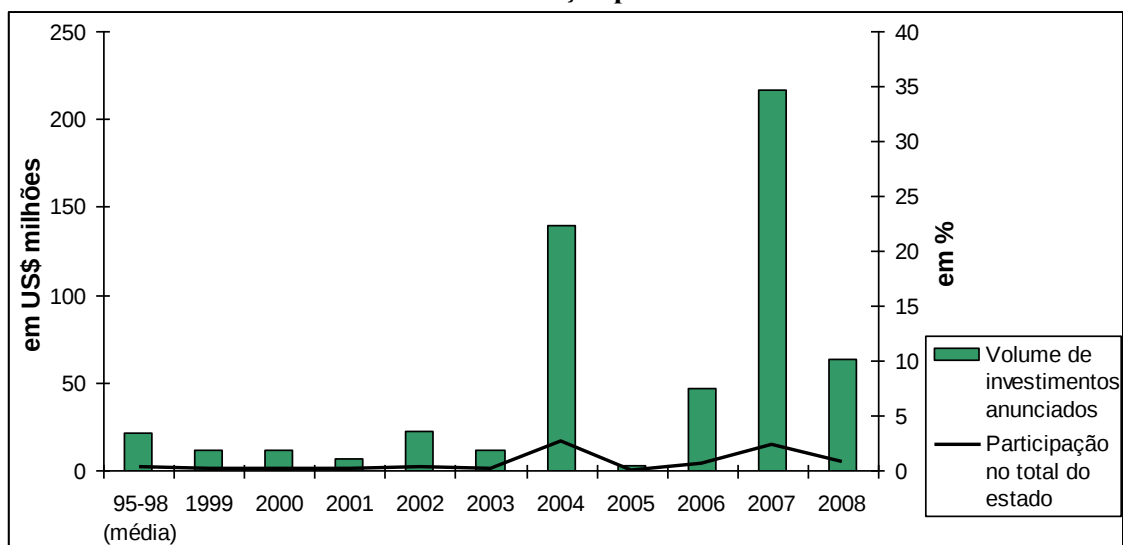
Tomando como base os ramos industriais que mais registraram investimentos anunciados, observa-se que 15 empresas anunciaram investimentos produtivos nos principais municípios da região ao longo da série histórica, em um montante próximo a US\$997 milhões, o que representa 88% dos investimentos industriais captados por esses cinco municípios (ou 78,5% do total investido na RA). Na indústria alimentícia e de bebidas, 13 empresas investiram uma soma conjunta superior a US\$656 milhões (65,8% do total), nenhum investimento foi anunciado na indústria automotiva e, por fim, houve anúncio de uma empresa de refino de petróleo e álcool e de uma de eletricidade, gás e água quente, com um montante de US\$340 milhões (34,1%) e US\$520 mil (0,05%), respectivamente.

Destaque para a empresa de capital associado (Noruega e Brasil) de refino de petróleo e álcool Destilaria Paranapanema/Grupo Albertina que anunciou o maior volume de investimentos produtivos na região, num montante de US\$340 milhões em ampliação/modernização de sua capacidade produtiva no município de Presidente Prudente. Em termos de número de anúncios registrados, a empresa que mais investiu na região foi nacional de alimentos e bebidas Premix, localizada também em Presidente Prudente, num total acima de US\$1,8 milhões em um anúncio de implantação e outro em ampliação/modernização.

3.13 Região Administrativa de Franca

A décima terceira região em atração de investimentos industriais foi a Região Administrativa de Franca, que captou mais de US\$622 milhões no período, o que dá 0,54% de participação nas intenções de produção da indústria paulista.

Gráfico 15. RA de Franca: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

O **gráfico 15** informa a pequena presença da RA na dinâmica dos investimentos na indústria de transformação paulista, e a **tabela 28** traz esses movimentos na perspectiva dos indicadores territoriais.

Tabela 28. Participação da RA de Franca nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

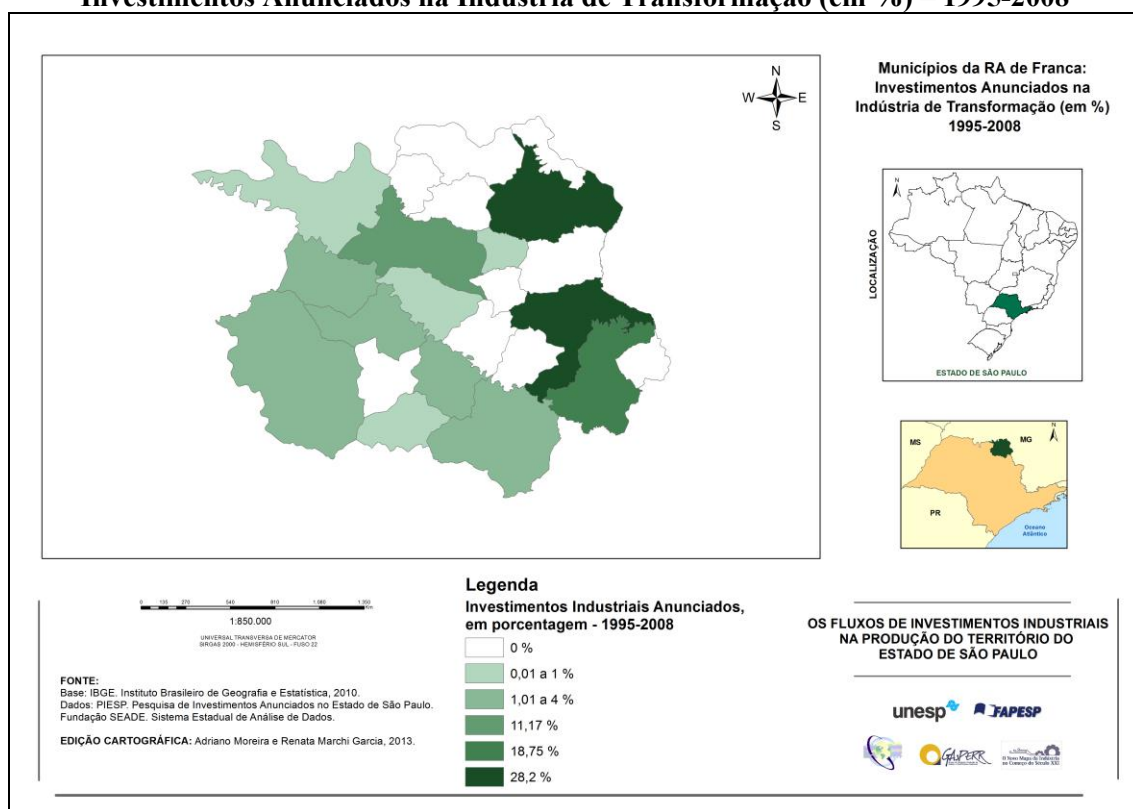
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,67	0,16	0,20	0,16	0,48	0,25	3,79	0,08	0,04	3,63	0,04
Capital Estrangeiro	-	0,09	0,03	-	-	-	-	-	3,48	0,27	1,76
Capital Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	0,35	0,08	0,07	0,01	0,48	-	0,81	0,16	-	0,09	3,12
Tipo Ampliação/Modernização	0,17	0,15	0,12	0,01	0,24	0,29	3,35	-	0,67	3,47	0,03
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Considerando a origem do capital, houve predomínio dos investimentos nacionais que anunciaram aproximadamente US\$498 milhões (80% dos capitais), sendo que os estrangeiros registraram US\$124 milhões (20%), e não houve anúncio por parte dos capitais associados. Já em relação ao tipo, foram os investimentos em ampliação/modernização que preponderaram, totalizando quase US\$455 milhões (73,1%), seguidos dos anúncios em implantação que somaram acima de US\$161 milhões (25,9%), já em P&D não houve registro no período.

Na perspectiva dos ramos, os maiores volumes anunciados foram de eletricidade, gás e água quente (28,4% do total regional), seguido de alimentos e bebidas (28,2%), captação, tratamento e distribuição de água (25,7%) e produtos químicos (12%).

**Mapa 19. Municípios da RA de Franca:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



No período, 13 dos 23 municípios que se inserem na região atraíram anúncios de produção na indústria, com destaque para Franca e Pedregulho (cada um com 28,2% de participação), bem como Patrocínio Paulista (18,7%) e Ituverava (11,2%). Observa-se que a seletividade espacial dos investimentos industriais anunciados na região seguiu a hierarquia das cidades, haja vista que o município-sede Franca se destacou na atração desses capitais industriais.

Franca recebeu mais de US\$175 milhões principalmente para captação, distribuição e tratamento de água (83,8%); Pedregulho teve mais de US\$175 milhões anunciados sobretudo em eletricidade, gás e água quente (94,3%); Patrocínio Paulista atraiu quase US\$117 milhões sobretudo na indústria de alimentos e bebidas (92,9%) e;

finalmente, Ituverava recebeu mais de US\$69 milhões principalmente para a fabricação de produtos químicos (88,9%).

A **tabela 29** a seguir elenca todas as empresas dos quatro ramos selecionados que investiram nos principais municípios da região.

Tabela 29. RA Franca: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (n° de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA FRANCA				622,02
Município Franca				175,52
CPFL	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	3,11
Laticínios Jussara	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	9,15
Município Ituverava				69,47
Município Patrocínio Paulista				116,65
Cargill / Usina Cevasa	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (2)	102,64
Coonai	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,17
Laticínios Jussara	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (2)	12,08
Premix	Alimentos e Bebidas	Brasil	Impl. (1) e Ampl/Moder (1)	0,36
Sagatiba	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	1,32
Município Pedregulho				175,09
Furnas	Eletricidade, Gás e Água Quente	Brasil	Ampliação/Modern (2)	165,17
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				536,73
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				294,17

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Nesses quatro municípios que mais captaram investimentos produtivos na região, têm-se o registro de apenas 9 empresas que anunciaram intenções de investir nos ramos selecionados, chegando a um montante de US\$294 milhões, o que caracteriza 54,8% dos investimentos realizados nos municípios em destaque (ou 47,3% dos anúncios registrados em toda RA). Um total de 7 empresas do ramo de alimentos e bebidas anunciou cerca de US\$126 milhões (42,8% dos anúncios), nenhum anúncio foi

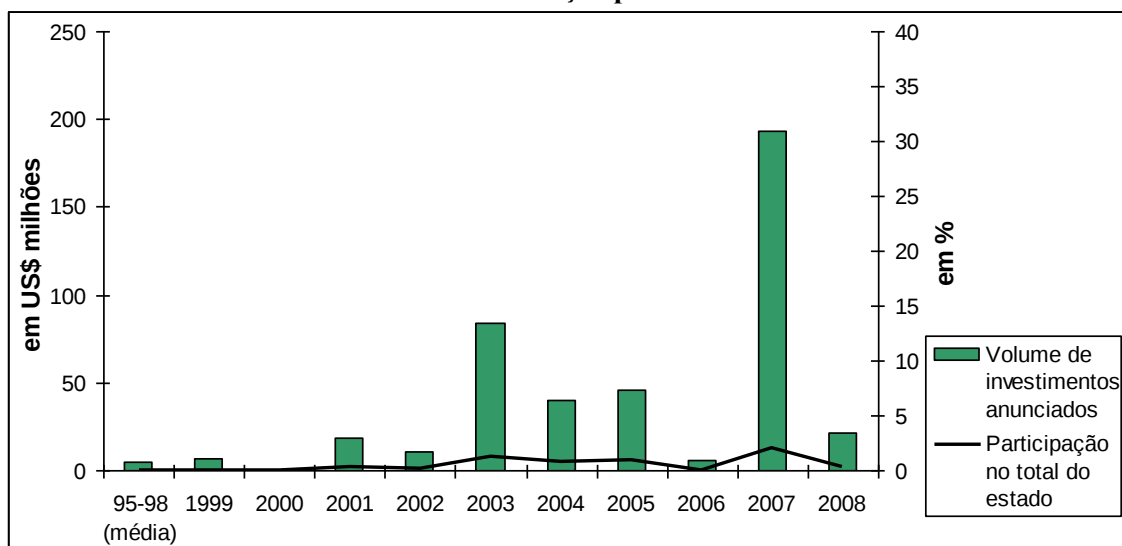
feito por empresas automotivas e de refino de petróleo e álcool e, por fim, duas empresas de eletricidade, gás e água quente somaram mais de US\$168 milhões (57,2%).

Em relação ao número de investimentos anunciados, a empresa nacional do ramo de alimentos e bebidas Cargill/Usina Cevasa, localizada no município de Patrocínio Paulista, registrou quase US\$103 milhões, divididos em um anúncio de implantação e outros dois para ampliação/modernização da capacidade produtiva. Por sua vez, acerca do volume de investimentos, destaque para a empresa nacional de eletricidade, gás e água quente Furnas, localizada em Pedregulho, que anunciou dois investimentos em ampliação/modernização de sua capacidade produtiva, num montante superior a US\$165 milhões.

3.14 Região Administrativa de Barretos

A Região Administrativa de Barretos foi a décima quarta (penúltima) em atração de investimentos industriais, captando aproximadamente US\$448 milhões no período, o que caracteriza 0,39% dos anúncios destinados à indústria paulista.

Gráfico 16. RA de Barretos: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

A participação e a dinâmica dos investimentos na RA de Barretos na série histórica está ilustrada no **gráfico 5**, marcadas por variações ao longo dos anos, que estão apresentadas também na **tabela 30** pelos indicadores territoriais.

Tabela 30. Participação da RA de Barretos nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

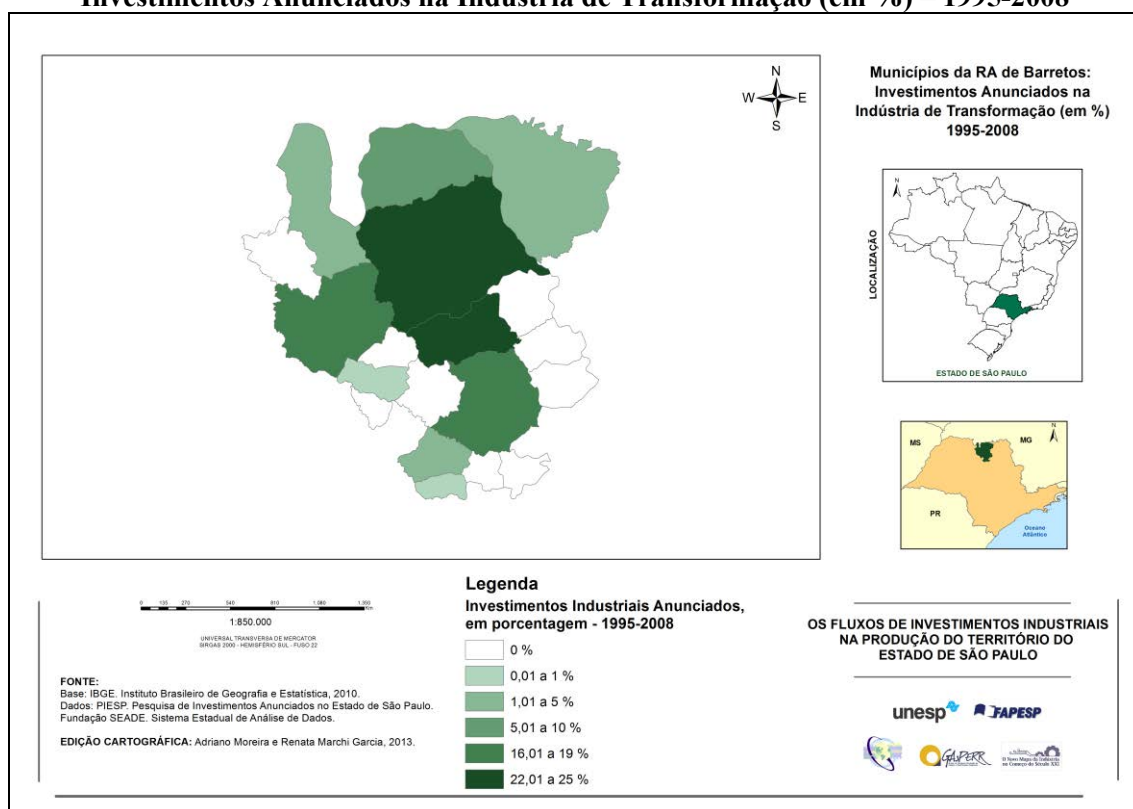
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,16	0,20	-	0,28	0,23	1,28	0,44	1,41	0,09	-	0,02
Capital Estrangeiro	-	-	-	0,27	-	1,43	1,42	-	-	4,65	-
Capital Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,01	17,01
Tipo Implantação	0,10	0,06	-	0,05	0,42	2,47	-	2,63	-	0,98	1,01
Tipo Ampliação/Modernização	0,02	0,06	-	0,48	-	0,60	1,04	0,06	0,08	2,65	0,02
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Segundo a origem do capital, o predomínio foi dos capitais estrangeiros que anunciaram US\$219 milhões (48,9% dos capitais na RA), seguido dos nacionais que registraram US\$179 milhões (39,9%) e dos associados com US\$50 milhões (11,2%). Por sua vez, do ponto de vista dos tipos de investimentos, para ampliação/modernização foram preponderaram num total de quase US\$259 milhões (57,8%), já para implantação anunciaram US\$189 milhões (42,2%) e em P&D não houve anúncios.

Os maiores volumes de investimentos, segundo os ramos industriais, foram na indústria de alimentos e bebidas (87,2% dos anúncios regionais), além de eletricidade, gás e água quente (7%).

**Mapa 20. Municípios da RA de Barretos:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Em 10 dos 19 municípios da região houve registro de anúncios na indústria de transformação, sendo que as principais participações foram de Colina (24,4% da RA), Barretos (22,6%) e Olímpia (16,9%). De certo modo, a seletividade espacial das decisões locais de investimentos acompanhou a hierarquia das cidades, posto que o município-sede, Barretos, recebeu relevantes investimentos industriais, num montante inferior somente ao município de Colina.

Colina teve mais de US\$109 milhões investidos diretamente na indústria de alimentos e bebidas; Barretos captou acima de US\$101 milhões principalmente para o ramo de alimentos e bebidas (87,2%); e Olímpia com aproximadamente US\$76 milhões distribuídos pelos ramos de alimentos e bebidas (63%), eletricidade, gás e água quente (20,5%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (16,5%).

Na **tabela 31** a seguir encontram-se as informações de todas as empresas que investiram nesses municípios em destaque, levando em consideração aqueles quatro ramos industriais mais expressivos conforme as categorias de uso.

Tabela 31. RA Barretos: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA BARRETOS				447,79
Município Barretos				101,04
BF Produtos Alimentícios	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,05
Cia do Sal	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,13
Frigorífico Minerva / Dawn Farm Foods	Alimentos e Bebidas	Brasil / Irlanda	Implantação (2)	50
Jack Links	Alimentos e Bebidas	EUA	Implantação (1)	3
Swift / Grupo JBS	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	1,2
Usina Santa Elisa	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	33,74
Município Colina				109,27
Companhia Energética São José	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	20,85
Usina São José / Grupo Tereos	Alimentos e Bebidas	França	Ampliação/Modern (1)	88,42
Município Olímpia				75,63
Açúcar Guarani / Usina Cruz Alta	Alimentos e Bebidas	França	Impl. (1) e Ampl/Moder (5)	63,13
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				285,94
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				260,52

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

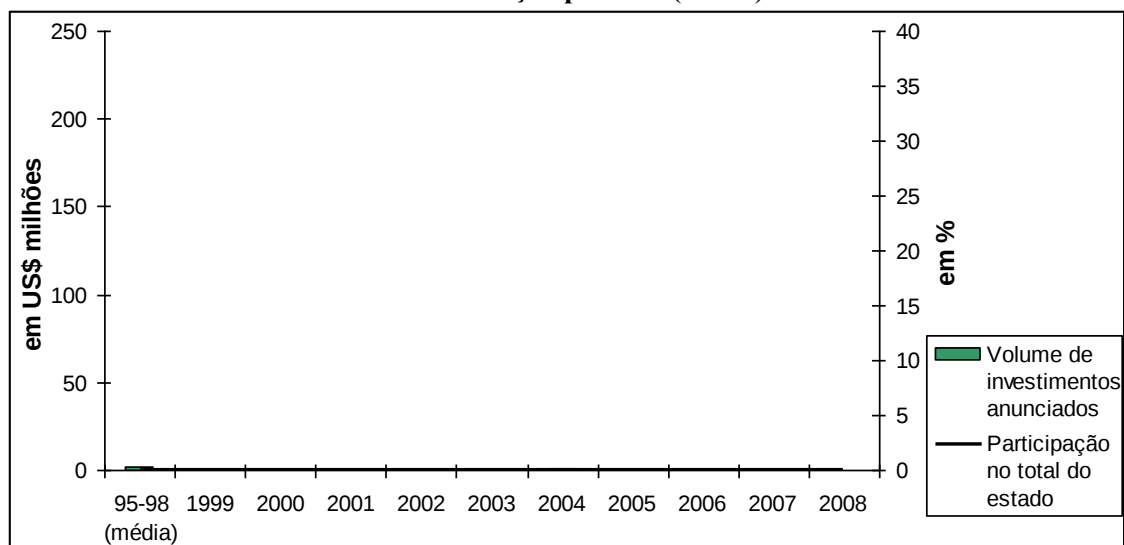
Os investimentos industriais destinados aos três municípios que mais captaram recursos regionais foram realizados por apenas 9 empresas no total que, ao longo da série histórica, somaram mais de US\$260,5 milhões, o que corresponde a 91,1% dos anúncios nesses municípios (ou 58,2% do total da região).

Todo esse montante foi registrado particularmente por distintas empresas do ramo de alimentos e bebidas, com destaque por um lado, do ponto de vista do número de anúncios registrados, para empresa francesa Usina Cruz Alta/Açúcar Guarani, que investiu US\$63,1 milhões distribuídos em um anúncio de implantação e cinco de ampliação/modernização; por outro lado, em relação ao número volume de capitais, a principal empresa foi a francesa Usina São José/Grupo Tereos, em um anúncio para ampliação/modernização no valor de US\$88,4 milhões.

3.15 Região Administrativa de Registro

Por fim, a décima quinta (última) região paulista na captação dos anúncios de investimentos industriais foi a Região Administrativa de Registro, que atraiu em seu parque industrial somente US\$8,3 milhões no período, configurando 0,01% das intenções de investir na indústria paulista.

Gráfico 17. RA de Registro: Participação e volume de investimentos anunciados na indústria de transformação paulista (em %) – 1995-2008



Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Como se vê no **gráfico 17**, a RA de Registro é a menos atrativa para os capitais industriais, por outro lado, os poucos investimentos realizados no período podem ser analisado partindo dos indicadores territoriais na **tabela 32**.

Tabela 32. Participação da RA de Registro nos investimentos anunciados na indústria de transformação paulista, segundo a origem do capital e o tipo de investimento (em %) – 1995-2008

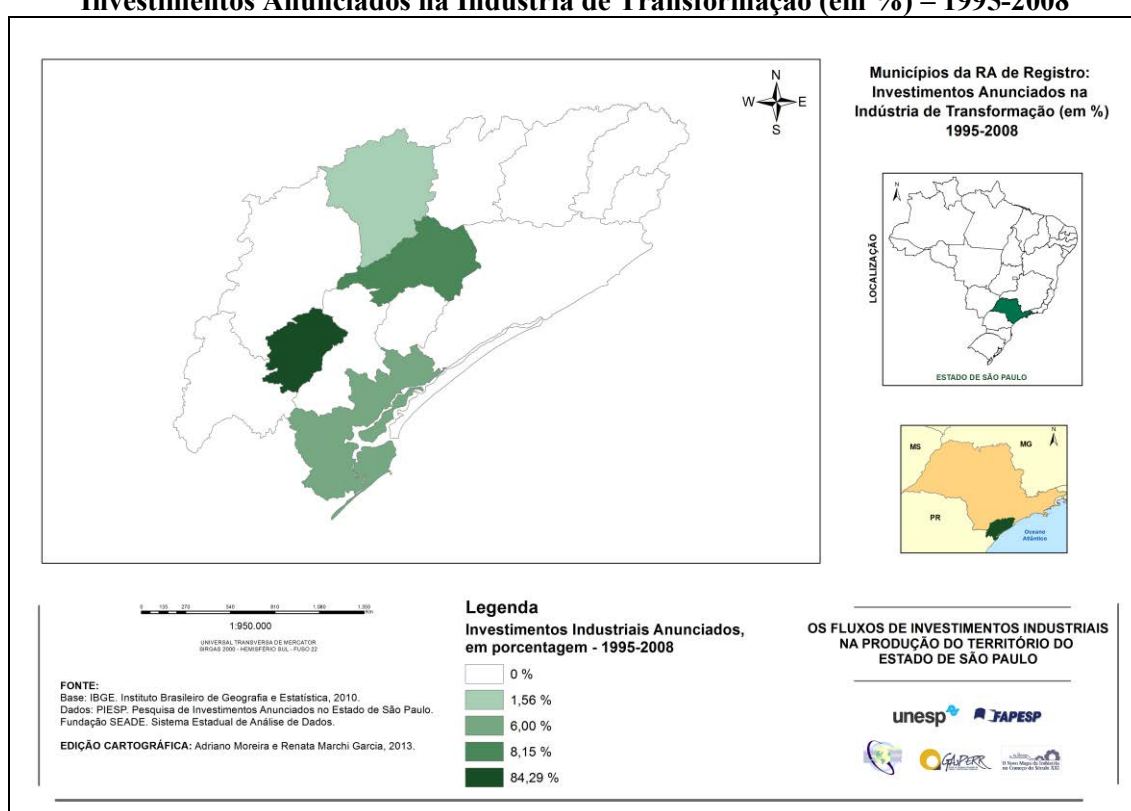
Indicador	95-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Nacional	0,06	-	-	0,01	-	-	0,01	0,01	-	-	-
Capital Estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo Implantação	0,04	-	-	0,01	-	-	0,04	0,01	-	-	-
Tipo Ampliação/Modernização	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEADE/PIESP. Org.: Adriano Moreira.

Na perspectiva da origem do capital, todos os investimentos anunciados na região foram realizados por capitais nacionais. Já em relação ao tipo, os investimentos em implantação foram mais significativos, num total de US\$7,8 milhões (96%), para ampliação/modernização anunciaram US\$500 mil (4%) e não houve registro de anúncios em pesquisa e desenvolvimento.

Do ponto de vista dos ramos, somente duas indústrias anunciaram investimentos no período: alimentos e bebidas (96% dos anúncios na região) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (4%).

**Mapa 21. Municípios da RA de Registro:
Investimentos Anunciados na Indústria de Transformação (em %) – 1995-2008**



Dos 14 municípios da região, em apenas 4 se localizaram os investimentos na indústria, concentrados principalmente no município de Cajati (84,3% da RA), além de Registro (8,1%), Cananéia (6%) e Sete Barras (1,6%). Como Cajati foi bem superior em termos de volumes de investimentos registrados do que Registro, o município-sede da região, as seletivas escolhas de localização dos anúncios produtivos não acompanharam a hierarquia das cidades da região.

Cajati recebeu US\$7 milhões em alimentos e bebidas; Registro captou US\$680 mil distribuídos em alimentos e bebidas (51,5%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (48,5%); Cananéia registrou US\$500 mil na indústria de alimentos e bebidas e; finalmente, Sete Barras teve US\$130 mil anunciados também no ramo de alimentos e bebidas.

A **tabela 33** apresenta todas as empresas dos ramos selecionados que tiveram intenções de produzir nos quatro municípios destacados na atração de investimentos industriais da região.

Tabela 33. RA Registro: Principais municípios e empresas investidoras dos ramos selecionados – 1995-2008

EMPRESA	RAMO	ORIGEM	TIPO (nº de anúncios)	TOTAL (US\$ milhões)
RA REGISTRO				8,34
Município Cajati				7,03
Copavar	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,03
Serrana	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	7
Município Cananéia				0,5
Golfinho Azul	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação/Modern (1)	0,5
Município Registro				0,68
Conservale	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,26
Agroindústria Fazenda do Lago	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,07
Natural	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,02
Município Sete Barras				0,13
Agropecuária e Laticínio Fattoria	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação (1)	0,13
TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS				8,34
TOTAL DAS EMPRESAS DOS RAMOS SELECIONADOS				8,01

Fonte: SEADE/PIESP. **Org.:** Adriano Moreira.

Acerca dos investimentos dos ramos industriais selecionados nesses principais municípios da região, somente 7 empresas anunciaram intenções de produção que totalizaram US\$8 milhões, o que representa 96% dos investimentos anunciados nessas localidades (ou 96% dos anúncios em toda RA).

Esse valor total foi anunciado exclusivamente por empresas da indústria de alimentos e bebidas, com destaque sobretudo para a nacional Serrana, que investiu US\$7 milhões em implantação no município de Cajati.

Concluídas as análises, ainda bastante descritivas, dos anúncios nas regiões do estado e em seus municípios, ressalta-se que sua interpretação deve levar em conta as complexas interações espaciais entre a escala regional e a da rede urbana, cuja dinâmica revela a produção de novos territórios econômicos frente à outras divisões do trabalho historicamente construídas, em que já se encontram avançados níveis de especialização produtiva, impõem-se padrões e regras que destroem os que não se adaptam pela via da concorrência, bem como possibilitam laços de complementariedades, fluxos e mobilidade entre novos e antigos investimentos.

Mais que uma metodologia, então, acabamos de apresentar nosso ponto de vista analítico que se refere a uma perspectiva teórica que nos dá a possibilidade de olharmos os investimentos anunciados no intuito de entender a dimensão industrial na produção do território, partindo da perspectiva de que as intenções de investir desvendam tanto o passado, dada as condições histórico-concretas produzidas em momentos anteriores de outras divisões territoriais do trabalho, como também o futuro, considerando-as como elementos que condicionam as decisões locacionais de outros agentes e a produção de arranjos territoriais posteriores.

Nesse sentido, a distribuição desigual dos investimentos industriais anunciados no Estado de São Paulo é, portanto, reveladora para se compreender os processos em curso e a contribuição dos agentes econômicos na produção do território, traduzindo as decisões seletivas tomadas no passado que chegam ao presente como fortes condicionantes de trajetórias futuras das cidades/regiões paulistas em que estão presentes. Por fim, apresentamos em seguida as principais considerações acerca das investigações desenvolvidas na pesquisa em tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizadas as análises das resultantes econômicas dos anúncios de investimentos industriais na dinâmica territorial paulista, considerando as informações dos ramos industriais e dos indicadores origem do capital e tipo de investimentos em sua dimensão territorial, é possível sintetizar algumas questões mais conclusivas:

- a) no período de 14 anos (1995-2008) que corresponde à série histórica sob análise, o Estado de São Paulo registrou o expressivo volume de US\$114,9 bilhões em investimentos destinados a seu parque industrial.
- b) do ponto de vista do contexto mais amplo referente à economia política brasileira, os oito primeiros anos de análise, que representam o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram marcados por uma alta dos anúncios de investimentos na indústria paulista em virtude da abertura da economia e sobretudo das privatizações, e se caracterizaram pelo predomínio dos capitais estrangeiros e dos anúncios em implantação de novas plantas industriais no território paulista; por sua vez, os seis anos posteriores, que correspondem ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país, apontam queda das intenções de produção na indústria paulista em parte devido às conjunturas nacional e internacional de incerteza nas expectativas dos investidores privados e, também, uma retomada dos investimentos em razão das políticas voltadas sobretudo ao aquecimento do mercado interno, sendo que houve a predominância dos fluxos de capitais nacionais e dos investimentos em ampliação/modernização da capacidade produtiva do Estado de São Paulo.
- c) as regiões que tradicionalmente concentram as indústrias e que mais atraem os anúncios de investimentos produtivos, ou seja, a RMSP e seu entorno (RMs de Campinas e Baixada Santista e RAs de São José dos Campos e Sorocaba) captaram juntas mais de 86% do total anunciado no território paulista; apesar desse caráter concentrado territorialmente, os anúncios apresentam padrões diferenciados de localização, sobretudo nas regiões não-metropolitanas do estado, o que permite indicar mudanças estruturais na localização dos investimentos industriais ao longo dos anos.
- d) 341 dos 645 municípios paulistas atraíram anúncios no período, porém mais da metade dos investimentos na indústria se concentrou em apenas 11 municípios inseridos nas regiões tradicionalmente mais industrializadas, dos quais quatro são da RMSP (São Bernardo do Campo, São Paulo, Santo André e Mauá), três

da RA de São José dos Campos (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí), dois da RMC (Paulínia e Campinas), um da RMBS (Cubatão) e um da RA de Sorocaba (Sorocaba).

- e) ao se aferir a dinâmica da rede urbana, nota-se que, com exceção da RA de Bauru, todas as outras quatorze regiões tiveram relevantes investimentos industriais anunciados em seu município-sede, o que indica que a seletividade espacial das intenções de investir acompanhou a posição hierárquica das cidades em suas respectivas regiões, sendo que em seis RAs os municípios-sede captaram os maiores volumes de investimentos industriais: São José dos Campos, Sorocaba, Central, Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Franca.
- f) considerando os indicadores territoriais, no que se refere à origem do capital, os investimentos nacionais têm maior participação na economia paulista (51,6%) em relação aos estrangeiros (44,5%) e aos associados (3,8%); tanto os capitais nacionais quanto os estrangeiros apresentaram um padrão menos concentrado territorialmente que os investimentos associados, que se concentraram em um reduzido número de municípios.
- g) em relação ao tipo de investimento, a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos tiveram os menores índices (2,18%), já os investimentos em implantação de novas plantas foram superiores apenas no início da série histórica (40,26% do total), porém, prevaleceram os anúncios em ampliação/modernização das plantas industriais já existentes (57,2%); os principais tipos apresentaram também um padrão menos concentrado territorialmente, sendo que apenas para um seletivo número de municípios destinaram-se os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- h) na perspectiva dos ramos industriais, segmentando-os segundo as categorias de uso, a maior participação foi da indústria de bens de intermediários, que anunciou 39,6% do total estadual, com destaque para refino de petróleo e álcool (29,4% dos investimentos em BI); em seguida aparece a indústria de bens de consumo durável e de capital com 34,3% do total, impulsionada pela significativa participação do ramo automotiva (46,6% dos anúncios em BCDK); por fim, a indústria de bens de consumo não durável teve 12,7% do total em virtude sobretudo dos investimentos no ramo de alimentos e bebidas (65,3% dos anúncios em BCND); além dessas indústrias, considerando os anúncios

realizados pelos ramos industriais que não constam na CNAE, destaque para a expressiva participação do ramo de eletricidade, gás e água quente, sendo o quarto ramo que mais anunciou no período (9,9% do total estadual).

- i) especificamente sobre a distribuição territorial dos quatro principais ramos industriais supracitados, o ramo de refino de petróleo e álcool predominou na RMC e na RMBS; já a indústria automotiva concentrou-se na RMSP, na RA de São José dos Campos, na RA de Sorocaba e na RA Central; a indústria alimentícia e de bebidas se estende por todo território, localizada sobretudo nos espaços não-metropolitanos do estado, como nas RAs de Araçatuba, Barretos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; por fim o ramo de eletricidade, gás e água quente foi preponderante nas RAs de Bauru e Franca.
- j) sobre a indústria de alimentos e bebidas em particular, foi possível observar que grande parte dos anúncios de investimentos em produção foram feitos por usinas sucroalcooleiras, demonstrando a expressiva participação e o relevante peso da agroindústria e das *commodities* na dinâmica econômica do estado; esse panorama já foi apresentando em trabalho anterior (MOREIRA, 2010), em que observou-se que cerca de 80% dos investimentos no ramo foram realizados pelas usinas de açúcar e álcool.
- k) em relação aos maiores volumes de capitais registrados pelas empresas investidoras dos quatro principais ramos industriais, em refino de petróleo e álcool a empresa nacional Petrobrás/Refinaria Henrique Lago, localizada no município de São José dos Campos, teve destaque com um montante acima de US\$3,66 bilhões; no ramo automotivo a alemã Volkswagen, situada em São Bernardo do Campo, anunciou um valor superior a US\$3 bilhões; em alimentos e bebidas a nacional Usina da Mata/Agropecuária Jacarezinho, localizada no município de Valparaíso (pertencente à RA de Araçatuba), totalizou cerca de US\$439 milhões; por fim, no ramo de eletricidade, gás e água quente a empresa CPFL/Intergen/Shell – Termelétrica Carioba, de capital associado entre Brasil, EUA e Dinamarca, investiu US\$680 milhões em Americana (inserida na RMC).
- l) juntamente com as grandes empresas nacionais e multinacionais, inúmeras e diferenciadas empresas locais também disputam o mercado com os distintos capitais, como pode-se notar nas tabelas de cada região referentes às empresas

investidoras nos ramos industriais em destaque, reforçando que os espaços não-metropolitanos cada vez mais têm suas bases locais fortalecidas e uma dinâmica econômica mais complexa em virtude de capitais que não foram transferidos da metrópole, mas são oriundos dos demais níveis hierárquicos.

Trabalhando com os aportes teóricos presentes na literatura da Geografia Econômica e Urbana, reafirma-se através da presente investigação a importância de se aferir as decisões de localização dos anúncios de investimentos industriais para a compreensão da dinâmica capitalista, pois revelam tanto o estado de ânimo e expectativa dos empreendedores no âmbito dos negócios e da economia, como as principais tendências econômicas na produção do território. Assim, os pressupostos teórico-metodológicos aqui trabalhados, referentes à relação entre indústria e investimentos na dinâmica econômica, são considerados como reveladores para entender como a lógica espacial dos investimentos cada vez mais torna mais complexa e produz diferenciações socioespaciais entre os distintos espaços regionais e entre as cidades no conjunto da rede urbana paulista.

As análises realizadas fazem interagir a compreensão dos projetos de acumulação por parte de capitais concretos que, obedecendo à lógica geral da acumulação, na busca incessante por maiores taxas de lucro, territorializam-se de modo seletivo e diferenciado, aprofundando a divisão territorial do trabalho e tornando mais complexa a configuração dos espaços regionais e, subsidiariamente, da rede urbana paulista. A questão central para a interpretação deste conjunto de dados empíricos, portanto, reside justamente em considerar a produção do território e os processos em curso de (re)divisão territorial do trabalho industrial entre as áreas metropolitanas e as demais, que aprofundam e ampliam as diferenciações socioespaciais já existentes, visto que na metrópole paulista, cada vez mais, se concentram atividades ligadas ao terciário superior, particularmente as de gestão, enquanto os demais níveis hierárquicos da rede urbana do estado absorvem a produção do valor.

Apesar dos recortes espaço-temporais da pesquisa serem limitadores da análise, entendemos que, a partir do trabalho com os dados empíricos da PIESP, é possível compreender as recentes transformações e os processos em curso na dinâmica econômica e regional/urbana paulista, posto que, a nosso ver, as interações espaciais dos investimentos anunciados na indústria paulista apontam para a produção de uma

dinâmica territorial que aprofunda a divisão territorial do trabalho industrial e condiciona as trajetórias futuras das cidades/regiões do estado.

Por um lado, a produção seletiva e desigual do território paulista em sua dimensão industrial, revelada pelos investimentos anunciados, se configura como um movimento permanente, que desvenda o passado e o futuro ao indicar as condições histórico-concretas produzidas no passado, bem como desenhar e condicionar o curso das cidades e regiões do estado no futuro. Por outro lado, o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, interpretado pelas articuladas interações espaciais entre os agentes econômicos e entre as escalas geográficas, revela redefinições econômicas e espaciais que vão produzindo novos arranjos territoriais e, assim, territorializando novas lógicas produtivas no Estado de São Paulo.

Todo esse panorama apresentado acima nos permite concluir que novas dinâmicas territoriais estão sendo produzidas concomitantemente no Estado de São Paulo em virtude da a) antecipação espacial relativa ao próprio anúncio do investimento produtivo já engendrar transformações econômicas naquele território, atraindo outras indústrias secundárias/complementares; b) seletividade espacial das decisões de (re)localização de indústrias, posto que essas decisões não são aleatórias, pelo contrário, são cada vez mais um fator estratégico às empresas; c) constituição de eixos e redes que articulam e diferenciam cidades e regiões, o que caracteriza um novo padrão de organização industrial frente à divisão territorial do trabalho; d) emergência e consolidação de novos arranjos territoriais da produção, referente à (re)divisão do trabalho entre as áreas metropolitanas e as demais, onde cada lugar cumpre um papel; e por fim, e) articulações escalares multidimensionais em processos cumulativos frente a realidades pré-existentes da produção industrial, em que se pode encontrar complexas interações espaciais em relações simultâneas de complementaridade, concorrência e especialização.

Nesse sentido, especificamente estamos diante de diferenciadas práticas espaciais dos capitais concretos em particular – como a antecipação espacial ao demonstrar intenções de investir e a seletividade espacial das decisões de (re)localização de indústrias – que, concomitantemente aos processos espaciais mais gerais de acumulação – a constituição de eixos e redes que articulam regiões e cidades, a emergência e consolidação de novos arranjos territoriais da produção nas áreas não-metropolitanas e as articulações escalares multidimensionais dos/entre agentes

hegemônicos – produzem novas dinâmicas territoriais que aprofundam a divisão territorial do trabalho e passam a atuar como poderosas condicionantes de trajetórias futuras das localidades onde se encontram.

O conjunto dos dados e informações da investigação em tela nos permite concluir que os investimentos industriais têm lógicas espaciais que produzem, cada vez mais, diferenças e desigualdades entre as regiões e as cidades associadas aos processos de desconcentração e reconcentração da produção industrial e de centralização do controle e da gestão dos capitais, em que se percebem complexas interações espaciais entre os agentes e entre as escalas, resultando numa produção diferenciada de novas dinâmicas no território paulista.

Assim, a dinâmica espacial dos investimentos industriais anunciados na economia paulista expressa as resultantes dos atos intencionais de agentes historicamente determinados e concretos, manifestados em momentos passados, que se tornam elementos relevantes para a futura implantação e reprodução de outros agentes econômicos que, por sua vez, ampliam, transformam e condicionam as relações/interações intercapitalistas e interescolares. Ao produzir novos arranjos territoriais e alterar as funções/papéis e o peso relativo das cidades no conjunto da rede urbana e em sua região de influência, a materialização das intenções de investir dos capitais industriais estaria, portanto, desenhando o novo mapa da indústria no Estado de São Paulo no início do século XXI.

Por fim, além do debate teórico desenvolvido, consideramos que a mais relevante contribuição da nossa dissertação são os procedimentos de investigação e os caminhos metodológicos adotados, em particular o uso do banco de dados da PIESP, uma ferramenta de pesquisa ainda não devidamente explorada nos estudos acerca da relação da indústria na produção do território.

Como a PIESP nos remete à dados de fluxos, é possível e torna-se necessário articular dados da REGIC (Regiões de Influência das Cidades), da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e de outros estudos e fontes que trabalham com dados de estoque (como número de estabelecimentos, pessoal ocupado, PIB etc.) no sentido de contrapor as variações ao longo do tempo nos resultados obtidos com os dados empíricos da PIESP, aferindo se as decisões de investir alteraram concretamente as estruturas locais e, assim, condicionaram as trajetórias futuras das localidades.

Tão significativo para os empreendedores privados em suas tomadas de decisões locacionais de investimentos, reforçamos também a importância dos dados de fluxos da PIESP para as políticas públicas de desenvolvimento territorial por indicar os movimentos, tendências, condições e o ambiente dos negócios e da economia em termos de escolhas e intenções de produção industrial, dando assim subsídios relevantes para as ações de planejamento das esferas governamentais.

Esse conjunto de dados e informações pode, então, ser tomado como base para futuras pesquisas e pesquisadores, seja em trabalhos acadêmicos ou em estudos governamentais, se configurando como uma expressiva agenda de debates e investigações que dão suporte e qualificam ainda mais as reflexões teóricas e os esforços empíricos daqueles que se debruçam na compreensão das transformações industriais e de seus desdobramentos na produção do território.

BIBLIOGRAFIA

ALAMPI, Evandro Filie. **Padrões de produção e consumo de energia e a dinâmica territorial da indústria no Estado de São Paulo: 1980-2009**. Dissertação (mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2012.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções de estratégias e dinâmica regional. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. Recife: ANPUR, v.2, 2000.

ARAUJO, Maria de Fátima Infante. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.15, n.1, 2001.

AOUN, Samira; VERDI, Adriana Renata e SATO, Geni Satiko. Dinâmica das fusões e aquisições no investimento direto estrangeiro: especificidade da indústria de alimentos e bebidas no Brasil, 1996-2006. **Informações econômicas**. São Paulo, v.38, n.3, 2008.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, George e LIPIETZ, Alain (Orgs.). **As regiões ganhadoras** – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do Real: mini- ciclo de modernizações 1995-97. **Série reformas econômicas**. Santiago do Chile: CEPAL, n. 44, 1999.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média**: as interações espaciais e os circuitos da produção das industriais alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. Tese (doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Annablume, 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, vol.10, n.2, 1996.

CAMAGNI, Roberto. El principio de aglomeración (o de la sinergia); El principio de interacción espacial (o de la demanda de movilidad y de contactos). In: **Economía urbana**. Barcelona: Antonio Bosh, p.21-50, p.78-96, 2005.

CANO, Wilson. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 123-132, 1995.

_____. A indústria de transformação – 1989-2003. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.; MACIEL, Cláudio S. e MACEDO, Fernando César de (Orgs.). **Economia paulista**: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. São Paulo: Alínea, p.193-239, 2007.

CARDIM DE CARVALHO, Fernando José. O Retorno de Keynes. **Novos estudos**. São Paulo: CEBRAP, n.83, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**. Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v.4, n.6, p.45-60, 2007.

_____. Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de São Paulo: bases para análise. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos. A. e GALVÃO, Antonio Carlos F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, p. 439-448, 2003.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2003.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana**: interações espaciais interescolares e cidades médias. Tese (doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMEGNO, Maria Cecília e PAULINO, Luís Antonio. Tendências de investimentos no Estado de São Paulo. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.17, n.3-4, p. 168-176, 2003.

CONCEIÇÃO, Junia Cristina P. R. da. **Radiografia da indústria de alimentos no Brasil**: identificação dos principais fatores referentes à exportação, inovação e ao food safety. Brasília: IPEA, Texto para discussão, n.1303, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.279-318, 2006b.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas sociais. **Cidades**. Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v.4, n.6, p.61-72, 2007.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª edição, 2010.

COUTINHO, Luciano. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 41-62, 1995.

CROCCO, Marco Aurélio e JAYME JR., Frederico Gonzaga (Orgs.). **Moeda e território**: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DE NEGRI, João Alberto e SALERNO, Mario Sergio (Orgs.). **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005.

DIAS, Leila Christina. Dossiê: finanças, política e território. **Caderno CRH**. Salvador: UFBA, v.22, n.55, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco Aurélio. **Economia Regional e Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DUARTE, Lígia Schiavon e NAVARRO, Alessandra Martins. As transformações da rede urbana no Estado de São Paulo: uma contribuição à luz dos resultados do REGIC 2007. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília: IPEA, n.3, p.77-84, 2009.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas e SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Indústria, ordenamento do território e transportes**: a contribuição de André Fisher. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Introdução; Definindo território para entender a desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 19-98, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, p. 129-142, 2006.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Formação bruta de capital fixo (versão para informação e comentários). **Sistema de Contas Nacionais – Brasil**: Referência 2000, Nota metodológica n. 19, s.d.

KUPFER, David. Política industrial. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2003.

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e a integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos. A. e GALVÃO, Antonio Carlos F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, p. 465-476, 2003.

_____. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (07), 2007.

_____. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, n.38, p.54-61, 1994.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo e SPOSITO, Eliseu Savério. A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma do eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João Marcio Palheta da e SILVEIRA, Márcio Rogério (Orgs.). **Geografia econômica do Brasil**: temas regionais. Presidente Prudente: FCT/UNESP, p.187-216, 2002.

MELAZZO, Everaldo Santos e MOREIRA, Adriano. **Leitura territorial dos investimentos industriais na economia paulista nos anos recentes**. Anais do XIII Enanpur – Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR, 2009.

MELO, Giovani Monteiro e RODRIGUES JÚNIOR, Waldery. **Determinantes do Investimento Privado no Brasil: 1970-1995**. Brasília: IPEA, Texto para discussão, n.605, 1998.

MONCAU, Gabriela. Entrevista Maria Lucia Fattorelli. Dívida pública consome metade do orçamento. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, ano XVI, n.190, p.20-23, 2013.

MOREIRA, Adriano. **Investimentos na indústria de alimentos e bebidas e mudanças na divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo**. Monografia (bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2010.

NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, ano XIV, p. 65-82, 1994.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo – 1880-1990**. Campinas: Unicamp, 1996.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil – as décadas de 1970 e 1990**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão, n.969, 2003.

OLIVEIRA, Cássio Antunes de. **Consolidação de eixos de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: dinâmica industrial, transporte e logística**. Dissertação (mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, Texto para discussão, n.633, 1999.

PAIVA, Cláudio César de. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: IE/UNICAMP, 2007.

PAIVA, Sílvia Maria Caldeira. **A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas**. In: IEFEE, vol. 22, n. 2, 1994. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/821/1086. Acesso em 1 de novembro de 2012.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PUGA, Fernando e NASCIMENTO, Marcelo. **A nova realidade do investimento no Brasil. Visão do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

RAMOS, Rui António Rodrigues. **Localização industrial: um modelo espacial para o noroeste de Portugal**. Tese (doutorado em Engenharia Civil). Braga: Universidade de Minho, 2000.

RESENDE, M. e BOFF, H. **Concentração industrial**. In: KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 73-90, 2002.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 109-123, 1975.

RODRIGUES, Denise Andrade e MELO, Luciane Paiva d'Ávila. **Uma análise dos anúncios de Investimentos no ano 2000: aspectos setoriais e regionais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

RODRIGUES, Denise Andrade e CARDOSO, Cilene Ribeiro. **Os anúncios de investimentos em 2003. Sinopse Econômica**. Rio de Janeiro: BNDES, n.133, 2004.

RODRIGUES, Denise Andrade, CARDOSO, Cilene Ribeiro e CRUZ, Natália Rego. **A volta ao crescimento econômico sinalizada pelos anúncios de investimentos em 2004**. Mimeo, s.d.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: PPGEU/UFF, 2007.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **PIESP - Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo - 1995-2005**. São Paulo: SEADE, s/d.

SELINGARD-SAMPAIO, Silvia. **Indústria e território em São Paulo**: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista (1950-2005). São Paulo: Alínea, 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (livre docência). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopez de e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p.123-145, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão e SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério (Coord.). **O mapa da indústria no início do século XXI**. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo. Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista (UNESP). Câmpus de Presidente Prudente, s.d.

SUZIGAN, Wilson; CERRÓN, Ana Paula Munhoz e JUNIOR, Antonio Carlos Diegues. Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no estado de São Paulo. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo: SEADE, v.19, n.2, p.86-100, 2000.

TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Osvaldo Luiz (Orgs.). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1988.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, p.140-151, 2001.